



NÍSIA FLORESTA



Ministério da Educação | Fundação Joaquim Nabuco

Coordenação executiva
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Isabela Cribari

Comissão técnica
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (presidente)
Antonio Carlos Caruso Ronca, Ataíde Alves, Carmen Lúcia Bueno Valle,
Célio da Cunha, Jane Cristina da Silva, José Carlos Wanderley Dias de Freitas,
Justina Iva de Araújo Silva, Lúcia Lodi, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávoro

Revisão de conteúdo
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Célio da Cunha, Jäder de Medeiros Britto,
José Eustachio Romão, Larissa Vieira dos Santos, Suely Melo e Walter Garcia

Secretaria executiva
Ana Elizabete Negreiros Barroso
Conceição Silva



Alceu Amoroso Lima | Almeida Júnior | Anísio Teixeira
Aparecida Joly Gouveia | Armanda Álvaro Alberto | Azeredo Coutinho
Bertha Lutz | Cecília Meireles | Celso Suckow da Fonseca | Darcy Ribeiro
Durmeval Trigueiro Mendes | Fernando de Azevedo | Florestan Fernandes
Frota Pessoa | Gilberto Freyre | Gustavo Capanema | Heitor Villa-Lobos
Helena Antipoff | Humberto Mauro | José Mário Pires Azanha
Julio de Mesquita Filho | Lourenço Filho | Manoel Bomfim
Manuel da Nóbrega | Nísia Floresta | Paschoal Lemme | Paulo Freire
Roquette-Pinto | Rui Barbosa | Sampaio Dória | Valnir Chagas

Alfred Binet | Andrés Bello
Anton Makarenko | Antonio Gramsci
Bogdan Suchodolski | Carl Rogers | Célestin Freinet
Domingo Sarmiento | Édouard Claparède | Émile Durkheim
Frederic Skinner | Friedrich Fröbel | Friedrich Hegel
Georg Kerschensteiner | Henri Wallon | Ivan Illich
Jan Amos Comênio | Jean Piaget | Jean-Jacques Rousseau
Jean-Ovide Decroly | Johann Herbart
Johann Pestalozzi | John Dewey | José Martí | Lev Vygotsky
Maria Montessori | Ortega y Gasset
Pedro Varela | Roger Cousinet | Sigmund Freud



NÍSIA FLORESTA

Constância Lima Duarte



FUNDAÇÃO
JOAQUIM NABUCO
EDITORA
MASSANGANA

ISBN 978-85-7019-501-2
© 2010 Coleção Educadores
MEC | Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica MEC/UNESCO, o qual tem o objetivo a contribuição para a formulação e implementação de políticas integradas de melhoria da equidade e qualidade da educação em todos os níveis de ensino formal e não formal. Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

A reprodução deste volume, em qualquer meio, sem autorização prévia, estará sujeita às penalidades da Lei nº 9.610 de 19/02/98.

Editora Massangana
Avenida 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | Recife | PE | CEP 52061-540
www.fundaj.gov.br

Coleção Educadores
Edição-geral
Sidney Rocha
Coordenação editorial
Selma Corrêa
Assessoria editorial
Antonio Laurentino
Patrícia Lima
Revisão
Sigma Comunicação
Ilustrações
Miguel Falcão

Foi feito depósito legal
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca)

Duarte, Constância Lima.

Nísia Floresta / Constância Lima Duarte. – Recife:
Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

168 p.: il. – (Coleção Educadores)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7019-513-5

1. Floresta, Nísia, 1810-1885. 2. Educação – Brasil – História. I. Título.

CDU 37(81)



SUMÁRIO

Apresentação, por Fernando Haddad, 7

Ensaio, por Constância Lima Duarte, 11

Mestra na doutrina e na ficção, 11

Por um novo humanismo, 26

Conselhos de uma mãe-educadora, 41

A donzela e a mãe: uma mesma doutrina, 50

Fany ou o modelo das donzelas, 52

A mulher: nas origens da mística feminina, 60

Nísia atual, 77

Textos selecionados, 81

Direitos das mulheres e injustiça dos homens, 81

Opúsculo humanitário, 108

Cintilações de uma alma brasileira, 123

Cronologia, 153

Bibliografia, 161



APRESENTAÇÃO

O propósito de organizar uma coleção de livros sobre educadores e pensadores da educação surgiu da necessidade de se colocar à disposição dos professores e dirigentes da educação de todo o país obras de qualidade para mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional. A disseminação de conhecimentos nessa área, seguida de debates públicos, constitui passo importante para o amadurecimento de ideias e de alternativas com vistas ao objetivo republicano de melhorar a qualidade das escolas e da prática pedagógica em nosso país.

Para concretizar esse propósito, o Ministério da Educação instituiu Comissão Técnica em 2006, composta por representantes do MEC, de instituições educacionais, de universidades e da Unesco que, após longas reuniões, chegou a uma lista de trinta brasileiros e trinta estrangeiros, cuja escolha teve por critérios o reconhecimento histórico e o alcance de suas reflexões e contribuições para o avanço da educação. No plano internacional, optou-se por aproveitar a coleção *Penseurs de l'éducation*, organizada pelo *International Bureau of Education* (IBE) da Unesco em Genebra, que reúne alguns dos maiores pensadores da educação de todos os tempos e culturas.

Para garantir o êxito e a qualidade deste ambicioso projeto editorial, o MEC recorreu aos pesquisadores do Instituto Paulo Freire e de diversas universidades, em condições de cumprir os objetivos previstos pelo projeto.

Ao se iniciar a publicação da Coleção Educadores*, o MEC, em parceria com a Unesco e a Fundação Joaquim Nabuco, favorece o aprofundamento das políticas educacionais no Brasil, como também contribui para a união indissociável entre a teoria e a prática, que é o de que mais necessitamos nestes tempos de transição para cenários mais promissores.

É importante sublinhar que o lançamento desta Coleção coincide com o 80º aniversário de criação do Ministério da Educação e sugere reflexões oportunas. Ao tempo em que ele foi criado, em novembro de 1930, a educação brasileira vivia um clima de esperanças e expectativas alentadoras em decorrência das mudanças que se operavam nos campos político, econômico e cultural. A divulgação do *Manifesto dos pioneiros* em 1932, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, são alguns dos exemplos anunciadores de novos tempos tão bem sintetizados por Fernando de Azevedo no *Manifesto dos pioneiros*.

Todavia, a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, haveria de interromper por vários anos a luta auspiciosa do movimento educacional dos anos 1920 e 1930 do século passado, que só seria retomada com a redemocratização do país, em 1945. Os anos que se seguiram, em clima de maior liberdade, possibilitaram alguns avanços definitivos como as várias campanhas educacionais nos anos 1950, a criação da Capes e do CNPq e a aprovação, após muitos embates, da primeira Lei de Diretrizes e Bases no começo da década de 1960. No entanto, as grandes esperanças e aspirações retrabalhadas e reavivadas nessa fase e tão bem sintetizadas pelo *Manifesto dos Educadores de 1959*, também redigido por Fernando de Azevedo, haveriam de ser novamente interrompidas em 1964 por uma nova ditadura de quase dois decênios.

* A relação completa dos educadores que integram a coleção encontra-se no início deste volume.

Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o atual estágio da educação brasileira representa uma retomada dos ideais dos manifestos de 1932 e de 1959, devidamente contextualizados com o tempo presente. Estou certo de que o lançamento, em 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como mecanismo de estado para a implementação do Plano Nacional da Educação começou a resgatar muitos dos objetivos da política educacional presentes em ambos os manifestos. Acredito que não será demais afirmar que o grande argumento do *Manifesto de 1932*, cuja reedição consta da presente Coleção, juntamente com o *Manifesto de 1959*, é de impressionante atualidade: “Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação”. Esse lema inspira e dá forças ao movimento de ideias e de ações a que hoje assistimos em todo o país para fazer da educação uma prioridade de estado.

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação



NÍSIA FLORESTA
(1810-1885)

Constância Lima Duarte

Mestra na doutrina e na ficção

Quando observamos o percurso realizado pelas mulheres na conquista de seus direitos mais elementares, como o de ser alfabetizada, poder frequentar escolas, ou simplesmente ser considerada dotada de inteligência, verificamos o quanto esse trajeto foi penoso. Em parte, é possível vislumbrá-lo através das trilhas deixadas por algumas escritoras em seus textos, conscientes de que faziam parte de uma reduzida elite de mulheres letradas, e que a educação era importante para a valorização social do gênero feminino. Dentre as que participaram desse debate, ao longo do século XIX, está a norte-rio grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta, autora de importantes títulos sobre a mulher, professora e fundadora de colégios para meninas, que muito contribuiu para o avanço da educação feminina em nosso país.

Este nome, melhor, pseudônimo, pertenceu à Dionísia Gonçalves Pinto, nascida em Papari (RN), em 1810, e que, após residir em diversos Estados brasileiros, como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, mudou-se para o Velho Mundo. Na Europa, durante alguns anos ela viajou por diversos países, como Portugal, Inglaterra, Alemanha, Grécia e Itália, até se fixar na França, e morrer, em 1885, nos arredores de Rouen. Em 1954, o governo do Estado do Rio Grande do Norte providenciou o traslado de seus despojos, e construiu um mausoléu na cidade em que ela nasceu, e que hoje leva seu nome.

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito; quando o ditado popular dizia que “o melhor livro é a almofada e o bastidor” e tinha foros de verdade para muitos, nesse tempo Nísia Floresta dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravos. Nísia deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. E foram muitas as colaborações que a cada dia surgiam sob a forma de crônicas, contos, poesias e ensaios. Aliás, esse é um traço da modernidade de Nísia Floresta: sua constante presença na imprensa nacional desde 1830, sempre comentando as questões mais polêmicas da época. Se lembrarmos que apenas em 1816 a imprensa chegou ao país, mais se destaca o papel pioneiro que esta brasileira desempenhou no cenário nacional.

Observando o conjunto da obra desta autora – quinze títulos, publicados em português, francês, inglês e italiano – percebe-se o diálogo que os textos realizam entre si, como se fossem peças complementares de um mesmo plano de ação. O propósito de formar e modificar consciências perpassa quase todos os livros, que se unem em torno de um projeto coerente e consciente de alterar o quadro ideológico social¹.

Em 1832, por exemplo, ao escrever *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, foi dado o primeiro passo nessa trajetória, ou plantada a primeira semente que germinaria em diversos outros escritos. Nesse livro – que chamou de tradução livre de *Vindications of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft, ela trata dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho, e exige que as mulheres sejam consideradas inteligentes e merecedoras de respeito pela sociedade. Nísia relaciona os preconceitos mais divulgados contra o

¹ Uma versão ampliada deste texto encontra-se no livro *Nísia Floresta: vida e obra* (Natal: UFRN, 1995).

sexo feminino, identifica suas origens na dominação portuguesa, e ainda desmistifica a ideia dominante da superioridade masculina. Se lembrarmos que nesse tempo a grande maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada em preconceitos, sem nenhum direito que não fosse o de ceder e aquiescer sempre à vontade masculina, mais surpreendente se torna sua iniciativa. A autora foi uma honrosa exceção em meio à massa de mulheres submissas, analfabetas e anônimas, e por isso costuma ser lembrada como a precursora do feminismo no Brasil e na América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com essas intenções. Nísia questiona, no livro, o porquê de não haver mulheres ocupando cargos de comando, tais como de general, almirante, ministro de Estado e outras chefias. Ou ainda, porque não estão elas nas cátedras universitárias, exercendo a medicina, a magistratura ou a advocacia, uma vez que têm a mesma capacidade que os homens. Como se vê, ela vai fundo em suas intenções de acender o debate e de abalar as eternas verdades de nossas elites patriarcais.

Em outros trabalhos também ela será pioneira, como quando trata do índio brasileiro. No poema intitulado *A lágrima de um caeté*, de 1849, além do posicionamento da autora a respeito do indígena, temos a lusofobia, o elogio da natureza e a exaltação de valores indígenas. A novidade do poema é que ele contém não a visão do índio-herói que luta, presente na maioria dos textos indianistas conhecidos e, sim, o ponto de vista do índio vencido e inconformado com a opressão do branco invasor. Uma outra narrativa importante é “Páginas de uma vida obscura”, que circulou como folhetim no jornal *O Brasil Ilustrado*, no ano de 1855, e contém a história de um escravo, desde que foi trazido da África ainda criança, seus atos de heroísmo e a dedicação ao trabalho até a morte. Pode-se perceber no texto as primeiras manifestações do pensamento de Nísia Floresta no que diz respeito ao sistema escravocrata. Ela enaltece as qualidades do homem negro, defende com ênfase um tratamento humanitário por

parte dos senhores de escravos, e se revela sinceramente condoída com o sofrimento do outro. Alguns anos mais tarde, por volta de 1870, a autora vai defender apaixonadamente a abolição.

No mesmo ano da publicação de *A lágrima de um caeté*, Nísia Floresta embarcou para a Europa, e durante alguns anos viajou pela Itália, Portugal, Alemanha, Bélgica, Grécia, França e Inglaterra, relacionando-se com grandes escritores da época, como Alexandre Herculano, Alexandre Dumas (pai), Lamartine, Duvernoy, Victor Hugo, George Sand, Manzoni, Azeglio e Auguste Comte. Em Florença, ela frequentou cursos de botânica, ministrados por Parlatore, antigo colaborador de Humboldt, e também em Paris, no Collège de France, e no Musée d'Histoire Naturelle. Consta ainda que ela teria assistido às palestras de Comte sobre Filosofia Positiva, no Palais Cardinal, em Paris, em 1851.

Das viagens pela Europa resultaram alguns livros que, bem ao gosto da época, contêm suas impressões dos lugares que ia conhecendo. Mas, Nísia Floresta não realiza simples relatos de viagem, pois descreve com riqueza de detalhes as cidades, igrejas, museus, parques, bibliotecas e monumentos, detendo-se nos tipos humanos, e comentando tudo com sensibilidade e erudição. *Itinerário de uma viagem à Alemanha* (1857), e *Três anos na Itália, seguidos de uma viagem à Grécia* (em dois volumes, 1864 e 1872) são os títulos desses livros escritos e publicados em língua francesa, que apenas recentemente ganharam versões em português. Esse último contém anotações do ano anterior à unificação italiana, a descrição da luta, dos sentimentos populares, do clima revolucionário e nos revela a admiração da autora pelos líderes Garibaldi e Azeglio, com quem se correspondeu durante algum tempo.

Outro trabalho dos mais importantes é *Cintilações de uma alma brasileira*, publicado em Florença, no ano de 1859. Este livro contém cinco ensaios que tratam da educação dos jovens, da mulher europeia, e das saudades de seu país após tanto tempo ausente. Em um deles,

por exemplo, intitulado *A mulher*, ela trata da francesa de meados do século XIX, que critica pelo comportamento superficial e mundano. Em outro ensaio, *O Brasil*, ela resume a história da nação brasileira, e fala das riquezas econômicas e dos escritores mais conhecidos. Sua intenção era, além de fazer propaganda da pátria no estrangeiro, desfazer os preconceitos e mentiras que predominavam na Europa acerca do Brasil. Mesmo residindo no exterior, Nísia Floresta Brasileira Augusta trabalhou pela divulgação de seu país e revelou – até mesmo em seu nome – o orgulho que sentia de sua pátria.

Mas é precisamente a questão da educação o tema que mais encontramos ao longo da produção intelectual de Nísia Floresta, veiculada tanto em discursos e novelas como em ensaios e colaborações jornalísticas. A utopia feminista que moveu inúmeras mulheres no século XIX, na Europa e nas Américas, e via a educação como a condição primeira e fundamental para a libertação da mulher, da situação de opressão e de submissão em que se encontrava, também parece ter contaminado a obra de Nísia Floresta.

E, dada a variedade e extensão desta obra, as abordagens são também diversas, e por isso há textos mais veementes com nítidas tonalidades panfletárias, e outros que expressam um tom afetuoso de mãe para com a filha, ou o da professora zelosa com as suas alunas.

O *Opúsculo humanitário* é um exemplo do primeiro tipo. Publicado em 1853, o livro traz a síntese das críticas que a autora fez à educação de seu tempo, suas propostas de mudança e seus principais argumentos na defesa de suas ideias. Também *A mulher*, de 1857, identifica-se com o tom utilizado no *Opúsculo humanitário*, pelas denúncias e críticas que faz à educação então destinada ao sexo feminino. No segundo tipo, de tom meigo e persuasivo, que fala diretamente à mocidade, incluem-se os seguintes textos: *Conselhos à minha filha*, de 1842; o *Discurso às educandas do Colégio Augusto*, de 1847; *Daciz ou a jovem completa* e *Fany ou o modelo das donzelas*, novelas publicadas em 1847; e *O abismo sob as flores da civilização*, de 1856.

As ideias que Nísia Floresta expressou nessas obras fundamentaram seu exercício do magistério, a que se dedicou desde jovem, em Recife e em Porto Alegre, e também a proposta filosófica e educacional do colégio que manteve no Rio de Janeiro de 1838 a 1855, com o nome de Colégio Augusto. Nessa época, é bom lembrar, a grande maioria das escolas era dirigida por mulheres estrangeiras, como mrs. Wilfords, mme. Louise Halbout, mme. Mallet, a baronesa de Geslin, Mrs. Hitchings, mme. Lacombe, Mme. Carolina Hoffmann e mme. Tanière. Nísia foi, com certeza, uma das primeiras brasileiras a ter um colégio no país. No *Jornal do Comércio* de 31 de janeiro de 1838, foi estampado o seguinte anúncio do novo estabelecimento de ensino:

D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público que ela pretende abrir no dia 15 de fevereiro próximo, na Rua Direita nº 163, um colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca à educação doméstica de uma menina, ensinar-se-á a gramática da língua nacional por um método fácil, o francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Haverão igualmente neste colégio mestres de música e dança. Recebem-se alunas internas e externas. A diretora, que há quatro anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade e aplicação no desempenho dos seus deveres, aguardando ocasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a honrarem com a sua confiança, pelos prontos progressos de suas filhas, que ela não é indigna da árdua tarefa que sobre si toma. (...)

A Rua Direita – hoje Primeiro de Março – foi apenas o primeiro endereço do Colégio Augusto, cujo nome revela a homenagem feita ao companheiro desaparecido. Mais tarde, o colégio foi transferido para a Rua D. Manuel nº 20, com entrada pela Travessa do Paço, nº 23, bem em frente ao Palácio da Justiça. Vieira Fazenda, nas *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*, registra a presença do estabelecimento na cidade e faz comentários sobre sua proprietária, quando enumera os moradores mais distintos da famosa ruela.

No prédio de dois andares, nº 23, lado ímpar, esquina com a Rua do Cotovelo, funcionou por muito tempo importante colégio de meninas. Era dele diretora d. Nísia Floresta Brasileira Augusta (...). Literata de valor, poetisa, infatigável polemista e erudita publicista, no Brasil e em Portugal, exerceu com grande proficiência o magistério. Colaborou essa ilustre compatriota no *Jornal do Comércio*, no *Mercantil* e no *Diário do Rio*, bem como em várias revistas do tempo. Conhecia diversas línguas e escrevia o francês com graça e facilidade.²

Esta escola, segundo depoimento de todos os que sobre ela escreveram, trouxe avanços consideráveis para a educação de seu tempo. E, entre as inovações aí reconhecidas, costumam ser lembradas o ensino do latim, do francês, do italiano e do inglês, bem como respectivas gramáticas e literaturas; o estudo da geografia e da história do país; a prática da educação física; e a limitação do número de alunas por turma como forma de garantir a qualidade do ensino.

Tais questões consistiam realmente em novidades porque os demais colégios femininos enfatizavam principalmente o desenvolvimento de prendas domésticas e se limitavam a um ensino superficial da língua materna e a noções rudimentares das quatro operações. A valorização da “educação da agulha” em detrimento da instrução era um fato tão aceito como sendo o mais correto, que não faltou quem criticasse o colégio de Nísia Floresta por incluir disciplinas consideradas supérfluas para a formação das meninas. Um dos críticos, por exemplo, no jornal *O Mercantil*, de 2 de janeiro de 1847, fez o seguinte comentário acerca dos exames finais em que várias alunas haviam sido premiadas com distinção: “trabalhos de língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos”.

E uma campanha anônima de difamação contra Nísia Floresta, através dos jornais, visando o caráter moral e pessoal da diretora, que havia se casado duas vezes, ou os “excessos” do Colégio Augusto,

² Cf. FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 93, vol. 147, pp. 77-78.

se estendeu ainda alguns anos. Mas, é bom observar, as críticas nunca se referiam à capacidade intelectual ou administrativa da escritora. Em 17 de janeiro de 1847, por exemplo, um jornalista ironiza as disciplinas que o Colégio Augusto oferecia às meninas, nestes termos: “Ensina-lhes latim. E por que não grego ou hebraico? Pobre diretora!”. Para o comentarista, e muitos outros de seu tempo, o adágio popular – “Desconfie da mula que faz *him* e da mulher que sabe latim” – continha foros de verdade incontestável.

Para melhor situar a autora no contexto educacional de seu tempo e compreender a extensão do seu pioneirismo, faz-se necessário lembrar aspectos da política governamental e as prioridades então estabelecidas para a educação. Como, por exemplo, que durante o período colonial não havia quase escolas no Brasil. Apenas os conventos e seminários se ocupavam em fornecer uma instrução àqueles que os procurassem, mas seu número era insuficiente para alterar substancialmente a costumeira indigência cultural. Se aos homens ministrava-se um ensino mais consistente, repito, às mulheres bastavam os trabalhos manuais, pois o androcentrismo da família patriarcal se encarregava de excluí-las dos menores privilégios e reservava aos homens os benefícios que a cultura pudesse trazer. Com a vinda da Corte, a situação começa aos poucos a mudar. Os novos ventos trouxeram educadoras portuguesas e francesas para as meninas das famílias mais abastadas, e, lentamente, foi deixando de ser uma “heresia social” o ato de se instruir e ilustrar alguém do sexo feminino.

Todos pareciam concordar – ainda que com interesses diversos – que o século XIX representava para a sociedade burguesa o auge da civilização, e não era mais possível admitir que metade da população estivesse numa situação de inferioridade tão gritante, diante da outra que detinha todos os privilégios e poderes. Aos poucos criava-se um quase consenso (perceptível nas opiniões veiculadas nos jornais) em torno da ideia de que uma sociedade não

evolui se não cuidar também da educação feminina, e não habilitar a mulher para participar, junto com o homem, dos progressos da técnica e das ciências. Aliás, a estreita relação entre o cuidado com a educação feminina e o adiantamento de uma nação foi precisamente a grande tese que Nísia defendeu no *Opúsculo humanitário*, em consonância com o pensamento filosófico e utópico mais avançado de seu tempo. O progresso social de uma nação depende do grau de emancipação feminina e do lugar reservado às mulheres na sociedade. Era o novo lema e urgia defendê-lo.

Por tudo isso, a educação passou a ser considerada, principalmente na segunda metade do século, como o primeiro passo a ser dado para tirar as mulheres do estado de inferioridade em que a ignorância as havia colocado. As ideias liberais que circulavam em nossos meios políticos fizeram com que, após a independência, os primeiros legisladores do Império estabelecessem o ensino primário, gratuito e extensivo aos dois sexos, como sendo uma responsabilidade do Estado. Mas as dimensões do país, as distâncias e o descompasso entre as províncias, contribuíram para dificultar sua implantação e motivaram a criação do Ato Adicional de 1834 que delegava a cada província a responsabilidade com o ensino primário e secundário, ficando a União responsável pelo superior. É voz corrente entre os historiadores da educação brasileira a opinião de que tal medida foi decisiva para a desarticulação do ensino de primeiras letras no país, antes mesmo que este ensino estivesse realmente assimilado pela sociedade.

E, desde o início, a educação feminina foi concebida a partir de uma visão romântica, calcada na religião e na moral, necessária para estimular a dignidade e preparar a futura mulher para assumir suas funções de mãe e de esposa junto à família. Tal projeto ficava bem distante, portanto, de um projeto de formação intelectualizada, reservada ao segmento masculino da população. A elas bastava o ensino primário e o desenvolvimento das habilidades manuais. Os

curso secundário e superior lhes eram vedados. E bem poucos foram os colégios – ainda assim a partir das décadas de 1860 e 1870 – que se aventuraram a oferecer cursos de instrução a nível secundário para meninas. O número das interessadas era tão pequeno que logo eles eram obrigados a reformular os cursos ou mesmo a fechar suas portas. As jovens de posses continuavam recebendo educação nas próprias casas através das preceptoras ou sob a orientação dos pais. Enquanto isso, as demais, ainda que houvesse a possibilidade de estudar numa escola pública, raramente o faziam; permaneciam em suas casas, em pleno meado do século XIX, condenadas à mesma sorte de suas antepassadas.

Por tudo isso, a bandeira de luta pela educação das mulheres foi fortemente abraçada por aquelas que conseguiram romper o preconceito e se destacavam, como era o caso de Nísia Floresta. De um lado, estavam as mulheres mais conscientes que pretendiam, solidariamente, estender às companheiras as benesses da instrução e do conhecimento de si mesmas, até como forma de ajudá-las a ver com novos olhos o mundo em que viviam. De outro, estavam os homens – aí incluindo filósofos, moralistas, jornalistas, políticos e até médicos – que também pareciam envolvidos na mesma bandeira e imbuídos da necessidade urgente de dar às mulheres uma condição mais digna na sociedade.

O que vai ocorrer, então, é que os ideólogos do patriarcalismo, com a competência que lhes é familiar, terminam por se apossar das palavras de ordem feminina e por determinar, segundo seus interesses, os novos comportamentos da mulher, seus direitos e deveres. O redimensionamento do papel da mulher consistirá, basicamente, na supervalorização das figuras da esposa e da mãe alçadas à categoria de “santas”, uma vez que lhes cabe a “divina” missão de serem as guardiãs privilegiadas da família. A mulher enquanto menina (e filha) só parece importar por ser este o momento em que assimila o “novo” comportamento e se prepara

para assumir as funções que lhe competem de esposa e de mãe. Aparentemente, o poder da autoridade paterna parecia diminuir na mesma proporção que a mãe aumentava seu espaço de poder. Mas, no fundo, continuava cabendo ao pai a última palavra, ao pai que era – diga-se – o único mantenedor da família. Ela, a ‘rainha do lar’; ele, o cabeça, o chefe, o juiz.

E foram muitos os ideólogos que se projetaram e tiveram seus discursos repetidos *ad infinitum*. Jean-Jacques Rousseau foi um deles. Aliás, um dos principais. Seus escritos de 1759 e de 1762 – *Émile* e *La nouvelle Héloïse* –, definidores do papel “natural” da mulher (boa mãe, servir e agradar ao homem), são sempre retomados e contribuem decisivamente na formulação dos novos preceitos. Outro, Jules Michelet, obtém ampla aceitação entre os homens, particularmente entre as mulheres, com *La femme*, de 1859. Nesse livro, sob a forma de conselhos, o autor elabora com clareza o discurso ideológico dominante recomendando aos noivos e maridos como deviam tratar suas mulheres, e como elas deviam agir e o que esperar de seus homens. Michelet fixa uma imagem de mulher/esposa dócil, meiga, frágil, dependente, que se converterá quase na imagem ideal de mulher que todos passariam a desejar. Segundo ele, a esposa deveria assim se expressar para o marido: “Meu amigo, eu não sou forte. Para pouco sirvo, apenas para amar-te e zelar por ti. Não tenho teus braços musculosos, e se fixo muito tempo a atenção em uma coisa complicada, o sangue aflue-me à cabeça, o cérebro lateja-me. Não sei inventar. Não tenho iniciativa” (Michelet: 1925, p. 14).

Michelet, no afã de caracterizar o tipo perfeito de esposa, apropria-se da fala feminina e põe na boca da mulher as palavras que deseja ouvir e aquelas que acredita que ela própria deva dizer, mostra da aceitação da inferioridade diante do homem, pois só quer “reinar em casa”, no seu “pequenino universo”. Em sua definição ela adquire os contornos do idealismo a partir da concepção masculina: “A mulher é a beleza. Muita meiguice, alguma fragilidade; pu-

dor, timidez, hesitações, aspirações indecisas, não sei quantas outras curvas amáveis (em seus movimentos, bem como em suas formas), eis o que é a graça, a beleza. É exatamente o inverso da linha reta de precisão e justiça, que é a rota da vida masculina” (Michelet: 1925, p. 165).

Foi dito que cada segmento masculino, de certa forma, defendia seus interesses quando, aparentemente, parecia defender a mulher da ignorância. Tanto é assim que se pode entrever, para além de seus discursos, ou os interesses do capitalismo em reorganizar as relações de classe e de sexo, ou a imposição da nova ordem higiênica, ou o assentamento ideológico da família burguesa, ou ainda, e, simplesmente, o interesse dos misóginos em manter as mulheres afastadas de seu campo de atuação. As preocupações com a mortalidade infantil, com o crescimento populacional e a necessidade de se levar um pouco de instrução a todos os membros da sociedade terminou por significar, na prática, uma falsa “elevação” da mulher e a atribuição, a ela, de novos deveres e responsabilidades. Assim, apesar de parecerem tão diferentes os objetivos e propósitos de cada grupo, por eles perpassava um interesse comum que terminou por levar à mesma solução.

As expectativas femininas de acesso à instrução são atendidas, portanto, através do novo estatuto que lhes trazia louvações, considerando a mulher como a única responsável pela família e capaz de operar a “regeneração social”. Tanto as mulheres burguesas aceitaram o prestígio implícito no título de mãe, que muitas veicularam em seus escritos a normatização do “novo” papel, contribuindo para sua consolidação e para fechar um novo círculo em torno das mulheres. A esta nova mãe de família cabia zelar pela paz doméstica, pela sobrevivência e educação dos filhos, assim como pela vigilância da moralidade. Por isso, no *Livro das noivas* (1891) – espécie de contrapartida feminina dos conselhos de Michelet –, Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) dirige-se às leitoras

conclamando-as a preencherem as funções que lhes cabiam. Afinal, segundo ela, “a felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. É a nós, como mães, que a Pátria suplica bons cidadãos; é de nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral” (Almeida: 1926).

No momento em que as escritoras apreçoam as diferenças ditas “naturais” entre os dois sexos, elas permitem que se aprovelem medidas que, ao invés de proporcionar à mulher condições de superar as desvantagens advindas do fato de ter sido um dia colocada em segundo plano, servem antes para consagrar essas mesmas desvantagens. Na segunda metade do século XIX não havia mais dúvidas quanto à necessidade de se educar e instruir a mulher, até para que ela pudesse desempenhar a contento esses encargos. Era preciso, apenas, torná-la consciente de suas responsabilidades e, sobretudo, plenamente realizada e esquecida de que poderia pretender um pouco mais. Dentro desse raciocínio, as mulheres deviam estudar não por elas próprias, mas para que melhor exercessem seus papéis previamente estipulados, isto é, servir a outros. Apenas mais tarde, nas décadas de 1880 e 1890, outras vozes femininas, como as de Josefina Álvares de Azevedo, Francisca Senhorinha da Mota Diniz e Presciliana Duarte de Almeida, se farão ouvir exigindo novos direitos – os políticos e os jurídicos – para as mulheres.

Mas voltemos a 1840, quando começaram a proliferar, principalmente nos grandes centros brasileiros, colégios particulares tanto para meninos como para meninas, em sua maioria dirigidos por estrangeiros. A exigência da Igreja de que só professoras poderiam ensinar às meninas terminou por abrir uma oportunidade profissional à mulher, ao mesmo tempo em que permitia o início de mais uma forma de exploração. Senão, vejamos: como não havia professoras realmente habilitadas para o magistério, as que ensinavam sabiam pouco e ignoravam qualquer metodologia, re-

petindo, provavelmente, o sistema lencasteriano, em que cada uma transmitia o pouco que sabia.

E, como eram mal preparadas e só ensinavam no curso primário, recebiam remuneração inferior à dos seus colegas do sexo masculino, embora exercessem a mesma função. Em Pernambuco, por exemplo, em 1855, os professores do primário recebiam 600\$ de ordenado e 200\$ de gratificação no 1º grau, e 700\$ de ordenado e 200\$ de gratificação no 2º grau. No caso das professoras, a lei dispunha que: “As professoras terão menos 100\$ de ordenado em cada um dos graus”. Como o texto da lei não menciona a gratificação, fica a nítida impressão de que elas não a recebessem. (Moacyr: 1939, 499). A intenção, como observa Heleieth Saffioti, não era exatamente promover a profissionalização da mulher, mas “preservar os princípios da moral tradicional contrários não só à coeducação como também ao ensino de meninas por elementos masculinos”.

Acresce, ainda, que a própria profissionalização feminina no setor do magistério primário não chegava a ser o fruto das tendências liberais que se formavam no seio da sociedade brasileira. Significavam mais a solução do problema da mão de obra nas escolas primárias femininas dentro dos princípios da segregação sexual, que nortavam a moral da religião católica e a moral social vigente (Saffioti: 1979, pp. 196-200).

As primeiras Escolas Normais do país (de Niterói, em 1835; de Minas Gerais, em 1840; da Bahia, em 1841, e de São Paulo, em 1846), até quase o final desse século, atendiam apenas à formação dos professores do sexo masculino e eram, na verdade, pouco mais que uma complementação ao primário. Não possuíam equivalência com o secundário e limitavam-se a reproduzir os conteúdos do ensino elementar, com uma pequena iniciação pedagógica. Enfim, tratava-se apenas de um curso primário “superior”. Como as professoras estavam impedidas por lei de frequentar tal curso, se queriam saber um pouco mais deveriam contar com as poucas instituições femininas que podiam lhes oferecer uma habilitação ao

magistério primário, tal como o Seminário de Nossa Senhora da Glória, de São Paulo, que ensinava a meninas sem recursos.

Somente na década de 1870 as Escolas Normais passaram a aceitar matrículas das moças, sendo que a Escola Normal da Corte, criada no Colégio Pedro II, apenas lhes ofereceu cursos profissionalizantes em 1880. Por tudo isso, é compreensível que os relatórios oficiais trouxessem sempre comentários e críticas relativas à incompetência das professoras e à falta de condições materiais de funcionamento das escolas. Em seus escritos sobre a educação, Nísia Floresta tratará também dessas questões, revelando não apenas sua visão ampla e consciente acerca do problema educacional, como o empenho em contribuir para alterar tal quadro de modo que as mulheres de seu tempo pudessem ter acesso à instrução e à educação.

Os escritos de Nísia serão examinados a partir da peculiaridade que apresentam como textos que se situam entre a ficção didática e o doutrinário, misturando gêneros diversos: ensaio, novela e crônica, por exemplo. Em alguns, a forma ensaística prevalece, caso encontrado em *Opúsculo humanitário*, que, desde o título, parece recuperar um fio militante e panfletário que era comum aos opúsculos – uma publicação intermediária entre o livro e o jornal. Parte dos documentos de ordem política de então se conservaram sob essa forma, principalmente os de sentido panfletário.

Em outros escritos, ao lado de questões teóricas acerca da educação, como *Conselhos à minha filha* e o *Discurso às educandas*, encontram-se também elementos da vida pessoal de Nísia Floresta, os quais dão aos textos um certo ar de autobiografia. Outros ainda partem de um projeto de crônica, esbarram no panfletarismo e no relato biográfico e terminam como uma narrativa que, só em parte é ficção, tal a força do seu didatismo. Entre estes, estão “O abismo sob as flores da civilização”, “Um passeio no Jardim de Luxemburgo”, e *A mulher*. Temos ainda, um tipo de narrativa que

a princípio é intencionalmente ficcional, mas que resvala, ao final de algumas páginas, na demonstração prática de teorias, o que empobrece em muito o texto, caso de *Fany ou o modelo das donzelas*. Vejamos como tais características aparecem em cada texto, e quais os resultados dos procedimentos adotados.

Por um novo humanismo

O *Opúsculo humanitário* consiste numa coletânea de 62 capítulos (ou artigos) que foram publicados, parcial e anonimamente, no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1853, mesmo ano de sua publicação; e, depois, com o livro já circulando, em *O Liberal*, de julho de 1853 a maio de 1854. Como tais jornais eram respeitáveis e pertenciam à “grande imprensa” da época, tal fato torna-se ainda mais significativo, se considerarmos o alcance da imprensa nos meios letrados ou o quanto de prestígio era necessário para se manter uma determinada matéria durante tanto tempo em evidência nos meios de comunicação. Por essa e por outras colaborações, Nísia Floresta poderia ser também considerada como uma das primeiras mulheres no Brasil a se utilizar da imprensa para a divulgação de ideias feministas, entendendo-se aqui por feminismo toda ação consciente empreendida na defesa do sexo feminino.

A presença da autora nesse meio demonstra ainda sua grande erudição, suas leituras, a experiência no magistério e na direção do Colégio Augusto ou, ainda, os conhecimentos obtidos na viagem que havia feito a países europeus durante os anos de 1849 e 1851. No livro, a autora recupera boa parte da história da condição feminina em diversas civilizações através dos séculos, da antiguidade clássica ao seu tempo, relacionando o desenvolvimento intelectual e material do país, ou o seu atraso, e o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade. Por fim, trata do Brasil, da mulher brasileira, das escolas para meninas. Aliás, este parece ser o motivo mesmo de toda a reflexão. Nísia Floresta defende aí a tese de que o progresso

de uma sociedade depende da educação que é oferecida à mulher, e que só a educação moral e a religiosa incutida desde cedo na menina fariam dela melhor esposa e melhor mãe.

Apesar da divulgação que a obra teve nos meios jornalísticos, não são muitos os registros encontrados a respeito de sua recepção junto ao grande público. Alguns estudiosos de Nísia referem-se a notas publicadas nos jornais, nas seções “A Pedido”, contendo críticas ou endosso às suas ideias. Também mencionam comentários que Machado de Assis e Alexandre Herculano teriam feito sobre o livro. Há que se acrescentar à recepção crítica, o texto assinado por Luis Filipe Leite para o jornal *Ilustração Luso-brasileira*, de Lisboa, em 1856. O autor dedicou ao *Opúsculo humanitário* um longo ensaio, com muitos elogios à autora, com a qual afirma concordar por diversas vezes. O que mais lhe agrada no livro parece ter sido justamente o fato de aí se propor, através da educação, apenas uma maior habilitação das mulheres no desempenho de seu papel social, e não de maiores voos, ou muito menos uma concorrência intelectual com os homens. Afirma o crítico: “A autora não quebra lanças pela emancipação da mulher, mas conhece com lástima, que não é a mulher ainda o que devia ser; a primeira educadora de seus filhos, a mais útil amiga do homem. Não se detém em vagas acusações contra os governos, no que dá mais um documento de bom senso”. (Leite: 1860, p. 20)

Se Nísia Floresta defendesse uma educação que permitisse maiores conquistas para as mulheres, certamente não teria obtido a concordância do crítico e bem outra poderia ter sido sua reação. Mas, como a autora mantém seu pensamento dentro do “bom senso” desejado, isto é, como não propõe alterações substanciais no *status quo* feminino, merece elogios. Os poucos defeitos apontados referem-se ao estilo simples, destituído de “galas”, às divagações motivadas – ele reconhece – por sua erudição, e ao título do livro, que revelaria muito pouco da questão abordada.

A autora do precioso *Opúsculo* leu muito antes de o escrever; meditou ainda mais; a experiência de notável educadora corroborou-lhe a necessidade de fazer esta boa ação, porque o é deveras quando se escreve com tanto amor, e em tão amorável assunto; mas ganharia o seu livro muito mais no conceito dos que não prescindem dos encantos da arte a par da solidez dos fundamentos, se em objeto que a tantas luzes se pode encarar, não deixasse às vezes senão só os argumentos, sem o sedutor corretivo do estilo, que tanto adoça ainda as mais cruas verdades, quando lhes presidem o gosto e a imaginação. (Leite: 1860, p. 67)

O crítico português parece desconhecer que o texto foi feito para ser publicado em série, através da imprensa, o que necessariamente devia influir na escolha de linguagem mais objetiva e menos elaborada. Também parece se aliar aos que não aceitam ler ‘verdades’ sem um rebuscamento retórico. Parece, pois, não se dar conta do tom de urgência que perpassa o texto e da angústia autoral quando denuncia o estado calamitoso da educação no país. Sim, porque o tom comedido da autora existe apenas quando se refere aos propósitos da educação; no mais, adquire grande veemência, como nas contundentes críticas que faz aos que considerava responsáveis pela situação. Para melhor acompanharmos o pensamento da autora nos sessenta e dois capítulos que compõem o *Opúsculo humanitário*, destaco aí quatro blocos. São eles:

Do primeiro ao quinto capítulo, a autora percorre as civilizações antigas e modernas comentando o lugar ocupado pelo sexo feminino, considerado o “barômetro” que indicaria o estágio de civilização de cada sociedade. Assim, traça um amplo panorama da condição feminina desde a Ásia, “berço do gênero humano e da filosofia, onde ela, a mulher, era apenas a mais submissa escrava”; passa pelo Egito e pela África, onde apenas a beleza física era valorizada; até a Itália, a Grécia, os bárbaros do norte e os selvagens da América e da Oceania. Tece comentários acerca do regime feudal, do Tribunal do Santo Ofício e dos cruzados medievais. Considerando que apenas a mulher educada na religião pode influir positivamente sobre a socie-

dade e o que lhe importa é a moralidade dos povos, a autora termina por não destacar o papel da mulher na Grécia. O paganismo aí dominante teria impedido que sua inteligência se voltasse para a “mais nobre missão” (Floresta: 1989b, p. 8).

Do sexto ao décimo sexto capítulos, a autora detém-se na análise da história contemporânea, examinando o caso da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos. As “três grandes nações da Europa moderna” recebem os mais entusiásticos elogios, principalmente a primeira, que teria dado à mulher “privilégios reais” e “sólida educação” e pode ser considerado “o país por excelência nos respeitos tributados à mulher”. Na Alemanha, segundo a autora, estariam as “melhores esposas e melhores mães, pensadoras mais profundas, mulheres mais completamente educadas do que o são em geral as mulheres do sul”. A Grã-Bretanha, por educar a mulher “nos severos princípios de uma sã e esclarecida moral”, torna-a “consciente de sua própria dignidade” e da “importância do cumprimento de seus deveres”. Se a Inglaterra é “o modelo da religião, do comércio e da liberdade”, suas mulheres “o são das virtudes domésticas e da nobre altivez do seu sexo”. Já a mulher francesa é apresentada com restrições, devido ao “espírito de galanteio” que dominaria o país.

Mas, apesar do apreço que demonstra ter por essas nações, Nísia Floresta observa que ainda faltava muito para que elas alcançassem o aperfeiçoamento desejado na área da educação, sem, no entanto, especificar em que exatamente esse nível de aperfeiçoamento consistiria. As madames de Sevigné, de Maintenon, de Genlis e de Campan são citadas para provar que a educação moral deve ser a base de toda a instrução da mulher, a fim de que ela não se desvie da “senda das virtudes”. À América do Norte refere-se como a “poderosa rainha que se apresenta por último no palco da educação”, que confessa só conhecer através de informações. O país que possui mais escolas primárias e secundárias, sociedades científicas e literárias

permite à mulher ocupar o verdadeiro lugar na ordem social: “É sempre amiga do marido, algumas vezes seu conselheiro”.

No capítulo dezessete e até o trinta e nove, a autora, finalmente, trata da questão da educação no Brasil. Atribui à colonização portuguesa as causas determinantes do nosso atraso cultural, enumera os preconceitos herdados da metrópole e conclama os brasileiros a agir de modo a reverter o quadro educacional.

Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? (Floresta: 1989b, p. 43)

O desejo de ver seu país ao lado das nações mais progressistas levava Nísia Floresta a desenvolver o tema da necessidade de educação, a provocar o debate entre os contemporâneos e a cobrar alguma coerência entre os projetos governamentais e seu alinhamento aos ideais liberais. Se a educação das meninas era uma bandeira liberal, urgia que o país assumisse o projeto.

É interessante observar como demonstra nesse livro seu amor à pátria. Em vez de enaltecer-lhe os potenciais, as belezas naturais, suas riquezas à flor do solo, como então determinava o ufanismo nacional, a autora mostra o outro lado da moeda ao apontar as falhas e os defeitos de sua civilização: o atraso cultural, a indiferença dos governantes, o caos educacional. Mais adiante, nesse mesmo livro, ela faz uma verdadeira declaração de amor à terra, justificando o “Brasileira” que trazia anexado ao seu pseudônimo: “Amamos com religioso entusiasmo a nossa pátria, isto é, toda a vasta Terra de Santa Cruz. Em qualquer ponto dela consideramos em nossa pátria e os povos aí nascidos, nossos conterrâneos e irmãos” (Floresta: 1989b, p. 130).

Esse sentimento profundo de nacionalidade faz com que ela considere, também, todos os nacionais – homens e mulheres, ricos ou pobres – merecedores de iguais direitos aos “bens distribuídos pelo governo”, tais como a educação e a instrução. É com este espírito que passa, então, a descrever nosso quadro educacio-

nal: as escolas de ensino primário parecendo casas penitenciárias, pessoas sem idoneidade ou capacidade comprovada a fundarem escolas, a ausência de qualquer fiscalização por parte do governo.

Não nos embala a vã pretensão de operar uma reforma no espírito de nosso país. Por demais sabemos que muitos anos, séculos talvez, serão precisos para desarraigar herdados preconceitos a fim de que uma tal metamorfose se opere. Esperamos somente que os zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra atentem para os exemplos que a História apresenta do quanto é essencial aos povos, para firmarem a sua verdadeira felicidade, o associarem a mulher a esse importante trabalho.

A esperança de que, nas gerações futuras do Brasil, ela assumirá a posição que lhe compete nos pode somente consolar de sua sorte presente (Floresta: 1989b, p. 45).

Enquanto no *Direitos das mulheres* a autora rejeitava a ideia de uma revolução radical nos costumes, no *Opúsculo humanitário* será diferente, e ela expressa o desejo de uma completa transformação no sistema educacional. Chega inclusive a afirmar que não poderá haver no Brasil uma boa educação da mocidade enquanto “o sistema de nossa educação, quer doméstica, quer pública, não for radicalmente reformado”. Mas a autora tem consciência de que os preconceitos arraigados no espírito do brasileiro eram ainda muitos. Enumera os mais frequentes, tornando alguns capítulos desse livro quase que uma extensão do *Direitos das mulheres*. A fraqueza física, a incapacidade de reflexão e o natural gosto pelo adorno, citados pelos homens, seriam apenas pretextos para que as mulheres fossem mantidas em estado de submissão. Os homens não tinham interesse em educá-las para melhor as dominar, pois, afinal, é ela quem diz: “Quanto mais ignorante é um povo, mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu ilimitado poder” (Floresta: 1989b, p. 60).

Na crítica às escolas e ao ensino, a autora utiliza dados oficiais do ano de 1852, do quadro demonstrativo do estado da instrução primária e secundária das Províncias do Império e do Município da Corte, e do Relatório feito à Assembleia Geral por Gonçalves Dias.

Assim, ao fazer sua radiografia do ensino nacional, ela destaca os dados relativos às meninas e analisa os documentos oficiais, utilizando-se dessas informações contra o próprio governo. E termina por desmascarar a ineficiência das leis vigentes relativas ao ensino.

‘Todavia, apesar deste e outros documentos oficiais, apesar do quanto se tem dito a respeito dos obstáculos que retardam os progressos do nosso ensino público, muitas pessoas recreiam-se aplaudindo a admirável rapidez com que marcha a civilização entre nós. [...]’

Quando o mesmo governo confessa, à vista de provas autênticas, ser por toda parte do Brasil pouco lisonjeiro o quadro que apresenta o estado da instrução pública, devemos nós regozijar-nos da marcha progressiva de nossa civilização? Cometeríamos um grande ato de injustiça se, como aqueles seus apologistas, deslumbrados da perspectiva fosforicamente brilhante das reuniões de nossas capitais – entre as quais tanto sobressaem as desta Corte, foco da civilização brasileira – esquecêssemos as nossas meninas do interior das províncias, condenadas ainda à sorte de suas mães sob o regime colonial (Floresta: 1989b, pp. 84-85).

Os números que divulga são os seguintes: para um total de 55 mil alunos das escolas públicas, apenas 8.443 eram alunas. Em Minas Gerais, onde a instrução estava mais difundida, de 209 escolas, apenas 24 destinavam-se às meninas. A Bahia contava com 184 escolas primárias, sendo 26 femininas; Pernambuco, 82, sendo dezoito para meninas; o Rio de Janeiro possuía 116, mas só 36 eram para o sexo feminino e, na Corte, a sede do governo imperial, havia nessa época, apenas nove escolas para meninas. Longe de se deixar enganar com tais estatísticas, lembra que a situação das demais províncias era bem diversa, pois muitas não haviam tomado, até então, qualquer iniciativa no sentido de promoverem a educação das mulheres.

Conhecendo bem essa realidade e, ao mesmo tempo, acreditando pouco na iniciativa e no interesse governamentais, que restava a um espírito como o de Nísia Floresta, além de esperar notícias da Câmara, nos jornais diários? Muito pouco, na verdade, a não ser clamar energeticamente contra a escassez de escolas e

incitar os provincianos mais esclarecidos a preencherem as lacunas deixadas pelo governo. E é o que ela faz em várias páginas do seu *Opúsculo humanitário*.

Os números citados permitem-nos acompanhar a questão da instrução feminina durante o Império, principalmente se a eles acrescentamos outros dados. Em 1872 – vinte anos após esse livro –, 29,3% da população feminina no Rio de Janeiro estava alfabetizada. Em 1873, o Império contava com 5.077 escolas primárias entre públicas e particulares, e o número de alunos perfazia um total de 114.014 e de 46.246 alunas. Em 1890, essa proporção estava na ordem de 43,8%, revelando um aumento substancial, ainda que limitado ao Rio de Janeiro³.

Novos dados vêm comprovar o crescente número de meninas frequentando escolas particulares. Vejamos: em 1855 havia na Corte dezessete escolas primárias para meninos e nove para meninas (mesmo número encontrado por Nísia Floresta dois ou três anos antes), contabilizando 909 meninos e 533 meninas. Os números da rede particular somavam 97 escolas: 51 masculinas e 46 femininas. Onze anos mais tarde, em 1866, a situação já era outra: para 1.860 alunos, havia 1530 alunas nas escolas públicas; e 2.111 meninos e 2.056 meninas nas particulares. Esta surpreendente quase igualdade numérica pode comprovar o quanto a instrução e a educação passaram a fazer parte das aspirações das camadas superiores das populações urbanas. (Saffiotti: 1979, p. 197)

O incentivo a uma ampla divulgação da educação e da instrução junto à sociedade devia-se, repetimos, principalmente ao movimento das ideias liberais entre os intelectuais e da adesão dos homens e mulheres esclarecidos do país. O século XIX convertia-se, assim, no momento decisivo de significativas transformações na vida das mulheres. O acesso feminino à escola se impunha,

³ O censo brasileiro de 1872 estimava a população nacional como sendo de 10.112.061 indivíduos. Dentre estes, sabiam ler e escrever: 1.012.097 homens livres, 550.981 mulheres livres, 958 escravos e 445 escravas. (HAHNER: 1981, pp. 32-33)

vencia as resistências e consolidava-se como uma realidade. Nesse momento, era a educação; mais tarde seria o trabalho e a ampliação de seus direitos políticos.

Finalmente, na última parte do *Opúsculo humanitário* – do capítulo quarenta ao sessenta e três – temos o plano de educação para a mulher brasileira concebido por Nísia Floresta. Esse parecia ser mesmo o objetivo primeiro do livro. É o momento em que melhor se percebe o jogo de forças e de influências a que a autora estava presa. Por um lado, próxima do pensamento liberal mais progressista, e, por outro, limitada por sua formação religiosa aos ditames conservadores do catolicismo. No primeiro caso, defende a difusão em massa de escolas de primeiras letras para meninas em igual número das que eram criadas para meninos, exige uma fiscalização severa do governo na qualidade do ensino ministrado, protesta pelo impedimento do acesso feminino ao nível secundário de escolarização, denuncia as facilidades concedidas a estrangeiros para abrirem escolas, e ainda lamenta o baixo nível intelectual da maioria das professoras. A autora endossa as modernas teorias higienistas ao defender a necessidade de uma educação física para mulheres e crianças, e aproveita para condenar a reclusão feminina (“costume mourisco de se fecharem as mulheres em casa”) que impedia a muitas um “higiênico passeio cotidiano”. Os médicos, e não só a urbanização, foram também responsáveis pela retirada da mulher das alcovas, consideradas por eles como locais úmidos e mal ventilados que provocavam fraqueza e doenças. Ao defender uma nova organização doméstica e a valorização feminina na família, o poder médico vai transformar as mulheres em importantes aliadas de seus projetos.

Ainda é preciso lembrar o contato que Nísia Floresta teve com a filosofia positivista, e com Auguste Comte em Paris, que os positivistas orgulhosamente se empenharam em divulgar. Aliás, as únicas cartas de Nísia Floresta que restaram foram precisamente as

que ela trocou com Comte, durante os anos de 1856 e 1857, e que testemunham a amizade respeitosa e cordial que um dia existiu entre eles⁴. Mas, ao buscarmos os escritos de Nísia Floresta, verificamos que sua adesão à filosofia positivista foi bem limitada, até porque, muitas das posições que ela assumiu – como a defesa da abolição, do moralismo e da educação feminina, por exemplo – eram bandeiras que extrapolavam os ditames positivistas e pertenciam também a outras correntes de pensamento – e defendidas por intelectuais importantes, como Saint-Simon, Bazard, Robert Owen e Charles Fourier. Nada mais coerente, portanto, que a autora se identificasse com uma filosofia que vinha ao encontro de seus interesses e enfatizava a supremacia feminina, tal como ela mesma havia feito em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, na década de 1830.

Assim, ao fazer a sua leitura do positivismo e ao destacar nele os pontos que mais atendiam a seus interesses intelectuais, Nísia Floresta adquiriu um certo verniz desse pensamento filosófico. Enganou, desta forma, a muitos que reconheceram aí uma adesão completa. Tanto foi apenas superficial sua identificação com tais propostas, que não se encontra em seus escritos nenhuma outra referência a Comte ou à sua filosofia, que não esteja diretamente relacionada com a melhoria da condição feminina.

Examinemos agora o segundo aspecto. Ao se deixar contaminar por ideias moralistas de fundo religioso, ou mesmo pelo pensamento positivista, a autora termina por contribuir não para a ampliação do universo feminino, mas, ao contrário, para uma nova delimitação do papel da mulher, aproximando-se perigosamente daqueles teóricos – como Rousseau e Gregory – que tentava combater. Senão, vejamos: a educação devia se iniciar no berço, com a amamentação feita pela própria mãe. O ideal de educação para a menina é aquela feita no lar sob a orientação materna. A escola

⁴ A correspondência trocada entre Nísia e Comte – composta de um total de catorze cartas – apenas foi traduzida para o português e publicada no Brasil em 2002, por iniciativa da Editora Mulheres, de Florianópolis.

atenderia apenas às meninas que não pudessem, por qualquer motivo, ser educadas em casa. As virtudes, como a modéstia, simplicidade e caridade deviam ser inculcadas desde cedo não só através de palavras, mas principalmente pelo exemplo doméstico. A menina devia ser poupada do contato com escravos e estranhos; bailes, teatros e diversões em geral costumam ser perniciosos na formação da criança – devia-se dar preferência a passeios ao ar livre –, e as brincadeiras infantis deviam ser supervisionadas pela mãe. A menina precisa ainda de um horário para dormir, acordar, brincar, fazer refeições, estudar; enfim, para conhecer desde cedo o “nobre fim para que foi criada”.

Assim, Nísia Floresta delineia o ambiente ideal para a menina que, ao final, não era outro senão aquele onde as mulheres sempre estiveram: a casa paterna. No lar – a “estufa” – ela estaria protegida dos “miasmas” subversivos de correntes mais arejadas. Algumas indagações tornam-se irresistíveis: se o ideal era o ensino em casa, para que a exigência de tantas escolas?

Enquanto parecia estar tratando apenas da mulher-menina, Nísia Floresta ao mesmo tempo envia sua mensagem à mulher-mãe e traça nitidamente seu papel, delimitando seu campo de ação e ampliando suas obrigações frente à sociedade. À menina caberia, um dia, fica subentendido, ser mãe de família. À mulher que já o fosse, cabia-lhe assumir as responsabilidades inerentes a tal função. Ela deve: amamentar, criar com desvelo, educar nos princípios morais, vigiar a filha todo o tempo, ser um modelo de virtudes, e, ainda, ser mestra e preceptora, a responsável pela instrução completa dos filhos. Em última instância, ser única e exclusivamente mãe. Parece que, nessa transmissão ideológica, residiria todo o objetivo da educação de uma menina.

Uma mãe bem educada e suficientemente instruída para dirigir a educação de sua filha obterá sempre maiores vantagens, aplicando-se com terna solicitude a inspirar-lhe como emulação o sentimento da

própria dignidade, que qualquer diretora não conseguiria obter de suas educandas (Floresta: 1989b, p. 91).

A menina educada em casa e pela mãe seria a “delicada flor da estufa”, enquanto a outra, que respirou miasmas e esteve exposta a influências diversas, apenas uma “flor de jardim”. A ênfase dada à educação moral, entendida como “o guia mais seguro da mulher, a estrela polar que lhe indica o norte”, era necessária até como forma de limitar as opções femininas. Afinal, a moralidade era a garantia dos valores que regulavam a ordem e a vida social; e a religião, a responsável principal pela sustentação dos liames sociais.

Atentem todas as mães brasileiras – como convém ao seu próprio interesse, à dignidade da família e à glória da pátria na aurora do seu engrandecimento – para as propensões de suas filhas, e empreguem todos os seus esforços para arredá-las a tempo de tudo quanto possa animar as más e enfraquecer as boas, evitem-lhes, sem que elas se apercebam, até uma certa idade, as ocasiões de acharem-se em companhia de quem quer que seja, longe de suas vistas ou das de preceptoras esclarecidas e dignas de sua confiança. (Floresta: 1989b, p. 112)

Nísia Floresta se identifica em parte com Kant – que é citado no *Opúsculo* –, quando este considera a religião a partir de um ponto de vista subjetivo, como “o conhecimento de todos os nossos deveres como ordens divinas”. Também para Nísia Floresta a religião é poderosa o bastante para garantir a vitória dos valores morais naqueles que a praticam. Daí, sua tendência em definir a educação não do ponto de vista do indivíduo, mas sim da sociedade. Segundo a autora, a religião “fortifica e realça as qualidades femininas, é ela ainda que sustenta e consola todo o indivíduo nas circunstâncias mais difíceis da vida, a bússola invariável que lhe indica os seus deveres e o conduz ao exato cumprimento deles”. (Floresta: 1989b, p. 134)

Com tais suportes, o conceito de educação feminina proposto por Nísia Floresta termina por não avançar muito no que se refere às possíveis mudanças nas condições de vida da mulher do seu tempo. A cultura geral, enfaticamente pleiteada, serviria tão somente

para melhor preparar a mulher para assumir com responsabilidade o papel de mãe de família, dentro de um rígido controle de sua moralidade. O poder feminino, tão sonhado anteriormente, limitar-se-ia àquele obtido através da influência junto aos filhos. Também nessas postulações tão contraditórias, Nísia Floresta aproxima-se tanto dos positivistas – que defendiam ao mesmo tempo uma ampla educação para a mulher e a limitação de sua atuação nos domínios do doméstico – quanto dos higienistas, que só julgavam necessária a instrução feminina para aplicação junto aos filhos.

Nesse momento eram muitas as vozes se manifestando com relação à mulher. De todos os lados vinham argumentos, elogios, reprimendas, ameaças veladas. Eis um exemplo. No mesmo ano em que foi publicado o *Opúsculo humanitário*, 1853, saía no Rio de Janeiro uma outra publicação de longo título, assinada por Zaira Americana, também tratando da questão educacional feminina⁵. Parte do livro, com pensamentos e biografias de homens e mulheres célebres, já havia sido publicada no *Jornal das Senhoras* no ano anterior, com o intuito preciso de demonstrar às leitoras – senhoras e mães de família –, as vantagens que a educação das mulheres trazia para a sociedade.

Alguns anos depois, em 1862, era traduzido o livro *Educação das meninas*, de Fénelon, que maior influência ainda exerceria junto aos escritores nacionais. A tradução era assinada pela gaúcha Ana Euquéria Lopes Cadaval, também autora de romances e de outras traduções. Nessa época, escritores e periódicos – como *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz – participavam do debate, a maioria defendendo a educação feminina. As diferenças entre eles surgiam quando tentavam justificar o objetivo dessa educação.

⁵ Zaira Americana, pseudônimo da argentina radicada no Rio de Janeiro Maria Benedita de Oliveira Barbosa, era esposa do comendador José Thomaz de Oliveira Barbosa, e seu livro intitulava-se: *Zaira Americana mostra as imensas vantagens que a sociedade inteira obtém da ilustração, virtudes e perfeita educação da mulher, como mãe e esposa do homem*. Rio de Janeiro: Tipographia Dois de Dezembro, de Paula Brito, 1853.

As opiniões recolhidas na *Polianteia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios*, por exemplo, ainda que já de 1881, nos oferecem uma ideia da diversidade de pontos de vista entre os intelectuais acerca da questão. Num universo de 127 colaboradores, foram encontradas as seguintes posições: nove opinaram que a educação devia preparar a mulher apenas para o lar e jamais contribuir para sua emancipação intelectual ou profissional; sete, que a educação devia completar a formação feminina; dezesseis, que a educação da mulher devia consistir sobretudo em sua preparação religiosa e moral; 63 defendiam que educar a mulher era contribuir para a dignificação da família, da nação e do mundo; e 23, que a educação da mulher representa sua emancipação. Nove colaboradores deram respostas tão evasivas que não chegaram a definir seu pensamento a respeito (Bernardes: 1988, p. 23).

Como se pode ver, a maioria das respostas aponta para uma educação permeada pela religião e pela moral que aperfeiçoasse ainda mais a mulher e a tornasse naturalmente devotada ao lar, à família e às tarefas domésticas. E entre os que assim se posicionaram estavam dois positivistas: Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes que, coerentemente, condenavam qualquer possibilidade de emancipação feminina através da profissão, pois acreditavam que isso seria o princípio destruidor da família e da sociedade⁶.

Também as quatro mulheres que participaram desta *Polianteia* alinharam suas opiniões entre os que definiam a educação feminina como fator de elevação moral das mães de família e da sociedade. Os liberais clássicos, os positivistas e os conservadores formavam um só grupo quanto ao assunto: para eles, a educação deveria reverter, ao fim, no próprio benefício do homem ou dos seus interesses

⁶ Para melhor avaliar a participação dos positivistas na educação feminina brasileira, é bom lembrar que o Decreto nº 7.247 da Reforma Carlos Leôncio de Carvalho de 19 de abril de 1879, que facultava à mulher o ingresso ao ensino superior na Faculdade de Medicina, foi derrubado pelo ministro positivista Benjamin Constant, em seu primeiro ato do governo republicano. (Bernardes: 1988, p. 183)

na sociedade como um todo. A mesma diversidade de opinião se encontrava entre as mulheres de letras de então. Josefina Álvares de Azevedo (1852-?), por exemplo, defendia a profissionalização feminina, porém muitas abominavam tal projeto e pregavam o confinamento doméstico como sendo um ideal de felicidade.

Nessa época, os jornais femininos eram numerosos e constantemente traziam, ainda que junto ao endosso das funções “naturais” da mulher, a promessa de outras conquistas. Mas o desempenho e prestígio da maternidade ocupava um espaço tão extenso – e intenso – nas vidas femininas, que terminava por impedir, praticamente, qualquer outra atividade nesse momento. E, é bom lembrar, os homens continuavam atentos para evitar as reivindicações e garantir a presença feminina nos domínios domésticos.

O aceno que Nísia Floresta havia feito em 1832, apontando para a possibilidade de uma vida pública para as mulheres, termina adquirindo um tom de brincadeira retórica da jovem escritora, uma vez que nem ela mesma parecia realmente querer executar a proposta ou nem mesmo nela acreditar. Se o feminismo de Mary Wollstonecraft pode ser considerado radical, o de Nísia Floresta parece se encaixar no ‘bom feminismo’, pois não pretende alterar substancialmente as relações sociais e conserva as mulheres nos limites ideológicos do privado. Por tudo isso, é preciso destacar, mais uma vez, a honrosa exceção de 23 colaboradores da *Polianteia*, os quais, mediante visão mais ampla, intuíram a possibilidade de a educação representar também um meio de conquista da emancipação feminina.

Mas, ao fazer a leitura desse especial momento da história brasileira, importa ressaltar que é preciso não perder de vista o alcance que poderia ter tido, naquela época, a repentina valorização da figura feminina e da sua função biológica exclusiva. Para quem, até recentemente, ocupava papel obscuro em consequência a uma estratificação social rígida que privilegiava o papel do homem, transformar-se em centro das atenções e receber homenagens de to-

dos lados devia realmente significar muita coisa – como naturalmente significou. Essa era uma etapa obrigatória na história da liberação da mulher e que precisava ser cumprida.

Conselhos de uma mãe-educadora

Nísia Floresta escreveu também livros que se inscrevem na antiga tradição de prosa moralista de intenção nitidamente doutrinária, comum tanto na literatura europeia de séculos anteriores como na brasileira, principalmente pela inspiração dos fascículos do Marquês de Maricá, tão divulgados nos jornais de seu tempo. São eles: *Conselhos à minha filha*, *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta* e *Abismo sob as flores da civilização*. Esses escritos, intimamente ligados à questão educacional, pretendem transmitir ensinamentos através de exemplos de conduta considerados ideologicamente positivos, ao mesmo tempo em que condenam outros por serem prejudiciais à sociedade.

Quando elege determinadas virtudes como adequadas ao comportamento das meninas, das mulheres e dos jovens, a autora define-se também com relação aos valores que apoia e quer ver normatizados. Tais valores, sabemos, eram principalmente os divulgados pelo moralismo cristão e endossados pela medicina higiênica, voltados para o controle do corpo e do espírito dos jovens. O poder médico adquiria importância como condutor dos interesses sociais devido às alianças com os demais poderes e estabilizava a conduta física, intelectual, moral e até sexual dos membros sociais, visando a sua adaptação ao sistema político e econômico.

Como outras mães-educadoras, Nísia Floresta dirige seus textos ora para a filha e às meninas em geral, ora para o filho e os jovens, ora ainda para as alunas do seu colégio e para as mães de família. O tom que perpassa pelos escritos é sempre o conselheiral que, conforme as circunstâncias, adquire um aspecto afetuoso, protetor e insinuante ou ainda quase ameaçador. Em *Conselhos à minha*

filha e no *Discurso às educandas* prevalece o primeiro deles; já em *O abismo sob as flores da civilização*, o último.

Essas narrativas também têm em comum o fato de conterem informações de ordem biográfica. A autora se apresenta ora como uma mãe dedicada e extremosa, bem de acordo com a imagem idealizada da mulher na época e que aparece em diversos escritos, ora como esposa saudosa do marido, ora como filha querida e obediente e ora, ainda, como professora zelosa. Enfim, mostra-se em suas alegrias, aflições, melancolia e sonhos. A primeira delas – *Conselhos à minha filha* – foi também a mais traduzida e a que mais edições obteve entre todos os escritos da autora. Tal sucesso pode ser atribuído ao fato de aí estar representado não só o paradigma ideal da adolescente e o incentivo à prática de deveres e virtudes, que se esperava de uma menina, mas também o comportamento dedicado e amoroso que se esperava que uma mãe tivesse para com a sua filha.

Na *Resenha bibliográfica* que Didimo Nepote faz desse livro para o jornal veneziano *L'Etá Presente*, em 1858, os elogios se voltam também (como no *Opúsculo humanitário*) para o bom senso dos ensinamentos:

Ora, estes conselhos foram ditados por uma nobre alma, a uma juvenzinha: e às juvenzinhas dirigem-se. A elas resultarão mais caros porque não saem do círculo daquelas virtudes mais frequentes e menos rumorosas que são necessárias na reclusa vida de uma mulher e porque de toda página sopra um sentido de convicção na fé religiosa e na atividade moral que convence e consola (*L'Etá Presente*, Veneza, ano 1, n° 7, 14 ago. 1958).

No prefácio de *Conselhos à minha filha* a autora esclarece que os ensinamentos aí contidos constituem o seu presente de aniversário para a filha que completava 12 anos. Porque a mãe os considerava úteis, preferiu-os, em vez de uma “linda alfaia”, ou seja, “loucos enfeites da moda”. Também contribuiu o fato de a autora considerar tal presente como sendo mais digno dela. Também se en-

contra aí a louvação do sentimento maternal (que se converterá numa autolouvação), considerado como o “único, imenso e verdadeiro”, ao qual “todas as afeições são inferiores”. Enfim,

O sentimento maternal está além de todas as paixões humanas. Só uma mãe é capaz dos maiores sacrifícios sem outras vistas, sem outra recompensa mais do que o seu próprio amor. [...] Só uma mãe ama a seus filhos com um inteiro e verdadeiro desinteresse. Ela o ama feliz, se ele é virtuoso, desgraçada se ele não o é; mas o ama sempre e o ama então com um sentimento mais poderoso, a compaixão! (Floresta: 1845, p. 35)

Assim, com o pretexto de dar conselhos à filha, a autora trata do seu amor por ela – e do amor materno como um todo – contribuindo para a fixação e normalização de um comportamento e de um sentimento que, naquela época, convinha propagar. Apesar da crença dominante de que o amor materno sempre havia existido e que era natural na mulher, de alguma forma intuía-se que ele não existia necessariamente em todas as mulheres, haja visto o número crescente de filhos enjeitados e os altos índices de mortalidade infantil. As mulheres – primeiro trancafiadas nas alcovas, depois envolvidas pelo mundanismo – pareciam não se interessar pela sorte das crianças e menos ainda queriam se conscientizar da importância de seu papel nessa questão.

Nísia Floresta, acompanhando as preocupações dos filósofos, moralistas e médicos da época, abraça também, nesse e noutros trabalhos, o ideal de transformar a mulher indiferente em mãe amorosa e responsável. Por tudo isso se encontra, aqui, a exaltação da figura materna e a elevação de “mãe” para o título mais nobre, o que “exprime só todos os sentimentos d’alma, as mais sublimes e puras afeições”, o único capaz de dar a “verdadeira importância” à mulher.

Também no discurso pronunciado no encerramento das aulas do seu colégio em 1847, apesar de dirigir-se às alunas e aos pais presentes na solenidade, a autora dá testemunho de sua condição

materna ao mencionar as aflições que havia passado pelo fato de a filha haver adoecido naquele ano. Afirma, ao final, esperar que as educandas façam bom uso da instrução, “de que tanto precisa o nosso sexo, a fim de facilmente preencher os sagrados deveres que lhe impõem a natureza e a sociedade”.

A autora atribui ao seu amor materno o gosto pelo estudo, pois tinha a esperança de um dia dar à filha as primeiras lições. As mulheres – entenda-se – deveriam instruir-se não por prazer ou para emancipar-se, mas porque um dia seriam responsáveis pela educação dos filhos (não é demais repetir). O vivo empenho demonstrado na propagação do sentimento materno termina por sugerir um outro título, ou subtítulo, para esse livro que, afinal, bem podia ser: *Conselhos às mães de meninas*.

Também um aspecto interessante é a evidente autoestima da autora. Mesmo quando parece voltar-se para a filha e estar desempenhando seu papel de conselheira, coloca-se, a si própria, todo o tempo, como o exemplo das virtudes que quer incentivar. Cito: “Se algum dia ela [a família] precisar de teus socorros, imita tua mãe, não hesites um momento em preferir a sua à tua felicidade. Sacrifica-lhe tudo, menos a virtude!...” (Floresta: 1845, p. 51).

Sutilmente ela observa que o valor do presente – o livro – não estaria apenas em seu conteúdo moral, mas principalmente no sacrifício de quem o fez à noite, nas horas do “único e ligeiro repouso que lhe é permitido gozar”, após o trabalho no colégio. O orgulho da função materna não permite que a autora se esqueça de si mesma em nenhum momento, levando-a a rememorar a própria infância, seu amor e a dedicação pelos pais e irmãos menores. Por isso a abundância de expressões como “tua sensível mãe”, “terna mãe”, “triste mãe”, “meus solícitos e ternos cuidados”, “minha vigilante ternura”. Desse mesmo orgulho ela retira a autoridade para autointitular-se “única guia”, “melhor amiga de sua infância” e exigir confiança absoluta: “que o menor, o mais

insignificante segredo não ache asilo contra ela [a mãe] em teu coração” (Floresta: 1845, pp. 54-55).

As virtudes e os deveres filiais aí incluídos poderiam assim ser resumidos: a menina educada deve ser simples, natural, modesta, amável (“sem pretensão de agradar”), amorosa e obediente aos pais, respeitosa com os idosos, condescendente (“habitua-te desde já a sofrer com resignação os inconvenientes da vida”); boa e solícita com as companheiras, caridosa, generosa, benevolente (principalmente com os “mais constrangidos” ou “menos favorecidos de fortuna”), decidindo-se sempre pelo oprimido, “pois os desgraçados têm incontestáveis direitos à nossa proteção e amizade”. Esses deveres e virtudes alinham-se, pois, entre os valores de ordem moral e religiosa capazes de determinar aquele comportamento ideal que tornaria a jovem meiga, acomodada e satisfeita em servir o outro. Aliás, era o mesmo o que se esperava de uma mulher. A acreditar na força de tais conselhos, não é de admirar que não pertencesse ao vocabulário da mulher dessa época uma outra palavra: direitos.

Perpassa ainda, pelos conselhos, um modelo de comportamento cristão, idêntico ao preconizado para Domingos, o personagem escravo de *Páginas de uma vida obscura*, uma narrativa relacionada à escravidão. Deve-se praticar o bem apenas pelo prazer em praticá-lo, e não para se exhibir. A recompensa pelas boas ações em vida fica para um plano espiritual a ser alcançado após a morte. A atitude paternalista da autora para com o escravo e o oprimido em geral transparece também quando o aconselha a agir sempre com benevolência com as pessoas que lhe são “inferiores”. Enquanto é construído o paradigma da boa filha, pode-se perceber ao fundo a enumeração dos vícios que dominariam os maus filhos, que falam de seus pais, “arvoram-se de juízes de suas condutas”, são interesseiros, caprichosos e vaidosos. A boa filha merece toda a felicidade e o paraíso; os demais, o remorso, a culpa, o inferno. “O mau, minha filha, não pode ser jamais feliz [...]”

Finalmente, na última parte do livro, encontra-se um outro tipo de conselho que se distingue frontalmente dos primeiros; trata-se agora de ensinamentos de mulher para mulher. Nesse momento, a autora pretende passar à menina-moça sua experiência feminina com relação aos homens e os conhecimentos que tem da psicologia do conquistador. Para isso, faz a descrição de tipos masculinos, das artimanhas e malícias utilizadas pelo homem na conquista da mulher. Vejamos como introduz a questão:

Minha querida filha, há no mundo duas sortes de admiradores de nosso sexo, uma assaz comum, outra extremamente rara. A primeira é daqueles homens que, olhando-nos com desprezo, não veem em nós, assim como nessas lindas flores que se colhem para servir-nos de um ornato passageiro, mais do que um objeto digno somente de lisonjear seus sentidos. A seus olhos, uma mulher amável é sempre aquela que reúne mais graças exteriores e, ousados pela fraqueza com que os prejuízos de nossa educação nos apresentam aos olhos do mundo, eles têm estudado e põem em prática uma linguagem toda engenhosa para atrair nossa atenção e triunfar dessa fraqueza a despeito de nossa virtude mesma (Floresta: 1845, p. 52).

Do homem galante e conquistador deve-se, pois, manter distância. Seus elogios são falsos, suas atitudes estudadas, suas intenções condenáveis. Mas haveria ainda um tipo pior: o dos hipócritas. “Detestáveis seres” que aparentam modéstia sem sentir e manejam com habilidade as armas da sedução para melhor alcançar seus objetivos. O tipo recomendado é, então, o do homem sério, de “aspecto sisudo” que deixa transparecer “uma galhardia nobre”, “um recolhimento em seu porte” e que não “abusa de uma posição”. Ou seja, os homens

cujo coração [é] formado na escola da virtude, para honra da humanidade, [que] se prestam espontaneamente a vingar-nos dos ultrajes com que pretendem abocanhar-nos o crédito daqueles, de que acabo de falar-te. As armas de seu ilustrado entendimento, aguçadas na fina Pedra da Moral, contrastam superiormente esses ridículos dictérios, que para nós assestam grosseiros e fractuosos arcos brandidos por mãos impuras.

É de um tal homem, minha filha, que te recomendo procures a comunicação e cultives a amizade, quando tua razão se tiver desenvolvido. (Floresta: 1845, pp. 52-3)

No *Discurso às educandas*, a professora também se mostra preocupada com a ingenuidade das moças diante das artimanhas dos homens para seduzi-las, e quer alertá-las para o poder dos falsos elogios e da lisonja sobre o espírito jovem. A orientação segura da mãe – ou da professora e da mulher – baseia-se, como se vê, não só na experiência como também numa “filosofia dos costumes” que a menina não possui e, por isso, necessita de “um guia esclarecido” que a desvie dos perigos. Os *Pensamentos* que se seguem ao *Conselhos à minha filha* acompanham o tom predominante no livro, e expressam um incentivo à boa conduta, um alerta sobre o perigo ou, ainda, uma reflexão acerca da condição feminina, como os transcritos abaixo:

VIII

Os homens que pretendem, egoístas,
Das ciências vedar-nos os arcanos,
Contra si pronunciam, sem o crerem,
Sentença, que lhe traz terríveis danos!

XXI

Do terno coração de uma mulher
É mui belo ornamento a timidez;
Mil vezes infeliz foi sempre
Quem tão bela virtude em si desfez!

XXII

Os homens, leis fizeram parciais,
Que a mulher julgar deve naturais.

Versos como esses lembram os que costumavam ser realizados por outros escritores, como o marquês de Maricá, e que eram amplamente divulgados tanto pelos jornais como em publicações específicas, visando transmitir aos leitores, de modo geral, uma perspectiva reguladora de atitudes e comportamentos em sociedade.

O outro texto citado, “O abismo sob as flores da civilização”, datado de 1856, e incluído em *Scintille d’ un’ anima brasiliana* (1859,

trad. *Cintilações de uma alma brasileira*, 1997), é uma narrativa curta que, de um lado, guarda certa semelhança com a crônica e o ficcional, principalmente pelo teor metafórico de sua linguagem. Mas, por outro, aproxima-se da prosa moralista e se posiciona claramente na defesa de um certo padrão de comportamento e condenação explícita do que considera “desvios” sociais. Nele, a autora relata um passeio ao anoitecer nas margens do Sena e o encontro com um grupo de prostitutas que, com música e rústicas cabanas, haviam transformado um recanto do parque num *Foire au Plaisir*. É, pois, com o objetivo de alertar e afastar os jovens de tal risco – do abismo – que ela escreve esse texto e a eles se dirige. Pretende preveni-los contra os perigos que os ameaçam e que por eles não são percebidos devido à juventude. São suas palavras: “Para vós somente, ó jovens, confiantes demais no presente, e pensando tão pouco no porvir; para vós somente tenciono escrever estas breves palavras” (Floresta: 1997, p. 71).

Também nos *Pensamentos* incluídos ao final do *Conselhos à minha filha*, encontra-se um projeto semelhante, nos seguintes termos: “Sob as flores, a serpa venenosa/Se oculta e morde o viandante incauto/Assim doces prazeres nos ocultam/Dos vícios o tremendo fel mortífero” (Floresta: 1845, p. 32). A autoridade que reveste seus conselhos provém, principalmente, da condição maternal. A autora confessa com insistência que escreve enquanto mãe, “inspirada por minha santa mãe e mãe eu mesma”.

Esta pena que deseja vos servir de obstáculo à beira do precipício está embebida nas lágrimas de uma mãe, que tremia a cada passo que seu filho dileto dava neste jardim de enganosas delícias que vós, em vossa simples inexperiência, ou na sonolência dos nobres sentidos da alma, chamais de prazeres da juventude (Floresta: 1997, p. 71).

Os perigos e vícios que cercam os jovens estão metamorfoseados principalmente nas prostitutas que se oferecem. São elas as “modernas bacantes”, as “miseras”, o “demônio que enfeitiça” ou, ainda, “a megera enguirlandada”; os rapazes, os jovens incautos que urge pre-

venir e afastar do “abismo” onde se encontram. Trata-se, nesse texto, da condenação explícita da luxúria e dos desvarios da carne, que ameaçariam, não só a vida, como também, através do jovem, a saúde da futura família. A autora endossa as teorias médicas que consideravam a prostituição um flagelo para a saúde pública, um perigo físico e moral, além de causa de doenças e da devassidão dos costumes. Com esse escrito, ela contribui para a condenação da prostituição e defende um outro tipo de relacionamento entre homem e mulher, este sim, permitido e incentivado socialmente: o sexo higiênico, realizado nos limites de casamento.

O tom aflito e maternal adotado no início aos poucos se transmuta em ameaças veladas, já que a sífilis poderia ser adquirida em tais contatos, além da possibilidade de um incesto, caso o jovem encontrasse ali “uma filha de vosso pai”.

E (horrível pensamento, tantas das vezes concretizado!) tremei ante a ideia de encontrardes, sem aperceber-vos, entre as míseras que desmentem a própria dignidade, uma filha de vosso pai, incauto como vós, igualmente fácil e cego em abandonar-se àqueles prazeres que lhe aniquilaram as faculdades físicas e morais, quando ter-lhe-iam podido durar na plena flor da idade. (Floresta: 1997, p. 81)

Opondo-se a esse clima pecaminoso, a autora descreve outra cena em tudo oposta à primeira. Trata-se agora de um jovem casal que passeia por perto, alheio ao que o cerca, com “a felicidade pintada em seus rostos” e cujos “atos demonstram a santidade, a calma, a alegria e o amor”. A sexualidade acobertada pelo amor e praticada nos limites do sentimento conjugal é não só admitida como até sugerida pelo texto. Esses jovens sim – é o que a autora parece dizer – passeiam no verdadeiro jardim das delícias, uma vez que a pureza do amor e todas as virtudes desejáveis num casal estão do seu lado.

A partir das duas cenas, a autora contrapõe a ordem e a desordem social. De um lado, a sociedade planejada, a família organizada, as “ingênuas delícias”, “a única e verdadeira felicidade na Terra”, o

sexo higiênico, o “fundamento da união conjugal”. De outro lado – da desordem –, os jovens infelizes, a prostituição feminina, a família destruída, as “espeluncas do vício” e o sexo que só traz infelicidade.

Ao defender a ordem social, Nísia Floresta está garantindo, mais uma vez, a virtuosidade feminina e o ofício de regeneradora do homem a ser desempenhado pela mulher. Daí sua condenação a tudo que pode abalar os valores da sociedade burguesa, e sua impaciência para com os responsáveis pela “mais importante de suas reformas: a educação da mulher”. Ao construir sua narrativa contrapondo as flores (a ordem e o progresso) ao abismo (a devassidão dos costumes e a desordem), nossa autora mais uma vez dá sua contribuição ao pensamento que se pretendia o mais progressista de seu tempo.

A donzela e a mãe: uma mesma doutrina

Em um mundo, que justo ser não sabe,
Não desejes brilhar, filha querida;
Da mulher os talentos fazer devem
Os encantos domésticos da vida.
(Pensamentos)

Examinemos agora *Fany ou o modelo das donzelas* e *A mulher*. O primeiro, um texto curto, sem diálogo, semelhante a uma novela, foi publicado pela primeira vez em 1847. A segunda edição surgiu a partir de um manuscrito encontrado na biblioteca da família de Antônio Augusto Borges de Medeiros, e doado ao historiador Fernando Osório Filho, que o incluiu no livro *Mulheres farroupilhas*, de 1935, junto a estudos de mulheres que participaram da revolução. O manuscrito, que trazia na folha de rosto, do próprio punho da autora, a data de 8 de abril de 1847 e o nome Colégio Augusto, permitiu que a narrativa tivesse um destino diferente de *Daciz* ou *A jovem completa*, hoje completamente desaparecido.

O outro texto – *A mulber* – é posterior. Foi publicado inicialmente em italiano e compõe com outros quatro o *Scintille d' un' anima brasiliana (Cintilações de uma alma brasileira)*. Em 1865 foi traduzido para o inglês por Livia Augusta de Faria, filha de Nisia Floresta, e publicado também em Londres. A aproximação entre *Fany* e *A mulber* não significa que os dois textos sejam semelhantes em sua construção, na temática ou que pertençam a um mesmo gênero. Pelo contrário, foram as diferentes formas de tratar da questão feminina que impuseram essa aproximação, junto com a percepção de que, no fundo, eles se completavam. Senão, vejamos.

Fany ou o modelo das donzelas deve ser considerada uma novela de cunho didático-moralista, pois conserva bem nítida a intenção autoral de servir de leitura para a juventude feminina em geral e, em particular, para aquela do Colégio Augusto. Ao final da narrativa, aliás, encontra-se explícita esta intenção: “Possam todas as donzelas e principalmente aquelas para quem escrevi estes ligeiros traços da história de Fany, imitar suas virtudes e exercitarem uma pena mais hábil que a minha para descrevê-las”. Provavelmente foi o que hoje se denomina uma leitura paradidática, isto é, leitura indicada como atividade escolar, que por longo tempo esteve vinculada à pedagogia, pois pretendia contribuir na formação dos educandos através da estereotípia dos bons “exemplos morais”.

Já o outro, *A mulber*, é um misto de ficção e ensaio dirigido a leitoras já adultas, em que Nisia Floresta vai focalizar a mulher europeia, a questão da amamentação e dos cuidados maternos com filhos recém-nascidos. Os princípios ideológicos da autora atravessam de um para outro texto, apesar dos doze anos que os separam, e mantêm-se, assegurando uma forte coerência interna entre os textos.

A adolescente que Fany representa – a jovem perfeita – não será nunca, evidentemente, uma mulher como as que surgem no outro texto. Também a mulher que abandona o filho revela, com seu gesto, não ter recebido uma formação sólida, nem os exemplos maternos e escolares que estiveram presentes na educação de

Fany. O denominador comum aos dois textos continua sendo, no entanto, a preocupação com a educação moral das mulheres, a única que lhes daria, segundo opinião tantas vezes repetida, a consciência dos deveres que as esperam no futuro. Vejamos separadamente as duas narrativas para melhor explicitar essa questão.

Fany ou o modelo das donzelas

A história de Fany passa-se em Porto Alegre, durante o episódio histórico da Revolução Farroupilha (1835-1845), vivenciado em parte pela autora que aí residia por ocasião do início dos conflitos entre os revoltosos e o Exército Imperial. A Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha ocorreu devido à insatisfação dos estancieiros pela política centralizadora do governo e a falta de autonomia das províncias. Mas havia os liberais mais exaltados, que defendiam também ideias federalistas.

A personagem é uma adolescente, primogênita de numerosa prole, cujos pais se engajam ao lado dos farrapos. O pai torna-se chefe de um grupo, e, a mãe, uma entusiasta das ideias liberais, que apoia irrestritamente o marido em suas expedições. Apesar do envolvimento paterno e materno, Fany não toma partido e permanece a filha exemplar e adolescente estudiosa, ocupada única e exclusivamente em obedecer aos pais e em praticar as virtudes que se desejavam numa menina-moça. Em meio à revolução, ela assume o comando da casa e o cuidado com os irmãos menores.

O fato de essa narrativa estar vinculada aos acontecimentos de 1835 em Porto Alegre, foi suficiente para ela ser considerada uma crônica da Revolução Farroupilha, deixando de lado as reais intenções da autora e suas opiniões acerca do episódio. Assim, lembrando as famosas conferências republicanas feitas por Nísia Floresta no Rio de Janeiro em 1842, alguns estudiosos concluíram pela identificação desse texto e da autora com os ideais farroupilhas. É o caso não só de Fernando Osório (1935, p. 57): “formoso

e emocionante trabalho literário vazado em forma cristã sobre as peripécias da Guerra dos Farrapos”, de Adauto da Câmara (1987, p.119); que o considera episódio da Revolução Farroupilha; como também de outros leitores mais recentes deste texto. Refiro-me aos ensaios reunidos em *O papel da mulher na Revolução Farroupilha* (Retamozo,1985), um livro publicado por ocasião do sesquicentário dessa revolução. Nesses textos, onde são estudados os diversos aspectos da participação feminina no episódio – a mulher guerreira ou “farrapa”, as estancieiras corajosas, as intelectuais e as chinas –, pode-se perceber uma opinião comum em todos eles: consideram a personagem de *Fany ou o modelo das donzelas* e sua autora, Nísia Floresta, como elementos favoráveis à Revolução.

Niamara Pessoa Ribeiro, por exemplo, após lamentar a ausência de registros farroupilhos escritos por gaúchas, saúda o “providencial surgimento de Nísia” neste cenário intelectual, a “única voz feminina” a se manifestar “a favor da República rio-grandense”. Para ela, a autora seria uma simpatizante dessa facção. Maria Dutra da Silveira considerou Nísia uma “cronista da Farroupilha” pelo fato de seu texto conter “as vicissitudes de uma família em Porto Alegre” durante o conflito, e destacar aí “o papel desempenhado durante a revolta por muitas mulheres”. Hilda Flores, em *A mulher no período farroupilha*, trata mais detidamente de Nísia Floresta incluindo-a também entre as intelectuais dessa época. Afirma que Nísia “identificou-se com os farroupilhas, abraçando, como eles, a causa republicana” e se indaga até que ponto não teria havido “um intercâmbio ideológico entre a escritora e os farroupilhas”, uma vez que Nísia teria trazido “do Nordeste experiência política mais antiga que a dos sul-rio-grandenses”.

Rosane Frigeri e Francisco Ricardo Rudiger, autores de “Mulher e sociedade à época farroupilha”, consideraram *Fany ou o modelo das donzelas* um retrato cristalino do “impacto causado pela Revolução no modo de vida da mulher” e “um relato exemplar das

vicissitudes sofridas pelas famílias rio-grandenses durante o conflito”. Curiosamente, o texto nisiano representa também para esses autores “a abstenção feminina da história, o julgamento da revolução pelo tribunal imediato da vida cotidiana”. E Aldira Correa Retamozo, em “Mulheres de 35”, limita-se a citar a “egrégia dama” Nísia Floresta Brasileira Augusta, através dos elogios que lhe foram feitos por Fernando Osório, simplesmente os endossando.

As outras escritoras que também foram lembradas nos ensaios são: Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), autora do primeiro livro de poesia do RS, *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses*. Rio de Janeiro, 1834; Maria Josefa da Fontoura Pinto (1775-?), redatora dos jornais *Idade de Ouro* (1833) e *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833-1834), considerada a primeira jornalista brasileira, e Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-?), também autora de contos, poesias e crônicas. Importa ressaltar que todas elas definiram-se em seus escritos – umas mais, outras menos – como contrárias à revolução.

Contudo, uma leitura mais atenta de *Fany ou o modelo das donzelas* revela um posicionamento bem diverso, a meu ver, daquele que esses autores apontaram. Basta que observemos a forma como a Revolução Farrroupilha é introduzida no texto, o tratamento que recebe por parte da voz narradora e o papel que os personagens – Fany e seus pais – aí desempenham. Longe de ser prenunciada, desejada ou mesmo justificada, a revolta chega de repente rompendo a harmonia do lugar e da vida das pessoas que ali habitavam. A capital de São Pedro do Sul era, segundo a narradora, um paraíso, com águas cristalinas, fartura de alimentos, férteis campinas, prodigiosas flores. Enfim,

trazem à imaginação o quadro que se nos traça desse Éden feliz onde a soberana Bondade de Deus colocou o primeiro homem; quadro que é completado pela simplicidade e lhanza dos excelentes habitantes desses campos, que ora descrevo. Chácaras – onde abundam saborosos frutos da Europa – se oferecem aos olhos do contempla-

dor, que se extasia à vista da simetria com que ali brotam as roseiras e os cravos de todas as qualidades sem exigirem difícil cultura. As frentes da mor parte dessas chácaras, coroadas de rosas, e como que situadas por entre o azul do céu e o verde das montanhas, apresentam no delicioso outubro um panorama digno do pincel de Rafael! (Osório: 1935, pp. 66-67)

O rompimento da harmonia, ou, como quer o texto, o momento em que as “brilhantes qualidades e virtudes” de Fany iam ser submetidas à prova, ocorre em 20 de setembro de 1835, dia em que os revoltosos invadem a província de São Pedro, destituindo o governo e impondo uma nova ordem. Aqui e em outras passagens, quando se detém nos fatos históricos, a narrativa adquire um tom de crônica histórica, fornecendo datas, como a da vitória legalista de 15 de junho de 1836, e uma versão pessoal dos episódios.

O “novo” governo não estava, portanto, dentro da “lei” e, apenas mais tarde, quando as forças imperiais recuperarem a cidade, a narradora as identificará como “governo legítimo”. A participação do pai de Fany merece uma repreensão do narrador não só porque deixa de cumprir com os deveres paternos de proteção e amparo à família, como por ter se aliado aos interesses contrários àqueles que um dia defendeu, ou seja, as “fileiras legais”. Fica a dúvida se também seria repreendido se outra tivesse sido sua opção.

Ao final, quando é negociada a paz entre os partidos, a narradora parece explicitar uma certa simpatia pelo governo que devolve a liberdade, as terras e os bens daqueles que se insurgiram contra ele:

Uma anistia geral fez esquecer os ódios inveterados e por uma bondade especial do chefe da Nação todos os rebeldes ficaram em seus antigos empregos, gozando dos seus direitos” (Osório: 1935, p. 73, grifos meus).

Se o homem – o pai – é repreendido porque seguiu impulsos patrióticos e se engajou nas fileiras farroupilhas, a mulher, mais ainda, vai merecer a censura por parte da narradora. Assim, aquelas que se deixam envolver no conflito, longe de receberem palavras de apoio, terminam por receber uma pouco discreta reprimenda. A

adesão à política significava – para a narradora – o esquecimento das “virtudes pacíficas de seu sexo” e, naturalmente, o abandono das funções domésticas.

A caracterização da mãe de Fany contém alguns dos elementos que marcavam o comportamento das farrapas – as mulheres-guerreiras que teriam fundado um partido político feminino, para melhor participar da revolução. Segundo o texto, a mãe segue “a torrente tempestuosa do entusiasmo”, é deslumbrada com os ideais então defendidos, apoia sempre os atos do marido e chega a ir ao campo de batalha levando consigo os filhos, pois quer ver o que ali acontecia. Num momento de exaltação, exclama, “como uma antiga espartana”: “Vai, eu cuidarei em tua ausência de nossos filhos; repele os inimigos de nossa pátria, e não voltes se não voltas vitoriosos!” (Osório: 1935, p.70)

Opondo-se radicalmente à mãe e às mulheres engajadas estava Fany. Ao invés de incentivar a guerra, ela a condena; sofre antecipadamente, prevendo a dor, os transtornos, os sofrimentos de todos. Afinal, se ela era um modelo “ideal” de comportamento feminino, parece-nos que outro não poderia ser o exemplo, a não ser o da jovem que não toma partido entre as facções, fica indiferente à política e não se deixa levar pelos arroubos dos que a cercam.

Fany, aliás a única personagem nomeada, caracteriza-se por manter o mesmo comportamento – as mesmas “virtudes” – em praticamente todo o texto, independentemente da situação em que se encontra. Assim, ela é descrita aos 13 anos como filha exemplar, jovem modesta, asseada, obediente e laboriosa; aos 15, em plena revolução, tem oportunidade de desenvolver “grandemente todas as virtudes de seu sexo”, animando a mãe, cuidando dos irmãos e dos feridos; e oito anos depois (supõe-se, por volta dos 20) ela aparece realizando exatamente o que havia sido antecipado pela narradora, isto é: cuidando da casa, da educação dos irmãos menores, zelando pela mãe viúva, numa dedicação sempre completa e espontânea. Trata-se, pois, de uma personagem que não se altera

apesar dos anos e se conserva praticamente a mesma do início ao final da narrativa.

A sensível Fany pelo contrário, sem proferir uma palavra que ferisse o que seu pai chamava nobre patriotismo, com sua mãe apresentava, em sua mudez, um contraste singular com aquele entusiasmo, que tão pouco se acordava com a doçura e timidez natural de seu excelente caráter. Ela implorava ao criador pelos caros autores de seus dias e continuava com ardor nos seus exercícios diários, sem que aquela mudança política tão vantajosa para seu pai tivesse em nada influído sobre seus hábitos ordinários. (Osório, 1935: p. 70, grifos meus)

A eclosão da revolução em sua província e mesmo dentro do próprio lar não foi o bastante para alterar a rotina das obrigações dessa personagem. Ao insistir na neutralidade e indiferença de Fany por tudo que acontece à sua volta, a narradora parece estar precisamente firmando aí sua opinião de como deveria ser o comportamento ideal de uma jovem.

Bem diverso foi o posicionamento de Mariana, a personagem de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas no interessantíssimo texto intitulado ‘Diálogos’, publicado em *O ramallete ou flores colhidas no jardim da imaginação* (1845), também contextualizado na revolta de 1837. Neste, a personagem discute com seu pai (Humberto) e com um primo (Alfredo) acerca do direito das mulheres de participar da política, de tomar partido e defender suas opiniões. Seu principal argumento apoiava-se no fato de que a revolução invadia os lares, tumultuava as relações familiares, afastava os pais, os irmãos e os filhos para longe das mulheres, levando-os aos campos de batalha. Como – pergunta algumas vezes – a mulher podia então manter-se indiferente e ocupar-se apenas de suas agulhas e trabalhos domésticos? Se a esfera íntima estava contaminada pela pública, tornava-se impossível – ela afirma – ignorar ou tentar conservar as mesmas atitudes.

A influência do *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de Nísia Floresta, é evidente nesses “Diálogos”, nos muitos argumentos utilizados pela personagem para convencer seus interlocutores da

superioridade feminina, assim como dos direitos que elas tinham ao estudo e a uma maior participação social. Porém, o mais interessante é que, ao mesmo tempo em que defende o direito de participação feminina, a narradora não perde uma postura crítica que questiona os reais objetivos da revolução, sua motivação e desmascara os interesses dos homens, aí embutidos, tanto de um partido como do outro.

Mas disse-me, Alfredo, foi o bem da Pátria que acendeu o primeiro facho da discórdia nesta Província? [...] sempre direi que quando esses senhores pensaram fazer esta desgraçada revolução, seus corações não estavam cheios só desse louvável sentimento: aí entrou mais alguma coisa, ou interesse, ou vingança. [...] Quando a um homem se apresentam vários partidos, ele não os segue indiferentemente; mas pensando-os lá no seu entendimento: aquele que lhe oferece maiores vantagens é o que ele abraça, embora convenha ou não convenha à Pátria (Barandas: 1990, pp. 100-102).

Em Nísia Floresta isso não ocorre. Apenas poder-se-ia estabelecer uma aproximação entre ela e Ana de Barandas no posicionamento contrário que ambas fazem a “uma guerra entre irmãos”. (Aliás, também Caxias se utilizará deste argumento – de que todos eram brasileiros – para pôr fim à revolta). Faltou ainda em Nísia não só um posicionamento definido por um ou outro partido, ou por nenhum dos dois, como o reconhecimento do direito que as mulheres devem ter de se engajar, ou não, em questões políticas. O espírito liberal-revolucionário da autora, sempre tão aceso, aqui definitivamente não se manifesta. A falta de entusiasmo com que saúda os que se posicionam pelos farrapos e o discreto regozijo pelas forças imperiais mostram-no bem. Prevalence, a meu ver, um posicionamento nacionalista – a Brasileira Augusta – pouco afeito a tendências separatistas que colocariam em risco a soberania e unidade nacional.

A ênfase na exaltação das qualidades da personagem terminam por revelar o que realmente lhe importava: dar às virtudes femininas um estatuto maior do que qualquer outra questão aí enunciada. Para

compreendê-la (e, em parte justificá-la), basta que nos lembremos das educandas do Colégio Augusto, as leitoras privilegiadas deste texto. O objetivo era lhes dar um modelo de comportamento que resumisse as virtudes desejadas em uma jovem. Por isso, os exemplos de abnegação total à família, de obediência irrestrita e amoroso respeito aos pais, de cuidados maternos para com os irmãos menores. Na negação da própria individualidade em nome do bem-estar do outro, bem de acordo com os ditames do cristianismo e, depois, do positivismo, parecia se apoiar a expectativa da autora de educação moral e de comportamento para a mulher.

A mulher: nas origens da mística feminina⁷

Armas há poderosas, que a mulher
Deve empregar com ânimo bastante:
São a doce bondade, a paciência,
A modesta ternura, a fé constante.
(*Pensamentos*)

No outro título de Nísia Floresta, *A mulher*, de 1857, é possível observar tanto a conhecida diversidade de perspectivas que compõe o pensamento de sua autora, como o hibridismo de gêneros que se configurou no traço comum da maioria de seus escritos. Nele delinea-se com clareza o processo intelectual da autora e sua oscilação entre a ficção, o ensaio, a crônica e o texto com propósitos didáticos. É o momento por excelência de encontro entre seu espírito criador e seu espírito crítico. Ela inicia como se estivesse escrevendo um conto, mas não resiste ao apelo da análise e da reflexão inerentes a sua personalidade e o transforma numa narrativa, que guarda aproximações tanto com uma matéria jornalística como com tomadas de cunho sociológico e filosófico. Há nele, portanto, pelo menos três instâncias criativas: a ficção, o estudo de campo e a reflexão; e três Nísias: a ficcionista, a observadora do comportamento humano e, por fim, a filósofa. Cada um deles está intimamente ligado ao outro e funciona, veremos, como uma espécie de preparação ou de motivação para o seguinte.

⁷ A expressão 'mística feminina' tornou-se por conhecida com o livro de Betty Friedan – *Mística feminina*, de 1964. Sua contribuição – a desmistificação da realização doméstica – representou uma arrancada do movimento feminista nos anos 1960 e 1970 em muitos países. Acerca da maternidade, ela indaga: "Sendo embora a maternidade uma condição sagrada através dos tempos, defini-la como uma forma de vida total não seria negar à mulher o resto do mundo e o futuro que diante dela se estende? Ou esta negação é que obriga a considerar completa a maternidade?" Op. cit., p. 53.

De início, narrada em terceira pessoa, temos a história de duas mulheres que tomam um trem em direção aos subúrbios parisienses. A ambientação e o clima realista se impõem desde o início. Vejamos o próprio texto:

Agosto chegava ao seu fim. Uma temperatura de 30 graus parecia quase sufocar os habitantes de Paris. Havia soado então o meio-dia, quando duas mulheres entraram nos vagões da estrada de ferro de Estrasburgo para ir a uma aldeia a vinte léguas de Paris. Após duas horas elas deixaram a estrada de ferro, e tomaram um veículo que as conduziu, por entre risonhas colinas, aonde pudessem achar um pobre lugarejo, escondido entre as árvores de uma estrada não conhecida por elas.

O que iriam elas procurando? Por que os seus corações enterneciam-se ao descobrir o campanário da aldeia, e daí a poucos passos a fumaça que saía das chaminés de negras cabanas? (FLORESTA: 1997, p. 85)

O suspense provocado pela pergunta não se sustenta porque a resposta vem a seguir: buscavam um “pobre anjinho abandonado em mãos mercenárias”, ou seja, uma criança que ali fora deixada para ser criada por uma ama-de-leite. Em encontrá-lo estava a razão da viagem das personagens; na condenação desse costume francês, a base da reflexão que se fará depois.

Nísia Floresta tratará, portanto, de um problema atualíssimo na França daquele tempo e que, apesar das investidas dos filósofos e médicos, não demonstrava ainda na prática sinais de esgotamento. Bem antes do século XVIII, sabemos, mandar os filhos para a casa das amas no campo costumava ser interpretado como uma ‘prova de amor’ das mães. Segundo este raciocínio, elas sacrificavam seu desejo de maternagem em nome dos benefícios da saúde que os filhos obteriam vivendo no interior, já que os ares da cidade lhes eram prejudiciais. Desde 1821 existiam em Paris estabelecimentos particulares que serviam de intermediários entre as mães e as amas, tal era sua procura.

As taxas de mortalidade infantil deviam ser amplamente conhecidas, pois eram muito altas e alcançavam em algumas regiões quase a metade do número de crianças. Segundo Elizabeth

Badinter, em *O amor conquistado: o mito do amor materno*, que conta a história da maternagem em França e explica como ocorreu a transformação da mãe indiferente do século XVIII na mãe coruja do século XIX, de 21 mil crianças nascidas em Paris em 1780, menos de mil foram amamentadas pela mãe, outras mil por uma ama a domicílio e as demais, 19 mil, foram enviadas para o interior para a casa de amas-de-leite. Havia mesmo lugares na França em que chegavam a morrer quase 90 crianças em cada cem, como era o caso da Seine-Inférieure, onde, na década de 1860, morreram 87 crianças em cem nascidas vivas (Fort: 1870).

Mas, apesar dos números impressionantes relativos à mortalidade infantil, permanecia quase inalterado o comportamento das mães francesas que continuavam enviando seus filhos às mesmas nourrices e recusando-se a assumir o aleitamento. Não faltou, inclusive, entre os que denunciavam tal situação, a acusação de que tal comportamento encobria, na realidade, um infanticídio disfarçado.

A indiferença materna pelo filho costuma ser explicada de múltiplas formas: a insignificância social da criança, que era então apenas um “objeto tedioso” ou *poupart*; a existência do amor seletivo que privilegiava um filho em detrimento dos outros (geralmente o primogênito, herdeiro exclusivo do patrimônio e dos títulos quando os pais eram nobres); a educação equivocada das meninas que apenas incentivava o gosto por futilidades; e, ainda, o fato de as tarefas maternas serem consideradas apenas normais e não trazerem em si nenhuma glória para a mulher.

Além disso, havia o fato de essas tarefas representarem muitas vezes um estorvo para a vida social burguesa, impedindo muitos dos prazeres da vida elegante: receber e fazer visitas, frequentar os teatros, a ópera e os salões. A taxa elevada de mortalidade devia contribuir também para que as mães não se apegassem muito aos bebês, pois podiam perdê-los com facilidade. Elas ainda não ti-

nham consciência de que essas taxas eram tão altas justamente devido ao seu pouco, ou nenhum, cuidado.

Só a partir da década de 1870, essa questão parece adquirir importância e se tornar um problema nacional, pois passa a ser motivo de várias matérias de jornais, de calorosos debates entre a classe política e de preocupações do governo e dos médicos. Foi para reverter tal quadro, que se formou quase que um complô entre Igreja, filósofos, moralistas e médicos. Estes, empenhados na criação de uma nova ordem social e decididos a garantir ao Estado um maior número de sobreviventes, montam os mais variados argumentos, inclusive comparando a mulher que não amamenta com a fera, que, apesar de fera, amamenta seus filhotes. Compreendia-se que só o apelo ao amor materno não era capaz de levar uma mulher a cumprir seus deveres de mãe. Os valores sociais, religiosos e morais foram, então, mobilizados.

A divulgação dos índices de mortalidade entre recém-nascidos franceses passa a ser sistemática, bem como a do baixo crescimento demográfico do país, motivo de grande preocupação para os governantes. Afinal, a riqueza de uma nação numa sociedade capitalista emergente media-se também pelo número de homens que a compunha. Daí a sobrevivência das crianças tornar-se fundamental e até uma questão de honra para todos, o que também explica o grande empenho para a alteração de um costume tão arraigado. Formou-se a consciência de que era necessário operar quase uma revolução nas mentalidades para conseguir que as mães passassem a cuidar, elas mesmas, dos seus filhos.

Também entre os romancistas da primeira metade do século, em cujas obras se refletiu a situação de abandono infantil, encontra-se muitas vezes o registro do envio dos filhos para o campo e da recusa da mulher em amamentar, apenas como um fato social corriqueiro, sem qualquer comentário contrário do narrador. Em *La petite fadette*, de George Sand, por exemplo,

uma mulher do campo, que tem filhos gêmeos, é aconselhada a recorrer a uma ama apesar de ter leite suficiente, porque amamentar os dois podia enfraquecê-la. Isso só não ocorre porque a mãe acha caro o preço da ama e resolve fazer economia amamentando ela mesma os seus filhos. Só depois que se decide a fazer isso, surge uma referência no texto sobre a dificuldade que ela teria em escolher qual filho iria entregar à ama. (Sand: 1935) Apenas na década de 1850 – principalmente após *Madame Bovary* – o ato de contratar amas-de-leite se tornará também uma questão de denúncia por parte dos escritores mais comprometidos com uma reforma social.

Nísia Floresta, ao fazer a análise do problema e ao condenar com veemência tal costume, se por um lado junta sua voz àquelas que nesse tempo já se preocupavam com a questão, por outro se antecipa em alguns anos ao grande debate que ocorrerá no país. Ao dedicar esse texto àquelas mães que abandonam os filhos, ela contribui também para a mudança de comportamento das mulheres francesas, principalmente através da louvação da função materna e da insistente demonstração do quanto a prática de deixar as crianças em mãos estranhas era nociva para eles e para a sociedade como um todo.

Assim, quando as personagens de *A mulher* se afastam de Paris e chegam ao subúrbio, elas encontram uma outra realidade que revela, por sua vez, a verdade que a cidade grande tentava ocultar afastando-a de seus limites. Daí o lugarejo ser escondido entre árvores e a estrada não conhecida por elas. Ao adentrarem no subúrbio e ao encontrarem ali as provas das mazelas sociais, as personagens adentram também no próprio interior da condição feminina e encontram sua outra face e sempre muito escondida: a falta de amor de muitas mães para com os filhos. Afinal, não se costumava alardear que o amor materno era inato a todas as mulheres e que fazia parte mesmo da natureza feminina?

O narrador, melhor dizer, a narradora, detectará com precisão esse problema social e o explorará em profundidade nas páginas seguintes. Por isso a descrição tão contundente do local onde se encontrava a criança que as duas personagens buscavam:

Finalmente, à força de tanto procurar, conseguiram descobri-lo; e o veículo parou diante de uma abjeta cabana. Apearam da carroça e entraram naquele tugúrio, sem serem recebidas por ninguém. Ó que espetáculo, repugnante e ao mesmo tempo triste, oferece-se aos seus olhares!...

Um úmido aposento, sem ar, com um assoalho de pedras disformes cobertas de lodo; uma janela, ou melhor um buraco, jogava como que uma réstia de luz sobre os sujos e velhos móveis que entulhavam aquela caverna humana, onde a panela do domingo fervia no enegrecido fogão. Uma cama, cujo escuro baldaquino combinava com o restante dos objetos espalhados aqui e ali, anunciava a desordem e a falta de qualquer asseio. A eira lotada de pútrido estrume tresandava, não menos que o quarto contíguo, um odor desagradável impossível de suportar.... As duas mulheres entreolharam-se sem que pudessem dizer palavra (Floresta: 1997, p. 85).

Se comparamos a descrição do casebre aonde as personagens chegam com a que Flaubert faz da casa da ama-de-leite da filha de Ema Bovary, mais nítidas se tornam as diferenças entre as intenções dos dois escritores. Nísia Floresta pretende, antes de tudo, impressionar o leitor e a leitora com as condições miseráveis de vida que estavam reservadas às crianças que moravam na casa das amas-de-leite. Por isso, a narrativa vem revestida de cores sombrias, como as que pinta a cena do casebre, e também por isso as personagens se apresentam tão revoltadas.

Em *Madame Bovary* (que, curiosamente, é do mesmo ano de *A mulher*. 1857), a descrição da pobreza do local onde reside a filha de Ema Bovary remete para a “chaminé poeirenta”, os “cotos de vela de sebo”, a “água suja” pela erva, os “vários tipos de trapos” e o “grande lençol de estopa” estendidos no varal. O quarto “no rés-do-chão, o único da casa, tinha ao fundo, encostada à parede, uma cama sem cortinas, enquanto a masseira estava ao lado da janela,

onde um vidro partido fora colado com uma rodela de papel azul”. A crítica de Flaubert parece privilegiar a questão do caráter das personagens, que pode ser observado principalmente a partir da ação, dos gestos, de tudo, enfim, que compõe a cena e que, ao final, traduz, e bem, sua miséria moral e física. Também o aspecto mercenário da relação mãe/ama-de-leite é apontado insistentemente através das inúmeras investidas que esta última faz junto a Ema para obter mais algum dinheiro (Flaubert: [s.d.], pp. 72-73). Tais detalhes de cenário e de caracterização de personagens têm, no romance, uma função integrada e inserem-se no conjunto maior de representação. Já a narrativa de Nísia Floresta, justamente pelo tom forte, beira a tese e o compromisso social panfletário que movia a escritora.

Em *A mulher*, também as preocupações de caráter higienista são mais numerosas e se evidenciam seguidamente nas observações da falta de asseio, da “atmosfera impregnada de miasmas”, dos “imundos panos”, do “corpinho lânguido e enfermiço” da criança e das condições miseráveis em que aquelas pessoas viviam. Tais observações não deixam de refletir, evidentemente, o estranhamento do olhar burguês diante das condições de vida de uma outra classe social.

Mas, de repente, uma das mulheres interrompe a narrativa que se fazia na terceira pessoa e assume a identidade de autora que ali estava acompanhando uma amiga – a avó da criança – assumindo também a narrativa em primeira pessoa. É precisamente aí que inicia um outro momento, o segundo desse texto. Agora, bem diverso será o enfoque do problema e o tom de quem o descreve, pois tratar-se-á da voz de quem vivencia a experiência.

Ó mães sem coração, que abandonais os mais sagrados deveres da natureza, destacando de vosso seio os próprios filhos, esta parte de vossa alma, para mandá-los sugar um leite estranho em alguma longínqua aldeia, onde não dais depois o ar de vossa presença! A vós, somente, quero narrar o que vi: ante vossos olhos quero eu delinear o deplorável quadro que partiu-me o coração, e que verbalizará o

processo de vossa desnaturação face às gerações porvindouras! (Floresta: 1997, p. 87, grifos meus).

A partir de então, ainda quando o vocativo que designa as leitoras privilegiadas não estiver explícito, estas estarão presentes através das chamadas da ensaísta e dos conselhos que faz ao coração feminino acerca da missão da mulher na sociedade. O segundo momento se inicia, portanto, quando a companheira de aventura resolve retornar a Paris para interceder pelo neto junto ao genro e a autora decide alugar um quarto em casa de uma pastora e ficar sozinha na aldeia por mais algum tempo. Ela pretende estudar melhor aquelas mulheres através da observação *in loco* e recolher informações que lhe permitam compreender, com mais profundidade e extensão, o problema.

As diferenças entre os sentimentos das duas amigas – a francesa, “comovida até a alma”; e a brasileira, “mais que comovida, horrorizada” – pretendem marcar também as diferenças que existiriam entre as duas sociedades.

Pelo costume que ela tinha de ver tais cenas, seu coração não sofria senão porque esse menino era seu neto; mas cenas deste tipo, por serem novíssimas para mim, causavam-me não menos surpresa do que horror e quis obter daí argumento para um estudo não totalmente inútil (FLORESTA: 1997, p. 95).

Com efeito, não houve no Brasil a prática da criação de filhos afastados da mãe e junto das amas, até porque era outra a experiência política. Mas se essa prática não ocorreu, existiu por sua vez a presença constante da escrava ama-de-leite (ou mãe de criação e mãe-preta), que durante alguns séculos também substituiu a mulher junto aos filhos, não só na nutrição como em todos os cuidados que se faziam necessários para sua criação.

Curiosamente, nossa autora não quis relacionar no seu texto o problema da perspectiva francesa com a modalidade brasileira, até para constatar o quanto era comum naquele tempo as mulheres se esquivarem de suas tarefas maternas. Havia, inclusive, o re-

forço ideológico (tanto num como no outro caso) de que a mulher burguesa era fraca, não tinha leite ou que a amamentação acabaria por exaurir suas forças após o esforço do parto, comprometendo sua sobrevivência. A estes se somavam os argumentos de ordem moral e social que consideravam o aleitamento um ato pouco digno e animalesco e decretavam “em nome do bom-tom” ser a amamentação “ridícula e repugnante”. Também é preciso considerar que as advertências de ordem religiosa ou médica, impedindo a mulher lactente de manter relações sexuais, encontravam forte resistência junto aos maridos, que passavam a encarar a amamentação como um “atentado a sua sexualidade e restrição ao seu prazer”. (Badinter: 1985: pp. 97-98)

Não é de surpreender, portanto, que a maioria recorresse a um ou outro expediente como forma de se eximir dessa obrigação. No caso brasileiro, a mulher negra estava à mão e possuía todos os requisitos necessários para bem alimentar as crianças. Não faltavam nem mesmo tratados médicos que lhes acentuavam as vantagens nutricionais e “condições eugênicas” ou os que atribuíam uma influência diferenciada do clima tropical sobre as mulheres brancas e negras, alterando a capacidade de amamentação de uma e outra. Segundo um desses estudos, o clima esgotava as forças vitais nas brancas e irritava seu sistema nervoso; enquanto nas outras, ao contrário, a saúde prosperava e também o seu poder de amamentação. Apenas quando deixou de ser conveniente acreditar nessas falácias, inverteram-se os valores: a escrava deixa de ser o “anjo da guarda” do menino branco e se torna o “demônio doméstico”, um elemento corruptor da família branca; seu leite passa a ser considerado vicioso, impuro, um transmissor de doenças. Estava decidido que era tempo de a mãe-branca-burguesa assumir suas responsabilidades.

Mas voltemos ao texto nisiano. No momento em que decide observar *in loco* o problema, a autora assume um papel de narradora-repórter, e seu texto, as dimensões de uma reportagem. Assim,

ela faz entrevistas, visita casas, interessa-se pela vida das crianças e das mulheres, recolhe depoimentos, acumula experiência.

Através dos flashes dos diversos casos e do registro de flagrantes da vida no campo, seu texto adquire foros de verdade porque tais imagens são descritas por alguém que viu e que viveu a situação. Ao invés de se limitar a um superficial registro formal, de simplesmente comentar um acontecimento de que ouvira dizer, a autora investiga a fundo e se autoriza assim, aos olhos das leitoras, a falar a respeito. A transcrição dos diálogos entre ela e as mulheres é um dos recursos utilizados que contribui para tornar ainda mais real sua narrativa e também para aproximá-la mais de uma pesquisa de caráter sociológico.

Em um bando de garotos que gordos e contentes brincavam alegremente, achava-se uma grácil criaturinha carregada por uma menina de 7 ou 8 anos, que a revirava em seus braços. Ao avistá-lo perguntei àquela inocente que o tinha em custódia se era um seu irmãozinho. – “Não”, respondeu-me, “é um amamentado de Paris”. (...)

Vindo ao meu encontro outra camponesa, mostrava-me uma carreira de seis ou sete meninos, todos vivazes e robustos, indicando-os pelo nome para satisfazer minha curiosidade. – “E aquela lá?” demandei-lhe, indicando uma menininha que ainda não se sustinha bem em pé. – “É um dos meus dois amamentados de Paris”. – “Como fazéis vós” repliquei, “para amamentar três de uma vez?” – “Que hei de fazer?” – respondeu; “aqui é tão duro tocar a vida! e é preciso arranjar-se de algum jeito” (Floresta: 1997, p. 97).

Em pouco tempo, ao observar que os meninos de Paris eram sempre os mais sujos, amarelos e mirrados, o texto desmascara o habitual pretexto das mulheres de manterem os filhos distantes devido ao ar campestre ali existente. A isto, somam-se as denúncias colhidas nas declarações das camponesas de pais que deixavam de mandar a quantia combinada; de outros que se mudavam e nunca mais davam notícia; de crianças que morriam, e o responsável nem ficava sabendo. Também surgem das páginas um sem número de pequenas tragédias vividas por algumas crianças: como

a do bebê que caiu e quebrou um braço; a do que morreu devido a uma papa muito dura; a de um outro ainda que foi devorado por um leitão no quintal da casa onde morava. O valor desse texto reside, sem dúvida, justamente na construção realista de um painel de época e do problema social dos amamentados que a afligia. E no seu papel demolidor, ao realizar o desmascaramento das falsas notícias de que as crianças eram felizes e bem tratadas pelas amas.

A atitude pretensamente imparcial que a autora tenta adotar em seu estudo não se sustenta. O interesse demonstrado pelas crianças abandonadas termina por trair a aparente curiosidade. Apesar das evidências de falta de cuidado e da ganância de muitas camponesas, ela ainda assim justifica e compreende o lado das amas-de-leite – as mercenárias, como se dizia – e delas mostra uma outra face pouco conhecida: humana e explorada. Em última instância, seu texto conclui que não eram elas as culpadas de as crianças serem ali maltratadas e de até morrerem, pois a rigor não tinham condições nem de criar os próprios filhos, tais as dificuldades econômicas e tantas as atividades que tinham de desempenhar para sobreviver. A grande culpa – naturalmente, pode-se até dizer – recai sobre a mulher burguesa que não amamentava e mandava os filhos para serem criados longe de suas vistas. A autora apela assim também, como a Igreja e os higienistas faziam, para a culpabilidade das mulheres, como forma de conseguir convencê-las a assumir os cuidados com os filhos.

O fato de Nísia Floresta ter realizado um estudo de campo e a partir do conjunto das impressões recebidas fazer uma abstração e ainda teorizar a respeito poderia talvez sugerir uma aproximação entre sua atitude “científica” com a corrente filosófica e religiosa positivista, que valorizava o conhecimento racional fundado na observação e experiência. Mas, essa aproximação deve ficar reduzida apenas à atitude empírica da pesquisadora. O aforismo comtiano ‘ver para crer’ era limitado, é bom lembrar, pelo dogma positivista

que negava a explicação do porquê dos fenômenos. Estes podiam ser conhecidos apenas em suas relações – isto é, como aconteciam – e nunca em sua essência ou causas íntimas.

A autora, porém, (e seu texto o confirma) não se detém nos fatos observados e quer conhecer sua origem. E é precisamente nesse avanço da investigação que reside seu distanciamento da conduta científica positiva. Aqui ela pergunta e ela mesma responde:

Qual é a origem de tantas monstruosidades que vemos produzidas em todo lugar pela civilização, e alimentadas pelo hábito?

Não é preciso procurar muito para trazê-la à luz, porque ela está clara por toda parte.

A descrença!

E de onde vem este flagelo destruidor?

Da educação.

A educação moral, de que tenciono aqui falar, falta geralmente por toda parte: por toda parte é esboçada, não sendo em parte alguma levada a cabo. Daí a origem e a causa capital de todos os males morais que afligem, e afligirão ainda por muito tempo o gênero humano (Floresta: 1997, p. 111).

Passemos ao terceiro e último momento desse texto, qual seja, o da elaboração de reflexões que a autora, já em Paris, faz acerca de sua experiência. A narrativa se distancia da ficção e ganha um certo tom ensaístico e moralizante. Assume um tom pessoal com o foco narrativo na primeira pessoa e adquire uma atitude crítica que bem revela o amadurecimento das convicções e a plenitude intelectual e existencial de quem o escreve. Ao retomar as “forças-motrizes” de seu pensamento, ou seja, os assuntos que sempre motivaram seus escritos, agora com mais veemência e mais apelos persuasivos visando a todo custo conduzir o pensamento de sua leitora, o texto adquire um caráter nitidamente formativo, pois, mais que informar, pretende formar consciências e propor uma reforma em termos de comportamento.

Esse terceiro momento será, também, o momento da catarse e do desabafo autoral. A mulher que retorna não é de forma algu-

ma a mesma que partiu, pois esta vem desgostosa, impressionada, marcada pelas “dolorosas excursões” e tem o coração fechado de angústia. O fato de haver conhecido um outro lado da grande cidade parece ter dado a ela mais forças para resistir aos seus encantos e não se deixar seduzir por seu aparente esplendor.

O brio daquela altiva e clamorosa metrópole, os seus palácios suntuosos, os belos monumentos, os esplêndidos cafés, domicílio eterno dos ociosos, as ricas lojas, as filas das carroças que se dirigem ao luxurriante bosque de Boulogne para recreação dos elegantes e de todos aqueles que folgam; esses milhares de pessoas que vão e vêm por toda parte, alguns a negócios, alguns a passeio; todo esse movimento enfim, que mostra a operosidade de um povo inteligente e progressivo, apertou-me ferozmente o coração e, como disse, quase repugnou-me. Porque à memória de tantos infelizes que morrem à míngua nos sótãos e dentro de escuras tocas, mesmo em meio a esta grande cidade que exhibe um luxo tão desmedido, juntava-se agora a memória daquelas pobres crianças dadas em custódia, ou melhor dizendo, confinadas naqueles campos, enquanto seus pais fazem parte de um tão grande movimento de gente! (Floresta: 1997, p. 105).

O olhar que agora estende sobre a cidade está impregnado da força da realidade que conheceu nos campos e mesmo quando aparentemente divaga por entre outras questões, ao fundo permanece o quadro das crianças abandonadas pelas mães a lhe servir de constante inspiração. Com esse olhar novo desvenda o egoísmo, a vaidade burguesa e a hipocrisia social que impediam os pais abastados de optar pelas creches em vez das amas. Segundo o raciocínio burguês, como aquelas “casas de caridade” eram utilizadas pelos mais humildes, não ficaria bem se eles – os burgueses – o fizessem. “Falta a eles o coração, mas não o orgulho e a vaidade”, conclui a autora.

É nesse momento, portanto, que melhor se visualizam a educadora e a filósofa existentes na voz autoral. Ela medita sobre os “progressos da civilização”, “as modernas descobertas”, os “novos milagres da arte e do engenho”, enfim, tudo aquilo que compunha o amplo leque de novidades tecnológicas e se convertia em

orgulho para os que viviam naquele século. O tom professoral e moralista é, naturalmente, evidente:

Desaparecem as ruínas, embelezam-se as cidades, cercam-se os quarteirões para ficarem mais bonitos; por terra e por mar voa o comércio nas asas do vapor que encurta as distâncias e irmana os povos; esplêndidas festas, congressos científicos e literários difundem-se em toda parte; em toda parte escuta-se o grito do progresso, ecoando de um pólo ao outro (Floresta: 1997, p. 109).

Seu novo olhar não se deixa enganar com os falsos brilhos do avanço técnico e material; enxerga outros aspectos geralmente esquecidos e denuncia o lado podre da modernidade que então se impunha. A origem da degradação social, segundo ela, estaria na ausência de uma educação moral efetiva, a única capaz de curar “as chagas gangrenadas da sociedade” e de completar a obra do progresso a um bom termo. Por educação moral, parece compreender agora a massificação das virtudes – como amizade, abnegação, compreensão, laboriosidade – em todos os seres humanos, de modo a ampliar os laços de solidariedade entre os homens. O componente romântico de seu protesto é inegável e, talvez por isso, o tom moralista e a intenção moralizante atingem aqui o seu ápice. A autora pretende contribuir com seu protesto, repetimos mais uma vez, para a melhoria social como um todo e, especificamente, para a reabilitação da condição feminina. De certa forma ela faz, nestas reflexões, um diálogo com aquela que era a grande problemática de seu tempo: o conflito entre a modernidade e a realização do ser humano.

O motor capaz de dar um novo impulso a tudo isso, mas que ainda falta fazer funcionar, não é outro senão o coração feminino. Assim, finalmente, a autora alcança seu objetivo e tudo o mais adquire o aspecto de uma grande introdução à questão que realmente queria desenvolver. Ela estava convencida (esse texto nos confirma) da superioridade moral feminina, pois a mulher possuía, como elementos inerentes e inatos à sua natureza, justamente a ternura e a capacidade de doação e amor. Mas, observa, não

bastava que a “natureza” lhe tivesse dado estes dons: era preciso orientar seu coração através de “uma educação culta e fortificada na prática do dever e na razão”, para que ela o utilizasse em benefício dos outros. (p. 113)

Para a construção da mulher que o século XIX pedia, era necessário, antes de tudo, dar a ela o sentido das “coisas úteis” e desinfetar sua alma dos falsos discursos de teóricos que atordoavam as mentes femininas com suas promessas e, ao fim, mantinham-nas submissas aos seus caprichos através de uma educação que pouco acrescentava. O “mau uso” que elas faziam de sua “ascendência” sobre os homens não podia ser, portanto, culpa delas, mas sim da educação que recebiam e dos homens que a incentivavam.

Nísia Floresta realiza neste momento de seu texto uma espécie de retomada das ideias que primeiro apareceram nos *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Temos, assim, a enumeração de alguns preconceitos relativos às mulheres; a denúncia do abuso do poder masculino, da dupla moral e de uma educação que servia apenas para transformar as mulheres em bonecas para exclusivo usufruto masculino. A ironia com que trata os que defendem tal redução para o destino feminino bem dimensiona sua consciência do processo utilizado por eles tanto na sedução como na exploração da mulher. Quando, novamente retoma o diálogo com as leitoras, é para mais uma vez exortá-las a se conscientizarem de sua condição de exploradas e indicar-lhes o caminho que devem seguir. Mas, esse caminho, longe de ser o da revolta, consiste precisamente no reforço de um ideal feminino como, aliás, ela também havia feito em *Direitos das mulheres*. Em suas palavras:

Mostrai-vos todas generosas, ó mulheres; em vez de gritar contra os erros, e injustiças, dos quais sois vítimas, procurai com vossa natural doçura, com uma bondade inalterável, e com prudentes observações, extirpá-los de seu transviado espírito, e pô-lo no bom caminho, o caminho da felicidade.

— | |
—

Será essa a vossa mais digna vingança: será esse o único nobre expediente capaz de preparar-vos uma vida mais condizente com a vossa própria dignidade, e com a vossa verdadeira missão sobre a Terra (Floresta: 1997, p. 129).

Se as mulheres – a autora está convicta – se unissem em torno de um projeto comum de automelhoramento e decidissem reconduzir o próprio destino com o propósito de tornar-se “útil à família e a toda a humanidade”, elas seriam as responsáveis pela regeneração da humanidade e se tornariam merecedoras da ‘glória maior’. A apologia que se segue da mulher e do seu poder advindo do sentimento (ou de seu coração) é nossa conhecida, pois está também em outros escritos de Nísia Floresta. O mesmo ocorre com a visão idealizada – quase utópica – do triplo papel de mãe, esposa e filha, que ela desempenha junto à sociedade. Os deveres passam a ocupar, assim (e por muito tempo ocuparão), o espaço requisitado antes, por ela mesma e por outras escritoras, dos direitos das mulheres.

Filha! Amai e respeitai os vossos pais, não por uma fórmula de obediência vulgar, mas por um sagrado dever que é tão doce de se cumprir para os amorosos protetores da nossa infância [...]. (p. 133)

Esposa! Guardai intacta a fé que jurastes ao homem por vós escolhido, e fazei vossa delícia em dar-lhe prova [...] de que vós sois para ele não apenas um autômato, mas uma amiga circunspecta e devota, uma companheira inseparável e necessária à sua vida em qualquer vicissitude [...]. (p. 135)

Mãe! Esta, ó mulheres, esta é a um só tempo a vossa mais doce, mais nobre, mais relevante obra a cumprir. (Floresta: 1997, p. 139)

Provavelmente, no desejo de mais ainda valorizar esses papéis, eles passam a ser acompanhados de expressões tomadas de empréstimo à religião, que terminam por lhes dar uma certa dignidade em sua aura mística. Assim, o dever filial é um dever doce de cumprir; a vida conjugal, a “mais digna e santa”. A maternidade é sempre uma santa função, uma missão, um sacerdócio, uma vocação. E, de acordo com esse campo semântico, o lar é um paraíso,

a mãe ‘uma santa’, e toda mãe é sinônimo de ‘santa mulher’. Essas imagens permitem-nos deduzir o sacrifício do prazer individual em prol da família, conforme o comportamento de renúncia que se esperava das mulheres, incentivado pela religião.

Assim, para corresponder ao título de mãe, cabia à mulher renunciar aos “prazeres do mundo” e dedicar-se única e exclusivamente aos filhos sob pena de ser culpada por qualquer ‘mal’ que lhes acontecesse. Foi precisamente para mais reforçar a opção das mulheres pela maternidade, que esta e outras autoras se empenharam na condenação da “mulher de sala” e da mundana. Para Maria Amália Vaz de Carvalho em *Mulheres e educação – Notas sobre educação* (1880), a vida dos salões enerva o corpo, excita a imaginação e torna a mulher soberba, fútil e desinteressada pela casa. Júlia Lopes de Almeida, em *Livro das noivas* (1891; 4 ed. 1926) e em *A maternidade* (1925), também se empenha na culpabilização da mulher que deixasse o filho em casa para se divertir e alardeia as delícias da vida doméstica. Era preciso encontrar apenas nos afazeres domésticos sua plena realização e não desejar nada mais além disso. A recompensa por sua dedicação se revelaria na gratidão do marido, no carinho dos filhos, na casa organizada e, ainda, na “estima honrosa” com que os “intelectos iluminados” distinguiam as mães.

Entre os conselhos que a autora dá às mães, está precisamente o reforço do modelo estereotipado de uma dedicação exclusiva ao lar. Ser boa mãe era, antes de tudo, esquecer de si mesma, ser “amorosa, simples, franca, autêntica, justa e modesta” diante dos filhos. Também significava não os confiar a ninguém; amamentá-los; zelar por sua saúde e por seus estudos; ajudá-los a “discernir o verdadeiro caminho”; desenvolver neles o “amor à humanidade”, à ordem, à parcimônia, ao trabalho. Entre seus conselhos encontra-se ainda um que recomenda dar um tratamento igualitário aos meninos e às meninas como forma de prevenir os preconceitos e modificar naqueles a opinião futura sobre as mulheres.

Nascestes mulheres e assim mostrai-vos; não apenas na acepção deste vocábulo nos lábios dos vossos amáveis e lisonjeiros antagonistas, mas dando prova daquela virtude que melhor condiz convosco; a abnegação (Floresta: 1997, p. 133).

A construção da identidade feminina – sabemos hoje – teve que passar necessariamente pelo resgate da função biológica e pela delimitação do papel da mulher junto à família. E, ao contribuir para a construção dessa identidade, o nome de Nísia Floresta se alinha também entre os das teóricas (e teóricos) da reformulação da maternidade e do papel da mulher em nosso país e mesmo na França, pois estava convencida (ela e as demais jornalistas e escritoras suas contemporâneas) de que esse “novo comportamento” daria *status* e poder para as mulheres e representava a grande chance para que estas se reabilitassem e se tornassem úteis à sociedade.

Nísia atual

Não é o caso aqui, naturalmente, de negar a extrema importância que essa etapa representou na trajetória das conquistas femininas. Ao contrário, é preciso reconhecer que significou, na época, um passo adiante no encontro da dignidade e do respeito social. Apenas é preciso observar que, ao enfatizar nos seus escritos as “virtudes naturais” da mulher, ao lhe atribuir uma ação moralizadora diante da família e ao considerar a educação moral como a responsável pela maior consciência dos seus deveres, a autora termina por contribuir também para a construção e a cristalização de uma “mística feminina” que ocorria naquele momento e por tocar as mesmas teclas de outros pensadores, em tudo contrários a uma ampla emancipação da mulher. No caso específico de Nísia Floresta, a autora estava tão impregnada da própria mística – a imagem construída de mãe dedicada e saudosa do filho distante – que não era mesmo possível conseguir romper com ela e exercer, finalmente, uma crítica sobre a sua função discriminatória. Segundo

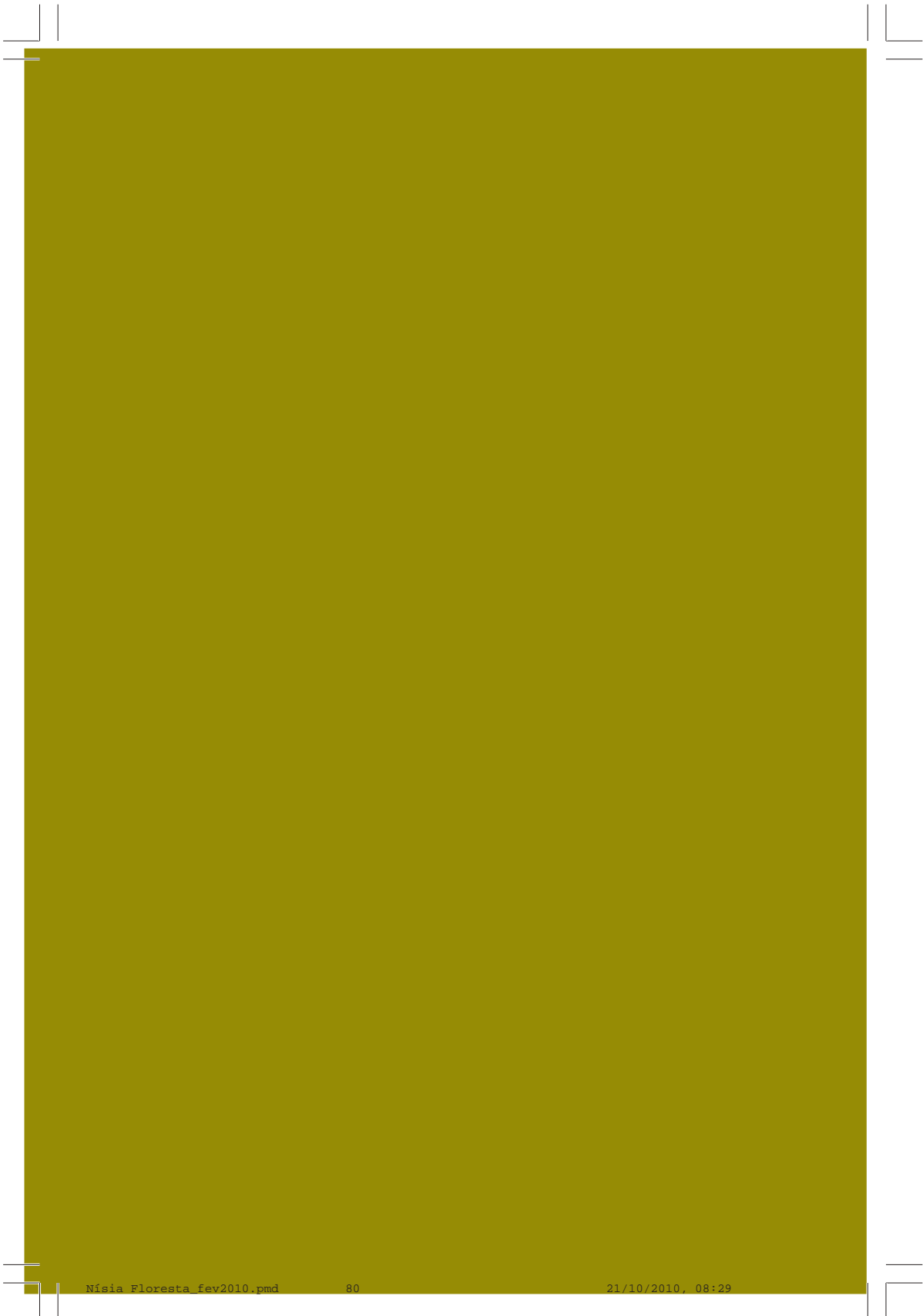
essa mística, o melhor destino era “viver sua feminilidade” e ter como únicos sonhos ser uma boa mãe e esposa perfeita, o que estreitava o mundo feminino aos limites do lar.

Para nós é fácil perceber a posterior manipulação ideológica desse discurso e suas consequências na vida das mulheres nas décadas que se seguiram. Da mesma forma, pode-se compreender os motivos que levaram tantas mulheres a ver no elogio da maternidade a fórmula mágica de escapar da condição desprezível em que a maioria delas vivia. Basta que tenhamos em mente as descrições que historiadores e viajantes fizeram da vida da mulher no Brasil Colônia e não as consideremos nem como fantasia nem como exagero de seus livros. De “escrava doméstica” a “rainha do lar” parecia haver uma grande distância. Tão grande que enganou a maioria das mulheres, incluindo aí até as mais lúcidas. Por isso, repito, apenas hoje é possível perceber a transformação de “libertação” numa nova camisa-de-força. Ou de como os “deveres” obscureceram os “direitos” e como foi difundida a crença de que a mulher só era capaz de realizar as tarefas ligadas à casa, ao marido e aos filhos. As mulheres de então não podiam mesmo perceber a nova forma de enclausuramento que se impunha, tão grande era o seu poder e tão sedutores os seus disfarces.

Mas, de uma coisa nossa autora estava certa: apenas a educação era capaz de tirar o gênero feminino da submissão a que estava relegado, e de dar às mulheres as condições necessárias para serem donas de seus destinos. Enfim, esta é Nísia Floresta, autora de importantes páginas de nossa história que revelam a difícil trajetória que foi preciso cumprir na busca e na construção da identidade e dos direitos da mulher brasileira.

Constância Lima Duarte é mestra em letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutora em literatura brasileira pela Universidade de São Paulo. É professora adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua em temas como literatura de autoria feminina, crítica literária feminista, literatura do Rio Grande do Norte, literatura de Minas Gerais e crítica literária.





TEXTOS SELECIONADOS

Direitos das mulheres e injustiça dos homens

Por que a ciência nos é inútil?
Porque somos excluídas dos cargos públicos;
e por que somos excluídas dos cargos públicos?

Porque não temos ciência.

Direitos das mulheres e injustiça dos homens, 1832.

Capítulo I

Que caso os homens fazem das mulheres, e se é com justiça

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer, e aprazer a nossos amos, isto é, a eles homens. Tudo isso é admirável e mesmo um muçulmano não poderá avançar mais no meio de um serralho de escravas.

Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar. Os homens parecem concluir que todas as outras criaturas foram formadas para eles, ao mesmo tempo em que eles não foram criados senão quando tudo isso se achava disposto para seu uso. Eu não me proporia a fazer ver a futilidade

deste raciocínio; mas concedendo que ele tenha alguma ponderação, estou certa que antes provará que os homens foram criados para o nosso uso, do que nós para o deles.

É verdade que o emprego de nutrir as crianças nos pertence, assim como a eles unicamente pertence o de gerá-los; se este último lhes dá algum direito à estima e respeito públicos, o primeiro nos deve merecer uma porção igual, pois que o concurso imediato dos dois sexos é tão essencialmente necessário à propagação da espécie humana, que um será absolutamente inútil sem o outro.

Que direito pois têm eles de nos desprezar, e pretender uma superioridade sobre nós, por um exercício que eles partilham igualmente conosco? Todos sabem, nem se pode negar, que os homens olham com desprezo para o emprego de criar filhos e que é isso, às suas vistas, uma função baixa e desprezível; mas se consultassem a natureza nesta parte, sentiriam sem que fosse preciso dizer-lhes, que não há no Estado Social um emprego que mereça mais honra, confiança e recompensa. Basta atender às vantagens que resultam ao gênero humano para convir-se nisto; eu não sei se até por essa razão unicamente, as mulheres não mereciam o primeiro lugar na sociedade civil⁷.

Qual foi o fim para que os homens se reuniram em sociedade, senão para terem suas vidas mais seguras e pacificamente gozarem tudo que lhes apraz?

Todos aqueles, pois, que mais contribuem a essa vantagem pública devem por isso obter maior porção de estima pública. Ora, as mulheres, encarregando-se generosamente e sem interesse do cuidado de educar os homens na sua infância, são as que mais contribuem para essa vantagem, logo são elas que merecem um maior grau de estima e respeito públicos. Partindo desse princípio é que se olham

⁷ A autora utiliza em sua argumentação a Doutrina Utilitarista, uma tendência do pensamento ético, político e econômico inglês, dos séculos XVIII e XIX. Essa doutrina vê no útil (e na utilidade) o valor supremo da vida. A coincidência entre a utilidade individual com a social foi um dos principais temas do Utilitarismo.

os príncipes como as primeiras pessoas do Estado. Nessa qualidade, ou grau de elevação, se lhes conferem as principais honras; porque supõe-se ao menos que eles se sobrecarregam de grandes cuidados, vigílias e inquietações, que exige a prosperidade do bem público. Da mesma sorte tributamos mais ou menos respeito àquelas pessoas que estão abaixo deles e que mais se lhes aproximam, porque as olhamos como pessoas mais úteis à sociedade, segundo partilham mais ou menos as fadigas do serviço público.

É pela mesma razão que preferimos os militares aos literatos; porque os olhamos como um baluarte entre nós e nossos inimigos. Todos concordam em respeitar as pessoas à proporção de sua utilidade; eis pois a medida de seu merecimento. Ora, sendo essa regra aplicável a todas as circunstâncias da vida, por que não devem ter as mulheres, mais que todos, direito à estima pública, contribuindo mais, sem comparação, a seu bem-estar?

Os homens podem absolutamente passar sem príncipes, generais, soldados, juristas, como antigamente e ainda hoje passam os selvagens; mas podem passar sem mães na sua infância? E se por si são incapazes de exercer esse importante emprego, não precisam indispensavelmente das mulheres? Em um Estado tranquilo e bem regido, a maior parte dos homens são inúteis em seus ofícios e inútil toda sua autoridade, mas as mulheres não deixarão jamais de ser necessárias enquanto existirem homens e estes tiverem filhos.

Para que servem os juizes, os magistrados e os oficiais, senão para garantir a segurança e propriedade dos bens daqueles que, se não fosse proibido, seriam capazes de fazer justiça a si mesmos mais exata e prontamente? Porém as mulheres, mais verdadeiramente úteis, se ocupam em lhes conservar a vida para gozarem dessa propriedade. Estimam-se e recompensam-se os soldados, porque combatem para defender os homens feitos, que são tão capazes, e mesmo mais que eles, de se defenderem. Com quanta maior razão não merece o nosso sexo essa estima e recompensa,

trabalhando para defender os homens numa idade em que não sabem o que são, não podem distinguir os amigos dos inimigos, e nem têm outra defesa mais que suas lágrimas?

Se os príncipes e os ministros se sacrificam algumas vezes pelo bem público, a ambição é o único móvel, é para adquirir poder, riquezas e esplendor que eles o fazem. Porém, nossas almas mais generosas não atendem senão ao bem das crianças, que nutrimos e educamos, pois que todos os dias experimentamos que a recompensa que temos a esperar dessas criaturas desnaturadas, pelos trabalhos, cuidados, inquietações e infinitos embaraços, que nos causam e de que não se acha exemplo em todos os outros estados da sociedade civil, se reduz a maus tratamentos e a um desprezo repreensível para com o nosso sexo em geral. Tais são os generosos ofícios que lhes prestamos; tal é a ingratidão com que nos recompensam.

Sem dúvida é preciso que os homens tenham a imaginação bem corrompida para olharem um exercício tão importante como baixo e desprezível, e para lhe recusar toda estima que na realidade merece. Com que liberalidade não se recompensa aquele que consegue domesticar um tigre, um elefante e outros semelhantes animais? E as mulheres, que passam seus belos anos ocupadas em amansar o homem, este animal ainda feroz, não serão pagas senão com desprezo?

Se nos remontarmos à origem dessa injusta parcialidade, encontraremos que a única e verdadeira causa do pouco reconhecimento, que se tem aos importantes serviços que as mulheres prestam aos homens, é que eles são comuns e ordinários. Entretanto, seja qual for a recompensa, o prazer que a generosidade de nosso sexo acha em preencher esse ofício basta para que nós o desempenhemos com toda ternura e sem vistas de interesse. Eu não pretendo queixar-me de não recebermos recompensa: seja-me somente permitido dizer, que por sermos mais capazes que os homens em desempenhar esse cargo, não se segue que não possamos também desempenhar outro qualquer.

Na verdade, os homens parecem aprovar isso tacitamente; mas, com o seu desinteresse ordinário, pretendem restringir todos os outros talentos nossos na órbita singular da obediência, da servidão e da ocupação de satisfazer a nossos amos. Eles têm como uma razão geralmente aprovada o serem nossos amos; mas por que títulos? Eis uma pergunta a que não podem responder. Entretanto, esse sentimento é tão comum entre eles, que todos, desde o príncipe até o súdito, se acham possuídos dele. Já fui testemunha da cena divertida de um homem de baixa condição, pondo um sinal na testa da mulher para lhe fazer ver, unicamente, dizia ele, que era seu senhor.

Esse argumento, posto que de mau exemplo e indigno de um homem virtuoso, é talvez o melhor e mais forte que o seu sexo pode produzir em seu favor. Seja como for, ou a natureza os tenha destinado a ser nossos senhores, ou não; ou suas ordens sejam ditas ou não pela razão; nós acharíamos o jugo da obediência doce e suave, pois que, obedecendo, não teríamos mais que submeter nossa vontade à razão, e obraríamos como seres inteligentes, tais quais nos conhecemos. Eis o que as mulheres estariam mais dispostas a fazer do que os homens em igual circunstância, e que ninguém pode duvidar. Mas isso equivalia a nos colocarmos ao nível dos brutos, se cumpríssemos todas as suas vontades indistintamente; pois que só isso nos tornaria tão desprezíveis como esses seres injustos e extravagantes, que nos governassem.

Amos ou não, eles não têm mais que dois partidos a seguir para exercer sua imaginária autoridade: ou de continuar a regular suas ordens segundo suas paixões, sem escutar a razão; e então só as mulheres desarrazoadas lhe obedecerão, porque as sensatas não lhes darão essa prerrogativa; ou de fazer falar a razão por sua boca, e então todas as mulheres de bom senso consentirão nisso, convindo mesmo que os homens se persuadam, que é por uma pura obediência que nós condescendemos com as suas vontades. Se escolherem o último partido, nós lhes deixaremos a inocente

liberdade de se sentirem senhores, enquanto nos encantamos de ver tanta autoridade do lado da razão, que é a sua verdadeira base, reconheceremos que ambos os sexos têm direito de se regerem reciprocamente e alternativamente; porque se os homens têm bastante conhecimento para regular as ordens que derem às mulheres, sobre os preceitos da razão, também o terão para ceder a esses mesmos preceitos quando forem impostos pelas mulheres, sem que importe por que boca a razão se faça conhecer.

Se os homens concordam que a razão se serve tanto deles como de nós, está claro que ela regerá igualmente tanto uns como a outros; mas o caso é bem diferente. Os homens, não podendo negar que nós somos criaturas racionais, querem provar-nos a sua opinião absurda, e os tratamentos injustos que recebemos, por uma condescendência cega às suas vontades; eu espero, entretanto, que as mulheres de bom senso se empenharão em fazer conhecer que elas merecem um melhor tratamento e não se submeterão servilmente a um orgulho tão mal fundado. Se não é suficiente ter algumas atenções para com esses entes orgulhosos, é muito pouco ter com eles mais condescendência, do que temos pelas crianças; conservando-se uma certa decência, é preciso servi-los absolutamente.

Que personagens singulares! Não são eles bem dignos de tão alta preeminência! Exigir uma servidão a que eles mesmos não têm coragem de se submeter, de um sexo, que sua vaidade qualifica com o título de – vasos frágeis –, e querer que lhes sirvamos de ludíbrio, nós, a quem eles são obrigados a fazer a corte e atrair em seus laços com as submissões as mais humilhantes! Têm porventura eles alguns títulos para justificar o direito com que reclamam os nossos serviços, que nós igualmente não tenhamos contra eles? Têm um protesto tão plausível para dominar sobre nós, como sobre aqueles selvagens, que sua inocente segurança tem privado do poder de se oporem a suas violências e injustiças? Entretanto, a maior parte de nosso sexo, assaz frágil para se deixar vencer pela

tenho dito, e farei ver mais adiante, isso reduz-se a ter como certeza o que ainda está em questão e supor o que deveria, porém que não pode ser provado. Entretanto, algumas pessoas há, mais condescendentes e judiciosas, que convencem que muitas mulheres são dotadas de espírito e conduta; mas ainda assim dizem, que essas dentre nós, que são mais recomendáveis por esses dois motivos, deixam escapar, todavia, alguma coisa de fraqueza do sexo. Discurso desprezível e cediço, que por si mesmo se acha destruído, e cuja extrema fraqueza parece condená-lo a um eterno esquecimento! Mas um engenhoso autor, não tendo coisa melhor a escrever, julgou interessante fazê-lo reviver em um de seus escritos semanários, a fim de que este século não ignorasse que nos séculos precedentes houve insensatos entre os homens. Para nos dar um exemplo da sabedoria de seu sexo, ele nos diz que os mais prudentes dentre eles têm julgado não ser preciso conceder às mulheres as doçuras da liberdade, mas sim conservá-las toda sua vida em um estado de subordinação e dependência absoluta dos homens. A razão, que ele produz para sustentar esta tese tão extravagante, é que nós não somos capazes de nos governar a nós mesmas.

Se não são precisas, para sustentar uma asserção tão árdua, outras provas que a simples palavra de quem a propôs, basta ele pertencer ao sexo interessado para ser suspeito tudo quanta avanço desta natureza; entretanto como a esse respeito somos tão suspeitas como eles, nenhum proveito temos em negar o fato, salvo que é importante para os sexos a necessidade de o provar. Sem dúvida, pessoas de uma sabedoria tão consumada, se nós quiséssemos acreditá-las sob sua palavra, não teriam a afoiteza de avançar uma coisa com tanto descaramento, se não pudessem sustentá-la com as provas mais sólidas e convincentes.

Vejam, pois, sobre que fundamentos eles baseiam as ideias extravagantes que fazem do nosso sexo e em que fazem consistir a verdade e a razão, para que possamos abraçar ou rejeitar sua opinião, com conhecimento de causa.

Capítulo II

Se as mulheres são inferiores ou não aos homens quanto ao entendimento

Em primeiro lugar, dizem eles, a maior parte do nosso sexo tem bons intervalos, não há dúvida, mas são de pouca duração; são relâmpagos passageiros de razão, que se desvanecem rapidamente; somos semelhantes à Lua, que, obstante por si mesma, não brilha senão por uma luz emprestada; não temos mais que um falso resplendor mais próprio a surpreender a admiração do que a merecê-la; nós somos inimigas da reflexão; a maior parte de nós não pensa senão por acaso, ou por um arrebatamento, e que não falta senão por uma rotina. Eis as graves acusações intentadas contra a maior parte das mulheres; mas concedendo-se de barato, que fosse verdadeiro o que eles objetam, não é incontestável que os mesmos argumentos podem reverter-se contra a principal parte dos homens? Entretanto, se quiséssemos concluir da mesma maneira, que é preciso conservá-los perpetuamente debaixo da nossa guarda, não triunfariam eles e não julgariam esse raciocínio como uma prova de fraqueza de nosso espírito?

Qualquer experiência basta para mostrar que somos mais capazes de ter inspeção sobre os homens do que eles sobre nós. Confiam-se as donzelas ao cuidado de uma mãe de família e elas ficam logo senhoras de uma casa, em idade em que os homens apenas se acham em estado de ouvir os preceitos de um mestre.

O único meio de arrancar um jovem da libertinagem e torná-lo à sociedade, é dar-lhe por guarda uma mulher capaz de reformá-lo com seu exemplo, moderar suas paixões pela prudência e desviá-lo de seus excessos por maneiras mais ativas. Os homens estão bem longe de provar o princípio com a prática; pelo contrário, quando há alguma questão sobre seus interesses, quando sua prudência consumada não basta para domar os mais debochados dentre eles, todo seu recurso é submetê-los à nossa tutela. Assim

pois os seus raciocínios se acham em contradição com a sua prática. Porém é o temor de nos tornar vaidosas que os obriga a sustentar que não temos solidez, nem constância, e que estamos bem longe de ter a profundidade de juízo, que eles modestamente atribuem a si. Donde concluem com tanta sabedoria, que tem sido necessário, que a Providência Divina, e seu senso superior concorram igualmente para nos apartar das ciências, governos e cargos públicos. É por uma indagação exata, e sem prejuízo, que se pode ver se esse argumento tem alguma solidez.

Para reconhecer pois se as mulheres são menos capazes que os homens para as ciências, é preciso atentar qual é o princípio que conduz a esse conhecimento; se ele não existe nas mulheres, ou se existe num grau menos perfeito, não se faz necessário mais provas para demonstrar que os homens têm razão. Porém, se ele é perfeito em um como em outro sexo, então se deve supor os homens invejosos e pode-se dizer, sem temeridade, que a única razão porque nos fecham o caminho às ciências é temerem que nos as levemos a maior perfeição que eles. Todos sabem que a diferença dos sexos só é relativa ao corpo e não existe mais que nas partes propagadoras da espécie humana; porém, a alma que não concorre senão por sua união com o corpo, obra em tudo da mesma maneira sem atenção ao sexo. Nenhuma diferença existe entre a alma de um tolo e de um homem de espírito, ou de um ignorante e de um sábio, ou a de um menino de 4 anos e um homem de 40. Ora, como esta diferença não é maior entre as almas dos homens e das mulheres, não se pode dizer que o corpo constitui alguma diferença real nas almas. Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida.

O Criador observa a mesma ordem ao unir as almas das mulheres e dos homens a seus corpos respectivos. Os mesmos sentimentos, as mesmas paixões, as mesmas proporções firmam essa

união em uns e outros; e a alma obrando da mesma maneira, em ambos os sexos, é por consequência capaz das mesmas funções.

Para tornar esse raciocínio mais convincente não é preciso mais que examinar a estrutura da cabeça, a sede das ciências e a parte onde a alma se faz melhor perceber. Todas as indagações da anatomia não têm ainda podido descobrir a menor diferença nesta parte entre os homens e as mulheres: nosso cérebro é perfeitamente semelhante ao deles⁸; nós recebemos as impressões dos sentidos como eles; formamos e conservamos as ideias pela imaginação e memória, da mesma maneira que eles; temos os mesmos órgãos e os aplicamos aos mesmos usos que eles; ouvimos pelos ouvidos, vemos pelos olhos e gostamos do prazer também como eles. Enfim, não se pode imaginar a diferença entre nossos delicados e, por consequência, mais próprios a corresponder às intenções para que foram formados⁹.

Observa-se geralmente, mesmo entre os homens, que os mais grosseiros e mais pesados são de ordinário estúpidos e que, ao contrário, os mais delicados são os mais espirituosos. A razão é óbvia: a alma encerrada no corpo tem precisão de seus órgãos em todas as duas operações; por conseguinte, está mais ou menos em liberdade de exercer suas funções, conforme seus órgãos sejam mais livres ou mais embaraçados. Ora, não é preciso muito trabalho para provar que nossos órgãos são muito mais finos e delicados que os dos homens; nisso todo mundo convém; por consequência, se nós gozamos as mesmas facilidades e se nos permite, como a eles, entregar-nos ao estudo, não se pode duvidar

⁸ Desde o início do século XIX há notícias de “experiências científicas” que visavam “provar” a superioridade do homem branco sobre a mulher, bem como sobre o negro e o índio. Apesar de lançarem mão de verdadeiras fraudes científicas, ao fim do século tais experiências eram consideradas por muitos como absolutamente corretas, reforçando a “superioridade” de sexo e a racial. Nísia Floresta, já em 1832, antecipa-se a estas conclusões, ao pregar a mesma capacidade intelectual para mulheres e homens.

⁹ A autora transforma habilmente cada “desvantagem” feminina em “vantagem” diante do homem, operando uma inversão muito interessante nas ideias, de forma a adequá-las à sua argumentação.

que nós avançaríamos pelo menos em igual passo, nas ciências e em todos os conhecimentos úteis.

Não pode ser, portanto, senão uma inveja baixa e indigna, que os induz a privar-nos das vantagens a que temos de um direito tão natural como eles. O pretexto que eles alegam é que o estudo e as ciências nos tornariam altivas e viciosas; mas esse pretexto é tão desprezível e extravagante e bem digno do seu modo de obrar. Não, só o falso saber e os conhecimentos superficiais são os que produzem tão mau efeito; porque o verdadeiro e sólido conhecimento não pode tornar as mulheres, assim como os homens, senão mais submissas e mais virtuosas. É preciso confessar que se um conhecimento superficial tem tornado vaidosas algumas mulheres, tem igualmente feito insuportáveis muitos homens; mas isso não é razão para se recusar o sólido saber nem a uns, nem a outros. Deve-se pois procurar com todo empenho aperfeiçoar as disposições que se lhes conhece para as ciências, fazer conceber o gosto para elas e ensinar-se-lhes a fundo; é preciso seguir a opinião de um dos melhores autores, que é aplicável a todas as ciências, como também à poesia.

Pouco vale sábio ser, sem ser profundo;
Ou as letras deixai, ou ir-lhe ao fundo:
Não vos levem vontades caprichosas
De Hypocrene às margens perigosas;
Seus vapores sutis toldam a mente,
Cobre a razão quem bebe na corrente.
(Pope, *Ensaio sobre a crítica*)¹⁰

Julga-se, comumente, que os homens não precisam de conhecimento para serem virtuosos; esse prejuízo só pode nascer de pessoas cujo espírito e conduta não é regular; tem-se concluído, falsamen-

¹⁰ Alexander Pope (1688-1744), poeta inglês, escreveu poemas satíricos em que ridicularizava a sociedade elegante de sua época. Publicou também ensaios filosóficos sob a forma poética, como *Ensaio sobre o homem* e *Ensaio sobre a crítica*. Este último foi traduzido para o português pelo Conde de Aguiar, e publicado no Rio de Janeiro, pela Imprensa Régia, em 1810. Talvez sejam desta tradução os versos acima citados.

te, que as ciências são não só inúteis para a virtude, mas até prejudiciais. Entretanto, não será difícil provar que o conhecimento de nós mesmas e de outras muitas coisas é absolutamente necessário para aumentar-nos a persuasão de nossas obrigações morais. Com efeito, a principal razão que se apresenta de que tantas pessoas se deixam arrastar pelo vício e pelo desleixo com tanta precipitação, ou de que praticam a virtude com tanta indolência, é porque não se conhecem bem a si mesmos, nem aos objetos que os tocam.

Ora, como pretender que eles dissipem essa ignorância senão pelo estudo e ciências? Se tem havido algumas pessoas de nosso sexo tão deslumbradas de seu saber, que se possuem de vaidade, essa falta em si mesma é desculpável; é porque para aprenderem a ser humildes, não beberam no rio corrente da sabedoria, e só se demoraram em sua superfície.

Além de que, a raridade dessa vantagem em nosso sexo e as dificuldades que essas mulheres têm encontrado a vencer para alcançá-la, fazem a apologia da vaidade, a que elas ajuntam ao seu mérito. Acontece-lhes o mesmo que a um homem de não nada¹¹. Que seu mérito e indústria têm elevado a uma dignidade muito acima da esfera de seus iguais; sobem-lhe à cabeça algumas fumaradas; além de que, se isso é uma falta, como não se pode duvidar, é falta em que laboram os homens todos os dias. Concedendo-se que os homens, ou as mulheres, se tornem culpáveis, não se deve fazer recair a culpa sobre as ciências, que a isso deram lugar.

A verdadeira causa desse defeito vem de que aqueles que são versados em qualquer ciência se reputam possuidores de uma coisa, que é um mistério para a maior parte do mundo. Mas seja como for, é mais provável que a vaidade dos homens sábios exceda a das mulheres sábias, como é fácil ver-se pelos títulos faustosos, que arrogam a si. Se se admitisse às mulheres a uma partilha igual das ciências, e das

¹¹ Homem que veio do nada, o mesmo que 'nonada'.

vantagens, que trazem, ou que delas derivam, elas seriam menos sujeitas à vaidade que esses conhecimentos costumam ocasionar.

É um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres, pela razão de que elas são excluídas dos cargos públicos, único fim a que os homens se aplicam. A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra.

É por ela que se consegue a exatidão do pensamento, a pureza da expressão, a justeza das ações; sem ela não se pode jamais ter um verdadeiro conhecimento de si mesmo; é ela que nos põe em estado de distinguir o bem do mal, o verdadeiro do falso; é ela que nos torna capazes de regular nossas paixões, mostrando-nos que a verdadeira felicidade e virtude consiste em restringir nossos desejos, do que em aumentar o que possuímos. Além disso, seja-me permitido notar o círculo vicioso em que esse desprezível modo de pensar tem colocado os homens sem o perceberem. Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência.

Eles bem conhecem a injustiça que nos fazem; e esse conhecimento os reduz ao recurso de disfarçar a má fé à custa de sua própria razão. Porém deixemos falar uma vez a verdade: por que se interessam tanto em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?

O mesmo sórdido interesse, que os instiga a invadir todo poder e dignidades, os determina a privar-nos desse conhecimento, que nos tornaria suas competidoras. Como a natureza parece haver destinado os homens a ser nossos subalternos, eu lhes perdoaria voluntariamente a usurpação, pela qual nos têm tirado das mãos o embaraço dos empregos públicos, se sua injustiça ficasse satisfeita, e parasse nisso, mas como um abismo cava outro, e os

vícios sempre andam juntos, eles não se satisfazem somente com a usurpação de toda autoridade, têm mesmo a ousadia de sustentar que ela lhes pertence de direito, pois a natureza nos formou para ser-lhes perpetuamente sujeitas por falta de habilidade necessária para partilhar com eles do governo, e cargos públicos. Para refutar esse extravagante modo de pensar será preciso destruir os fundamentos sobre que está baseado.

Capítulo V

Se as mulheres são naturalmente capazes de ensinar as ciências ou não

Quanto à Retórica, é preciso convir que nós somos os seus modelos e mestres avaliados¹². A eloquência é um talento tão natural e particular às mulheres, que ninguém lhes pode disputar. Elas estão em estado de persuadir tudo que lhes apraz: podem ditar, defender e distinguir o justo do injusto sem o recurso das leis. Não tem havido juiz que não tenha experimentado que elas são os mais esclarecidos conselheiros, e poucos litigantes que não saibam por experiência, que elas são juízes muito retos, cujo talento é o mais ilustrado. Quando as mulheres tratam de algum objeto, elas se dirigem de uma maneira tão delicada, que os homens são obrigados a reconhecer que elas lhes fazem sentir o que dizem. Toda arte oratória das escolas não é capaz de dar a um homem essa eloquência e facilidade de se expressar, que a nós nada custa; e o que sua baixa inveja chama em nós uma superfluidade de palavras, não é outra coisa mais que uma prontidão de ideias e uma facilidade de dis-

¹² Padre Miguel do Sacramento Lopes (1791-1852), redator de jornais no Recife e no Rio de Janeiro, e conhecido como crítico social dos mais agudos, por várias vezes em um de seus jornais – intitulado *O Carapuceiro* – defendeu a habilidade feminina para a retórica, bem como para exercer outras atividades mais condizentes com seus talentos. Sacramento Blake, no *Diccionario bibliographico brasileiro*, vol. VI, de 1900, sugere que Nisia teria conhecido o padre Lopes Gama, no tempo em que residiu em Olinda, porque muitas de suas ideias sobre as mulheres eram coincidentes.

— | |

— | |

cursos, que eles não podem adquirir, senão em muitos anos de um penível trabalho. Quanto embaraço e perturbação não têm eles para fazerem entender seus pensamentos? Se dizem alguma coisa melhor, que gestos insípidos, redundanciais e carenhoncas não fazem, que destroem o pouco bom que dizem? Quando pelo contrário uma mulher fala, seu ar é ordinariamente nobre e agradável, seu gesto fácil e cheio de dignidade, suas ações decentes, seus termos dóceis, e insinuantes, seu estilo patético e persuasivo, sua voz melodiosa e seu tom proporcionado ao objeto.

Ela pode sem vaidade elevar-se ao nível da inteligência mais sublime, e com uma complacência natural à delicadeza de sua figura chegar sem baixeza ao alcance do espírito o mais moderado. Qual é o objeto que nós não possamos tratar, sem ofender à decência? Quando falamos do bem ou do mal, sabe-se muito bem que estamos em estado de conduzir a um, e desviar do outro, os homens os mais obstinados, por pouco que seus espíritos sejam susceptíveis de raciocinar, e capazes de seguir um argumento. Esse caráter de retidão, que tem todo nosso exterior quando falamos, faz nosso poder de persuadir ainda mais vitorioso. Certamente se temos uma eloquência mais comunicável que a sua, nós devemos ser, ao menos como eles, tão capazes de ensinar as ciências; e se não nos veem nas cadeiras das universidades, não se pode dizer que seja por incapacidade, mas sim por efeito da violência com que os homens se sustentam nesses lugares em nosso prejuízo; ou pelo menos deve-se reconhecer nisso, que temos mais modéstia, que eles, e menos ambição. Se quiséssemos aplicar-nos à jurisprudência, fariamos tantos progressos, como os homens.

Não se nos disputa o talento natural de explicar, e desenvolver os trabalhos os mais difíceis e complicados de bem estabelecer nossas pretensões, e as dos outros, de descobrir o fundo de uma dificuldade e de pôr em prática todos os meios capazes de nos fazer obrar justiça: isso basta, creio, para provar que, se questiona-se de

satisfazer as funções de advogado, juiz, magistrado, nós apresentaríamos uma capacidade para esses trabalhos, de que bem poucos homens são susceptíveis. Mas a paz e a justiça são nosso único estudo; toda nossa ambição se reduz a reparar os danos que esse sexo corrompido procura fazer-nos com tanto furor.

Nosso sexo parece ter nascido para ensinar, e praticar a medicina, para tornar a saúde aos doentes, e a lhes conservar. O asseio, a prontidão e o cuidado fazem a metade de uma cura; e por esse motivo os homens nos deviam adorar. Na verdade nós lhes cedemos a nosso turno a arte de inventar os termos bárbaros, de embaraçar uma cura pelo número de remédios, e de aumentar a pena de uma moléstia com as despesas, que lhes causam. Mas nós podemos imaginar, e temos mesmo inventado, sem o recurso de Galeno e Hipócrates, uma infinidade de remédios para as moléstias, que nem os melhores autores têm podido aperfeiçoar, nem desaprovar: e uma receita de – curandeira –, como eles chamam, tem quase sempre destruído tal moléstia inveterada, que resiste obstinadamente a toda ciência de um Colégio de Graduados.

Em uma palavra: as observações que as mulheres fazem em sua prática tem-se achado tão exatas e apoiadas sobre razões tão sólidas, que tem demonstrado mais de uma vez a inutilidade, e pedantaria da maior parte dos sistemas das escolas. Eu duvido que o nosso sexo quisesse passar tantos anos tão inutilmente, como fazem esses homens, que se apelidam filósofos; se quisesse aplicar-se ao estudo da natureza, estou persuadida que acharíamos um caminho mais breve para chegarmos a esse fim. Não faríamos, como certos homens, que empregam anos inteiros e algumas vezes mesmo toda sua vida, a raciocinar sobre entes de razão e bagatelas imaginárias, que só existem em seus próprios cérebros.

Nós acharíamos meios de empregar utilmente nossas indagações antes de aprofundar o espírito para descobrir se além da última circunferência do universo existe algum espaço imaginário, e se este

parto de nossa imaginação é finito, ou infinito; se um átomo pode tornar-se em uma infinidade de partes, ou quando uma coluna de ar, que corresponde do Céu até quase sobre a cabeça de um homem, parece menos pesada que um fardo sobre os ombros. Se quiséssemos exprimir o que concebemos de Deus, não ousaríamos representá-lo como um venerável ancião. Não, nós temos uma ideia muito nobre para o comparar a algum ente criado.

Concebemos, que deve haver um Deus, pois que sentimos que, nem nós, nem os objetos que nos cercam, podemos ser obra do acaso, nem da nossa produção. Demais, considerando-se todos os dias que o sucesso de nossas empresas não é o efeito natural dos meios, de que nos servimos para alcançá-lo, estamos convencidas de que a série de nossas ocupações não é consequência de nossa prudência; e assim concluímos, que isso deve ser o efeito de uma providência superior, e geral.

Jamais imaginaríamos raciocinar sobre nossas próprias hipóteses quiméricas e de encher um volume para responder a impossibilidades, como se poderíamos lançar uma pedra até a visão beatífica etc.

Entretanto, poderíamos sem vaidade aspirar a ser tão bons filósofos e teólogos, como os homens, e talvez melhores, se é que compreendo bem a significação destas palavras. Certamente os filósofos e teólogos (segundo o verdadeiro sentido das palavras) são seres profundamente versados nos segredos da natureza e mistérios da religião. Isso posto, e conhecendo-se mais que o principal fruto de todo saber, é bem discernir o verdadeiro do falso, à evidência da obscuridade, nós somos igualmente capazes de uma e de outra coisa.

Se quiséssemos ser filósofas e teólogas, nos proporíamos a formar ideias da Divindade e das revelações, tão justas, quanto a fraqueza da natureza humana pode permitir, e seguiríamos a natureza em todos os seus efeitos; remontando-nos à sua origem: mas como sabemos que o conhecimento de nós mesmas, e dos obje-

tos que nos cercam, é absolutamente necessário para tornar úteis os conhecimentos de que vimos de falar, em lugar de perder o tempo em bagatelas, que ocupam o estudo da maior parte dos maus filósofos, nos aplicaríamos a refletir sobre nós mesmas, e sobre os diversos objetos, que nos cercam, a fim de descobrir que relações ou diferenças eles têm conosco, e por que aplicações podem ser-nos vantajosas, e corresponder ao fim para que nos foram dados. Não poderíamos pois por este meio ser filósofas tão sábias, e teólogas tão capazes como os homens, e em estado de aprender, e mesmo de ensinar, pelo menos tanto quanto eles são?

A prática prova suficientemente que não somos menos boas cristãs, que eles; recebemos o Evangelho com respeito, e humildade, e nos submetemos à sua doutrina de uma maneira mais exemplar mesmo, que a maior parte dos homens. Eu confesso, que algumas pessoas do nosso sexo têm levado o culto religioso a uma espécie de superstição, mas o mesmo não se observa em muitos homens? Entretanto, eles são muito mais culpáveis que elas, pois que a ignorância em que têm sido criadas faz cair toda culpa sobre eles, que lhes não têm dado os meios de a evitar. Assim, se seu zelo tem sido indiscreto, sua intenção tem sido boa, e podemos assegurar com certeza – visto a facilidade com que elas têm abraçado a religião e se conservam firmemente ligadas, apesar de tantas desvantagens com que se lhes representa – que elas teriam se ligado com mais firmeza à verdadeira piedade, se lhe tivessem feito conhecer debaixo de um ponto de vista mais justo.

Quem poderá pois nos impedir de nos reger sobre a fé e disciplina de Jesus Cristo, e da Igreja? Se possuímos os fundamentos da Filosofia e Teologia escolástica, não seremos tão capazes, como os homens, no curso de nossos estudos, de entender, conferir e interpretar as Santas Escrituras, as obras dos Santos Padres, e os Sagrados Cânones? Não poderemos tirar dos nossos espíritos, e corações, as obras de piedade, pregar, refutar as inovações, conduzir-

nos mesmas, e aos outros, destruir os escrúpulos mal fundados, e decidir os casos de consciência tão bem como os mais hábeis casuístas, que temos? Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto como os homens. É portanto verdadeiro que, quanto à Teologia, Deus tem restringido nossos talentos naturais por uma lei positiva¹³. Assim, nós não temos de reclamar o que não poderíamos praticar, senão por uma intrusão sacrílega.

Entretanto, pode-se observar de passagem que a proibição, que nos fez nosso Divino Salvador, de exercer algumas funções religiosas, não nos proíbe de outros ofícios públicos. Ela nem mesmo prova que sejamos indignas, ou naturalmente incapazes de exercer aqueles mesmos. Proibir-nos dessas funções é concordar que nós poderíamos preenchê-las. Mas por que nos proibiu Ele? Somente por uma presunção se poderá penetrar. Entretanto, se é permitido raciocinar sobre os preceitos divinos, nós poderíamos dar uma razão, que seria em honra, e não em desvantagem de nosso sexo. Deus sabe incontestavelmente a inclinação geral que os homens têm à impiedade, e à irreligião, por conseguinte não devia reservar as funções religiosas a esse sexo para atrair ao menos uma parte dele aos deveres, para que tem uma oposição tão geral? Além disso, nosso sexo tendo uma inclinação natural a praticar a virtude e a religião, não era necessário ajuntar mais recursos exteriores à sua graça divina para nos atrair a um caminho, para o qual nossos corações nos conduzem.

Se pois se destruísse o prejuízo e o costume, nenhuma surpresa haveria de se nos ver dar lições públicas de ciências em uma cadeira de universidade, pois que para trazer, entre mil, um exemplo, certa moça estrangeira, cujo mérito, e capacidade extraordinária, tem obrigado a muito tempo uma universidade da Itália a se apartar, em seu

¹³ Nísia parece não se dar conta de que essa "lei positiva" que impede as mulheres de preencher algumas funções da hierarquia eclesiástica também foi feita pelos homens. Mesmo assim, quando aceita a restrição "divina", inverte o raciocínio usual e tira partido para seu sexo.

favor, das regras da parcialidade, do costume, e do prejuízo para lhe conferir o grau de doutor; é uma prova evidente dos grandes progressos, que poderíamos fazer nas ciências, se nos fizesse justiça.

Não é tanto para justificar meu sexo, que cito esse exemplo, e sim para favorecer os homens e fazer ver, que não é absolutamente impossível que eles sejam algumas vezes justos, sem milagre. Na verdade, seria preciso recorrer a tantos países, como um Judeu errante, para achar nesse sexo invejoso, e pouco generoso, alguns outros exemplos de uma semelhante equidade a nosso respeito. Mas para encontrar muitas mulheres, cujo merecimento não cede ao daquela italiana, não é preciso recorrer-se à antiguidade, nem mesmo fazer a despesa de uma viagem a países estrangeiros. Nosso próprio século, e nossa pátria, pode gabar-se de ter tido mais de uma Safo, de uma Cornélia, e muitas Schumans, e Dacieres¹⁴.

Se eu quisesse escolher uma, que ajunta em si só os diversos talentos de todos esses nomes ilustres, poderia citar uma Elizabeth, tão estimável pela alta superioridade de seu gênio, e de seu juízo, e tão célebre pelo uso que lhes deu. Seus progressos nas ciências antigas, e modernas em geral, a têm elevado tanto acima dos homens, que as mais excelentes virtudes juntas a seus aprofundos conhecimentos lhe tem atraído a estima das mulheres; não é admirável, que nos pertença a liberdade de fazer justiça a seu mérito, sem temer os reproches de parcialidade, pois que os homens mesmos são obrigados a admirar, a despeito de sua inveja. Entretanto, como sua própria excelência tem arrancado os justos louvores da boca mesmo do prejuízo, eu me dispensarei de a pintar, contente de ver, que esse sexo lhe tem feito o mesmo também, como eu não poderia fazer; e

¹⁴ Safo: poetisa grega, do século VI a.C., natural de Lebos. Sua obra, da qual só restam fragmentos, teria sido composta de nove livros. Cornélia: mulher romana do século II a.C., tornou-se conhecida por sua renúncia aos cargos públicos, para se dedicar à educação dos filhos. Clara Schumann: pianista alemã, casada com Robert Schumann. Quando solteira, era considerada uma das mais brilhantes pianistas de seu tempo. Também era compositora, mas suas obras foram incluídas entre as do marido após o casamento. Ana Lefèvre Dacier (1651-1720): escritora francesa, helenista e latinista, tradutora da *Ilíada* e da *Odisseia*, de Homero. Foi casada com o filólogo André Dacier (1651-1722).

é porque remeto os meus leitores ao que tem dido sobre o caráter desta mulher o célebre Birch¹⁵, na história das Obras dos sábios.

Esse elogio é tanto menos suspeito por ser tecido por um homem, e por um homem que parece alardear de não ter mais que a equidade precisa para louvar uma mulher acima de seu mérito. Se a comparação que faz esse homem sincero, dos talentos de nosso sexo, com os do seu, ofende a inveja natural dos homens, eles o devem escusar, e perdoar. Devem-lhe pelo menos a obrigação de nos ter provado com seu exemplo, que não é impossível encontrar-se um homem capaz de sacudir o jugo da paixão, e do prejuízo, em favor da verdade, e boa fé.

Nós podemos, pois, facilmente concluir, que, se nosso sexo, como se tem visto até o presente, tem todos os talentos, e requisitos para aprender, e ensinar as ciências, que põem os homens em estado de possuir o poder, e as dignidades, elas são igualmente capazes de reduzir seu saber à prática no exercício de seu poder, e dignidades; pois que esta nação tem mostrado, como acabamos de dizer, muitos exemplos gloriosos de mulheres, que têm todas as qualidades, e requisitos para exercer toda autoridade pública, reunidos em suas pessoas. Por que, pois, o nosso sexo não será, ao menos, capaz de preencher os postos subordinados de ministros de Estado, vice-rei, governadores, secretários, conselheiros privados e tesoureiros? Ou por que não poderão elas, sem ser admirável, ser generais de exércitos, ou almirantes-de-esquadra?

Porém, isso é um ponto que vale bem a pena ser examinado separadamente.

Conclusão

De quanto tenho dito até o presente não tem sido com a intenção de revoltar pessoa alguma de meu sexo contra os homens, nem de

¹⁵ Thomas Birch (1705-1766): historiador e biógrafo inglês. Autor de quase todas as biografias do *General dictionary, historical and critical* (1743-1745), e do *Memory of the reign of Queen Elizabeth* (1754).

transformar a ordem presente das coisas, relativamente ao governo e autoridade. Não, fiquem as coisas no seu mesmo estado¹⁶: eu pretendo somente fazer ver que meu sexo não é tão desprezível como os homens querem fazer crer, e que nós somos capazes de tanta grandeza de alma como os melhores desse sexo orgulhoso; e estou mesmo convencida que seria vantajoso para os dois sexos pensar dessa maneira. Essa verdade se prova pelas más consequências que resultam do erro contrário. Acreditando-nos incapazes de aperfeiçoar o nosso entendimento, os homens nos têm inteiramente privado de todas as vantagens da educação e, por este meio, têm contribuído tanto quanto lhes é possível a fazer-nos criaturas destituídas de senso, tais quais eles nos têm figurado. Assim, faltas de educação, somos entregues a todas as extravagâncias porque nos tornamos desprezíveis; temos atraído sobre nós seus maus tratamentos por faltas de que eles têm sido os autores, tirando-nos os meios de evitá-las.

Qual é o resultado desse tratamento tirânico que eles nos fazem experimentar? Recai por último sobre si mesmo. A falta de saber e educação, que arrasta as mulheres às ações que os homens reprovam, as priva das virtudes que poderiam sustentá-las contra os maus tratamentos que eles imprudentemente lhes fazem sofrer; faltas dessas virtudes elas imaginam os meios os mais condenáveis para se vingarem de seus tiranos. Donde resulta que em geral os homens e mulheres têm, uns para com os outros, um soberano desprezo e combatem à porfia quem trata pior o outro; quando, pelo contrário, deveriam viver felizes, se ambos os sexos se resolvessem a tomar um pelo outro os sentimentos de estima, que se devem reciprocamente.

¹⁶ Após haver “provado” a superioridade feminina, Nísia Floresta recua e afirma não querer incitar o seu sexo à revolta. Também nesse aspecto ela não segue o texto original de Mary Wollstonecraft, que, ao contrário, declara que só uma REVOLUÇÃO (assim escrita, em maiúsculas) seria capaz de alterar as condições de vida das mulheres inglesas. Esta posição cautelosa de Nísia Floresta também está presente no *Opúsculo humanitário*, obra em que, após traçar um drástico panorama da situação feminina, declara ficar satisfeita apenas com o acesso das meninas à educação.

Entretanto, se quiséssemos falar a verdade, é fora de toda a dúvida que o vitupério recai principal e originariamente sobre os homens; porque se quiser somente conceder às mulheres as vantagens da educação e do saber, elas aprenderão a desprezar estas loucuras e bagatelas, que lhes granjeiam presentemente um injusto desprezo; elas estarão em estado de dar aos homens uma melhor opinião da capacidade de seu engenho e da disposição do seu coração, e os homens diminuirão e reformarão gradualmente seus maus procedimentos, à proporção da estima que lhes inspirarmos. Elas capricharão em aperfeiçoar seus talentos, melhor adquirirão os conhecimentos, ocupar-se-ão a entreter os homens instrutivamente e ajuntar a solidez aos seus encantos.

Por esse meio os dois sexos viverão felizes e não terão motivos de se acusarem mutuamente; mas enquanto os homens nos fecharem toda a entrada às ciências, eles não poderão, sem fazer recair sobre si toda a repreensão, lançar-nos ao rosto as faltas de conduta que a ignorância nos faz cometer e nós acusaremos sempre de injustiça e crueldade os desprezos e maus tratamentos que eles têm para conosco, por faltas que não está em nossas mãos remediar. Não seria mais necessário falar nesse objeto senão para responder a algumas pessoas fracas, que se persuadem indevidamente existir, relativamente à virtude, diferenças reais entre nós e os homens; entretanto não há maior absurdo, pois existem muitos bons e maus em ambos os sexos, e, mesmo supondo-se que algumas mulheres têm levado a maldade além dos homens, isso não pode desonrar o sexo em geral. Os bons que se corrompem tornam-se sempre os mais malvados; e quando reconhecêssemos que algumas de nosso sexo têm excedido aos homens nos vícios, seria preciso necessariamente confessar, que estes as excedem em número¹⁷. Eu creio e ninguém duvidará, que falando de

¹⁷ Também o padre Lopes Gama, já citado, era dessa opinião. Em *O carapuço* (Recife, 30/5/1838) ele escrevia: "Na verdade, raro é o defeito na mulher que não seja mui ordinário e comezinho nos homens, de sorte que se por um milagre o sexo masculino se transmudasse em feminino, e vice-versa, teríamos o universo povoado de homens muito mais virtuosos, do que são os atuais".

maus, há mil homens maus para haver uma mulher má e, ainda assim, é julgando as coisas muito favoravelmente aos homens. Mas para saber-se se uns são naturalmente mais viciosos que os outros, é preciso atender que só a alma é que é susceptível de virtude e que esta consiste em uma resolução firme de fazer-se o que se julga mais conforme às regras da razão, nas diferentes circunstâncias da vida.

Ora, a alma das mulheres não é menos susceptível que a dos homens, dessa resolução firme que constitui a virtude, e elas sabem também, como eles, as ocasiões de a pôr em prática. Inda que fracas se julguem as mulheres em geral, nós sabemos reger também nossas paixões, como os homens, e não temos mais que eles propensão ao vício. Nós podemos mesmo fazer inclinar aqui a balança em nosso favor, sem ofender a justiça e a verdade; entretanto, suposto mesmo que houvesse lugar de achar-se os dois sexos igualmente em falta, aquele que acusa o outro peca contra a equidade natural. Se existe mais maldade nos homens que em nós e são tão cegos para percebê-la, são bastante temerários em achar o que repreender em nosso sexo; e se descobrem nossas faltas e ocultam maliciosamente as suas, que são mais condenáveis, não é isso uma baixeza neles, fazer-nos um crime daquilo que possuímos menos que eles? Se há mais bondade nas mulheres que nos homens, não se deve tachá-los de ignorantes e invejosos por não quererem convir nisso?

Quando uma mulher tem mais virtudes que vícios, não devem umas fazer desaparecer os outros? Isto é tanto verdade quanto nossos defeitos são insuperáveis e se nos negam os meios de nos corrigir. Eis aqui precisamente o caso de quase todas as faltas de nosso sexo e porque merecem mais compaixão que desprezo. Enfim, se nossas faltas não são tais senão em aparência, ou pelo menos são por si mesmas muito ligeiras, não se podem supor duráveis nelas sem muita imprudência e maldade de sua parte.

Ora, é muito fácil provar que estas são a maior parte das faltas que se nos exprobram, as quais são comuns a todo nosso sexo de

uma ou de outra maneira. Eu julgo ter suficientemente demonstrado que injustamente os homens nos acusam de não ter aquela solidez de raciocínio, que atribuem a si com tanta confiança; nós temos o mesmo direito que eles aos empregos públicos: a natureza nos deu um gênio como a eles, tão capaz de os preencher e nossos corações são tão susceptíveis de virtudes como nossas cabeças o são de aprender as ciências: nós temos espírito, força e coragem para defender um país e bastante prudência para governá-lo. Nós temos em geral os órgãos mais delicados. Se se comparar a estrutura dos corpos para decidir o grau de excelência dos dois sexos, não haverá mais contestação: eu julgo que os homens mesmos não terão dificuldade em nos ceder a esse respeito: eles não podem negar que temos sobre si toda vantagem pelo mecanismo interno dos nossos corpos, pois que é em nós que se produz a mais bela e a mais considerável de todas as criaturas. Que superioridade não temos sobre eles pela forma externa? Que belezas, que ar, que graças a natureza não tem juntado aos nossos corpos e privado aos seus? Eu me envergonharia somente de falar, se não pensasse que há uma razão a mais para crer que nossas almas são tanto mais delicadas, porque não posso deixar de pensar que o Sábio Autor da natureza proporcionou nossas almas aos corpos que nos deu: certamente a delicadeza de nosso espírito e a finura do que se passa no interior de nossas cabeças devem pelo menos tornar-nos iguais aos homens, que nosso exterior raras vezes deixa de nos fazer suas senhoras absolutas.

Eu não quererei, entretanto, que pessoa alguma de meu sexo apoie sua autoridade sobre um alicerce tão frágil. Não, o bom senso deve sempre exceder a beleza do rosto, porque o ascendente, que a razão tem sobre os corações, é mais durável. Eis porque exorto a todas as mulheres a desprezar os vãos divertimentos e a aplicar-se à cultura de suas almas, a fim de se tornarem capazes de obrar com toda dignidade a que a natureza nos destinou; sem procurarmos

elevar-nos e engrandecer-nos, façamos ver que merecemos dos homens tanta parte de sua estima quanto arrogam a si além de nós.

Em uma palavra, mostremos-lhes, pelo pouco que fazemos sem o socorro da educação, de quanto seríamos capazes se nos fizessem justiça. Obriguemo-los a envergonhar-se de si mesmos, se é possível, à vista de tantas injustiças que praticam conosco, e façamo-los enfim confessar que a menor das mulheres merece um melhor tratamento de sua parte, do que o que hoje prodigalizam à mais digna dentre nós.

*(Direitos das mulheres e injustiça dos homens. 4 ed.
São Paulo: Cortez Editora, 1989)*

Opúsculo humanitário

Quantas somas de dinheiro,
quantas vidas sacrificadas para
sustentar o que chamam a honra da nação,
enquanto a educação dos povos,
base principal do grande edifício social e
da felicidade pública e particular,
fica de lado como coisa secundária!

Opúsculo humanitário, 1853.

I.

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher –, nossa débil voz se levanta, na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!

Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?

Em todos os tempos, e em todas as nações do mundo, a educação da mulher foi sempre um dos mais salientes característicos da civilização dos povos. Na Ásia, esse berço maravilhoso do gênero humano e da filosofia, a mulher foi sempre considerada como um instrumento do prazer material do homem, ou como sua mais submissa escrava; assim, os seus povos, mesmo aqueles que atingiram ao mais alto grau de glória, tais como os babilônios, ostentando aos olhos das antigas gerações suas admiráveis muralhas, seus suspensos e soberbos jardins, suas colunatas de pórfiro, seus templos de jaspe, com zimbórios de pedras preciosas elevando-se às nuvens, obras que até hoje não têm podido ser imitadas, esses povos tão poderosos, dizemos, permaneceram sempre em profunda ignorância dessa civilização que só podia ser transmitida ao mundo pela emancipação da mulher, não conforme o filosofismo dos socialistas, mas como a compreendeu a sabedoria divina, elevando até a si a mulher, quando encarnou em seu seio o Redentor do mundo.

As Déboras, as Semíramis, as Judites se mostraram em balde, atestando, aquela, a graça de que a tocara Deus, permitindo-lhe revelar aos homens alguns de seus mistérios; estas, uma razão esclarecida, uma coragem rara, que provavam já então não ser a mulher somente destinada a guardar os rebanhos, a preparar a comida, e a dar à luz a sua posteridade.

II.

O Egito, com as suas maravilhosas pirâmides e todos os admiráveis documentos com que o enriqueceram os faraós, os Ptolomeus e o seu mais famigerado conquistador, Sesóstris, cujas proezas encheram seu século de assombro e os povos de terror, imitou, com o resto da África, toda a Ásia na apreciação da mulher. Também o Egito jazeu sempre submerso, apesar da profunda sabedoria de seus sacerdotes, em completa ignorância a respeito da educação que convém à mulher. Seus hieroglíficos, suas curiosas múmias, e todos os fragmentos de sua admirável e extinta grandeza, e conhecimentos que os sábios arqueólogos modernos com tanta perseverança estudam, não revelam que a inteligência da mulher fosse aí devidamente cultivada.

A beleza física, entre esses povos, era o único mérito real da mulher e, ainda assim, aquela que a possuía entrava em concorrência com outras e devorava depois, como nos tempos presentes, torturantes amarguras no fundo dos serranhos e dos haréns. Essa nobre porção da humanidade ainda é hoje, para opróbrio daqueles povos, sujeita à aviltante lei da poligamia.

Os Ciro, os Nabucodonosores, os Xerxes, os Alexandres, os Darios etc., que tiveram o poder de assolar e subjugar com seus numerosos exércitos tantas nações diversas, não compreendiam em seu furor de conquista que, conservando no embrutecimento o sexo que os alimentara, privavam-se de maior glória do que lhes davam suas armas.

Na Pérsia, a sabedoria dos magos, na Índia os princípios contidos nos Vedas e explicados por Diáimene e, depois por Viasa da segunda Escola Mimansa ou filosofia vedanta, os profetas mesmos, anunciando por toda parte aos homens a palavra de Deus, nada fizeram para melhorar a condição da mulher.

Enquanto estes últimos exortavam os reis e os povos a armar-se para castigarem outros reis e outros povos, ou lhes prediziam a destruição dos impérios a fim de abater-lhes o orgulho, olvidavam que a sabedoria do Eterno, na última de suas criações, quando formou a admirável máquina no universo, harmonizando todas as suas partes entre si, deu ao par ditoso que devia ser o tronco do gênero humano o mesmo sentir, a mesma inteligência, as mesmas prerrogativas.

O homem, ainda semisselvagem, arrogou a si a preeminência da força física e tudo lhe foi submetido, a moral, assim como a inteligência da mulher, que ele quis permanecesse sempre inculta, para que mais facilmente desempenhasse a humilhante missão a que a destinava.

V.

É uma verdade incontestável que a educação da mulher muita influência teve sempre sobre a moralidade dos povos, e que o lugar que ela ocupa entre eles é o barômetro que indica os progressos de sua civilização.

Entre os bárbaros do norte, e os selvagens da América e da Oceania, que papel representou e representa ainda a mulher, principalmente nas duas últimas regiões?

À fé, que muito humilhante seria para uma mulher dizê-lo!

Aqueles que têm viajado por esses países, ou lido a narração que de seus povos fazem verídicos historiadores, lamentam tanta degradação da espécie humana.

Deixaremos em silêncio a sorte da mulher da Europa na Idade Média, sob os Clóvis, Carlos Magno, Oton o Grande, Godofredo

de Bouillon, Rodolfo de Habsburgo e Maomé II, vencedor de Constantino XII, último imperador grego, com o qual acabou o império cristão de Bizâncio, para dar lugar, entre as monarquias europeias, à primeira monarquia otomana.

Os cruzados – trazendo à sociedade ocidental o desenvolvimento da navegação, da indústria, das artes, das ciências, e as línguas que lhes foi preciso aprender para estabelecerem uma comunidade de ideias entre os povos de gênio e línguas diversas, preparando-lhe assim a época da Renascença, em que a Itália e, depois, a França tanto brilharam – nenhum melhoramento fizeram na sorte da mulher.

À voz de Pedro Eremita, Urbano II, São Bernardo etc., corriam os reis e os povos cristãos à longínqua Palestina, para libertar os lugares santificados pelo Cristo, enquanto deixavam por libertar de férrea educação as mulheres, que Deus havia tão altamente enobrecido na Divina Mãe do mesmo Cristo.

Quanto sangue derramou a humanidade! Quantas vítimas sacrificadas sem nenhum resultado para ela! Que aberração, enfim, do espírito do cristianismo!

Mas era então assim que compreendiam a sua missão na Terra os grandes senhores do Ocidente, longe ou dentro de seus suntuosos e sombrios castelos, cujo eco nos repetem ainda as legendas desses tempos.

No Oriente, as ciências e as artes fugiam espavoridas do solo que sanguinolentas guerras devastavam.

A Grécia esclarecida havia desaparecido, e povos bárbaros ou reis fanáticos profanavam o alcáçar das letras.

Aos filósofos, que encheram o mundo de admiração por sua sabedoria e pela beleza de seus escritos, sucederam imperadores tais como Miguel, o Gago, que, não sabendo ler, proibiu que se ensinasse às crianças, e Miguel III, que, minado de vergonhosos vícios e desprezando como os seus antecessores a educação da mulher, mandara construir para os seus cavalos, que ele

amava mais que a seus súditos, uma cavaliariça cujas paredes eram incrustadas de pórvido.

O espírito das Anas Commenes despontava nessas regiões manchadas por toda a sorte de crimes, como desponta em noite tenebrosa o clarão de uma estrela que brilha a furto no espaço.

A caridade, virtude personificada no sexo pela mãe do Redentor do mundo, e o heroísmo com que algumas santas mulheres suportavam o martírio, na esperança de uma vida melhor, podiam então somente consolar a mulher cristã. Feliz aquela que de fato o era, porque achava na fé, essa luz divina que nos esclarece a alma, um poderoso antídoto contra a degeneração do homem e um porto seguro de salvação.

Enquanto a civilização dormitava sob o anticristo e nunca assaz detestável regime feudal, que oprimia cruelmente as mulheres, e as cruentas guerras de religião proporcionavam ao feroz instinto de um sanguinolento e bárbaro triunfo da horrorosa Noite de São Bartolomeu, o mais funesto de todos os erros, o fanatismo, vomitava na Espanha e em Portugal o monstruoso flagelo que tem jamais oprimido a humanidade.

O tremendo tribunal do Santo Ofício, este vergonhoso parto dos tempos modernos do cristianismo, tão fatal aos progressos da civilização, não queria encontrar nas vítimas que imolava a moral esclarecida, a virtude obstinada das Bororquias.

Assim, a educação da mulher ficou estacionária, principalmente nesses países, que a natureza enriqueceu de seus mais belos dons.

XVII.

É tempo de voltarmos ao nosso caro Brasil, cujo interesse inspirou-nos este trabalho, e repetir a exclamação com que começamos este opúsculo:

– Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?

Temos já transposto metade do século XIX, século marcado pelo Eterno para nele revelar ao homem estupendos segredos da ciência, tendentes a aplainar as grandes dificuldades que se opõe à universalidade do aperfeiçoamento das ideias, em ordem a fraternizar todos os povos da Terra.

Temos testemunhado o empenho dos homens pensadores das nações cultas em harmonizar a educação da mulher com o grandioso porvir que se prepara à humanidade.

Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada.

Deus depôs no coração da brasileira o germe de todas as virtudes. Vejamos o impulso que o governo e os homens da nossa nação têm dado a este germe precioso; como têm eles cultivado e feito desabrochar as flores, madurar os frutos que se deve esperar de uma planta de abundante seiva, sob os cuidados de um hábil e sábio horticultor.

XVIII.

Não ignoramos que vimos encetar uma matéria tanto mais difícil quanto teremos de ferir preconceitos inveterados, e o mal-entendido amor próprio daqueles que julgam as coisas em muito bom estado só porque tal era a opinião de seus antepassados. Mas o desejo ardente que nos cala na alma, de ver o nosso país colocado a par das nações progressistas, nos impõe a obrigação de franca e imparcialmente analisar a educação da mulher no Brasil, esperando excitar, com o nosso exemplo, penas mais hábeis que a nossa a escreverem sobre o assunto que, infelizmente, tão desprezado tem sido entre nós.

Aqueles que escrevem tão somente pelo bem da humanidade – e não por orgulho ou pela triste vaidade de fazerem-se um nome, ainda mesmo nos países onde um nome literário tem pátria e gló-

ria – não cogitam do juízo parcial dos que limitam os interesses da humanidade no mesquinho círculo de seus interesses pessoais.

Não nos embala a vã pretensão de operar uma reforma no espírito de nosso país. Por demais sabemos que muitos anos, séculos talvez, serão precisos para desarraigar herdados preconceitos a fim de que uma tal metamorfose se opere. Esperamos somente que os zelosos operários do grande edifício da civilização em nossa terra atentem para os exemplos que a História apresenta do quanto é essencial aos povos, para firmarem a sua verdadeira felicidade, o associarem a mulher a esse importante trabalho.

A esperança de que, nas gerações futuras do Brasil, ela assumirá a posição que lhe compete nos pode somente consolar de sua sorte presente. Entretanto, sigamos o exemplo do pobre e corajoso explorador de nossas virgens florestas, exposto aqui e ali à mordedura de venenosos répteis, para rotear um campo que outros terão de semear e de colher-lhe os saborosos frutos... Felizes nós se pudéssemos conseguir o primeiro resultado desse trabalho, que muito nos lisonjearíamos de oferecer às nossas conterrâneas como penhor do verdadeiro interesse que elas nos inspiram.

XX.

É uma triste verdade ter o Brasil herdado de sua metrópole o desprezo em que teve ela sempre à educação do sexo.

Os portugueses, levando suas armas e seus missionários a outras regiões do mundo, explorando a glória pela reunião dessas duas forças heterogêneas que eles sabiam tão bem empregar para subjugar os povos, embriagavam-se demasiadamente em seus grandes triunfos para poderem ocupar-se, como deviam, da instrução da mulher, que, segundo a opinião da maioria de seu país – mais afeita aos costumes mouriscos que aos dos povos do norte – não há mister de outros conhecimentos além daqueles que a habilitam a ser a primeira e mais útil servente de sua casa.

A glória das armas e das conquistas era a única a que aspirava o seu gênio belicoso. Dessa glória, porém, nenhuma vantagem resultava à mulher, a não ser a dos efêmeros triunfos que lhe davam os combatentes das justas e torneios, quebrando lanças que depunham a seus pés como uma homenagem a suas graças ou a seu amor.

Essa homenagem, que os homens da Idade Média criam render ao verdadeiro mérito da mulher, caracteriza-se na conduta de Magriço e de seus companheiros, que tanto orgulho inspirou aos cavaleiros daquele tempo. Esses doze famigerados guerreiros, indo tão dramaticamente desafrontar as damas inglesas, em vez de empregarem o seu valimento e a sua bravura em pugnar pela reforma da educação das damas portuguesas, que jaziam envoltas no espesso véu da ignorância, forneceram um exemplo a mais da leviandade do homem, procurando a glória onde menos ela reside.

Mas fora sempre esse o espírito de sua nação, onde as ciências e as artes nunca tiveram grande incremento fora do claustro, essa barreira insuperável ao progresso das ideias. Entretanto, se aquelas eram ali suplantadas pelas armas, mesmo sob o reinado de seus mais ilustrados soberanos, alguns gênios sobressaíram na Terra tão altamente decantada por Camões, a despeito dos obstáculos que se opunham aos seus mais altaneiros voos.

XXX.

Era quase geral a opinião, como dissemos, que a instrução intelectual era inútil, quando não prejudicial, às meninas. Mas é porque aqueles que propalavam tão absurdo princípio não faziam essa simples observação posta ao alcance da inteligência ainda a mais míope, e para a qual lhes não era preciso revolverem a história dos outros povos: as mulheres brasileiras, baldas de toda a sorte de instrução, eram elas citadas como as mais virtuosas e severas nos princípios morais? Subtraíam-se assim à melhor cilada das seduções armadas à inexperiência ou à credulidade do sexo?

Se assim tivera sido, se a estatística das faltas cometidas pelas mulheres devidamente instruídas fosse mais numerosa do que a das outras, certo que não hesitaríamos em ser do número dos apologistas da ignorância da mulher, porque sendo a beleza da virtude a que mais atrai e extasia a nossa alma, nós preferíamos adorá-la, envolvida mesmo no grosseiro manto da ignorância, a gozarmos de todas as vantagens que a civilização oferece do alto de seu rico e deslumbrante pedestal.

Mas todos sabem, a não ser os povos selvagens, que é um paradoxo e paradoxo ridículo avançar-se que a ignorância é o melhor estado para o desenvolvimento das virtudes morais.

Ouvimos sempre bradar contra o progresso dos vícios que a civilização traz, mas é porque não se quer atentar para os que praticaram e praticam todos os povos, não diremos selvagens, que vivem no pleno estado da natureza, mas os que, ligados por vínculos sociais, viviam e ainda vivem sem o influxo benéfico dessa poderosa regeneradora do espírito humano.

Data de tempos imemoriais o costume dos velhos, esquecidos das faltas de sua mocidade, censurarem acrimoniosamente as da mocidade atual, preconizando aquela entre a qual outrora viveram. Assim também acontece aos povos que se vão libertando do império da ignorância: hoje olham alguns como erro o que faziam por dever os seus antepassados. Os homens foram sempre os mesmos, a diferença está nas circunstâncias e no modo em que vivem, à educação que recebem, ao grau de civilização mais ou menos considerável que os vai polindo.

Ninguém mais do que nós ama a Antiguidade e se entusiasma pelos grandes feitos que nela se praticaram, pelos insígnies gênios que a enobreceram. Mas quando vemos entre nós o vício premiado e a virtude oprimida ou desprezada, não somos daqueles que lançam o anátema da maldição sobre as gerações presentes, crendo-as inficionadas de vícios por elas inventadas, quando são eles somente a reprodução dos que em maior escala cometeram as gerações extintas.

Uma só coisa censuramos às atuais gerações, e muito particularmente à nossa: é o não tirarem da experiência que nos fornecem os erros de nossos antepassados o antídoto precioso para minorar os nossos. Do número desses erros é o que nos inspirou este escrito.

XXXIV.

Nenhuma lei geral tendente à investigação dos colégios particulares foi ainda promulgada pelo governo, nenhuma medida foi tomada para que o ensino da nossa mocidade seja convenientemente dirigido.

Uma casa de educação entre nós é, em geral, uma especulação como qualquer outra. Calcula-se de antemão o número dos alunos prometidos ou em perspectiva, as vantagens que podem resultar de uma rigorosa economia, em que por vezes a manutenção daqueles é comprometida. Fazem-se ostensivos prospectos e conta-se com a credulidade do público, sempre solícito em acolher sem exame tudo o que tem a aparência de novidade e de ostentação.

À parte as devidas exceções, as nossas casas de educação são dirigidas por pessoas sem a aptitude necessária ao desempenho do mais melindroso emprego entre os povos civilizados. Muitas dessas pessoas aportam às nossas praias com o fim de especularem no comércio. Vendo depois frustrados os seus planos de interesse nessa carreira, lançam mão do ensino, e ei-los metamorfoseados, de negociantes e até mesmo de artesãos, em preceptores da mocidade brasileira, afetando para com os pais de família uma distinção e sabedoria que nem a natureza nem a educação lhes dera, mas cuja reputação aparatosas casas, enfáticos anúncios e pretensiosas promessas sustentam e propagam.

Apreciamos em subido grau os talentos dos estrangeiros. Quiseramos mesmo poder reunir em nossa terra todos os que estivessem no caso de instruir-nos e utilizar-nos com os seus conhecimentos, de que tanta precisão tem o nosso povo. Mas quais são aqueles que justamente merecem por esse lado a nossa conside-

ração? Poucos, muito poucos, e estes são os primeiros a concordarem conosco nessa verdade.

Vivemos algum tempo na Europa e sabemos que as pessoas ali reputadas de letras e habilitadas para o magistério têm sempre em que se empreguem com mais ou menos vantagem. A ideia de deixarem o seu país para virem instruir a nossa mocidade jamais lhes ocorreu. E se por imperiosas circunstâncias alguma a concebe, logo a abandona, como aconteceu ao distinto poeta e literato A.F. de Castilho, porquanto o mesmo Portugal, em sua decadência, compreende hoje quanto é desairoso a uma nação deixar emigrar por escassez de recursos os gênios que a ilustram.

Se algum motivo político os expatria, passam de uns a outros países da Europa, e quando demandam a América, preferem sempre os Estados Unidos, porque lá encontram, a par de espíritos que melhor os que sabem apreciar, uma sociedade que lhes fala dos bens que na sua perderam. Para o Brasil, o interesse material, e somente ele, conduz em geral o estrangeiro, a não serem os curiosos viajantes e naturalistas, cujo amor da ciência os indeniza, no meio de nossa pomposa natureza, da falta da civilização europeia.

XXXVI.

Pelo *Quadro demonstrativo de Estado da Instrução primária e secundária das províncias do Império e do Município da Corte*, no ano de 1852, vê-se que a estatística dos alunos que frequentaram todas as aulas públicas monta a 55500, número tão limitado para a nossa população, e que nesse número apenas 8443 alunas se compreendem.

Basta refletir nessa desproporção, para julgar-se do atraso em que se acha a instrução do sexo, tão mal aquinhado na partilha do ensino pago pelo governo. Nenhuma proporção há, como vamos ver, entre as esolas primárias de um e de outro sexo.

Na província de Minas, onde a instrução se acha mais geralmente difundida, entre 209 escolas de primeiras letras, só 24 per-

tencem ao sexo feminino. Considerando-se essa tão desproporcional diferença, o sexo parece permanecer ali debaixo da influência do anátema que fulminara sobre ele um dos mais notáveis presidentes daquela província. Tratando das cadeiras públicas de ensino primário, dizia ele que “deve-se ensinar às meninas tudo quando convém que saiba uma mulher, que tem de ser criada de si e de seu marido”. Esse severo administrador abstraiu, por sem dúvida, do século em que falava ou confundiu um povo livre, o digno povo mineiro, com a malfadada população de escravos que infelizmente o Brasil contém em seu seio.

Na ilustrada Bahia, de 184 escolas primárias, 26 somente são de meninas. Menos egoísta para com o sexo a sua rival na glória, o heroico Pernambuco, fiel a suas tradições, lhe sobressai em equidade, pois que, de 82 escolas, 16 pertencem ao sexo feminino.

A província do Rio de Janeiro, com 116 escolas, dá ao sexo 36. No município da Corte, a sede do governo imperial, onde devia-se mais facilitar a instrução do povo, acham-se apenas criadas nove aulas de meninas.

As demais províncias apresentam proporcionalmente a mesma escassez de recursos para o cultivo da inteligência da mulher, e algumas há cujo estado de instrução pública não chegou ainda ao conhecimento do governo geral.

Acrescentemos agora ao medíocre número dessas escolas a confusão dos métodos, das doutrinas seguidas pelas professoras, quase sempre discordes em seus sistemas e, como já observamos, em grande parte sem as necessárias habilitações, e teremos, reduzido à expressão mais simples, o número da nossa população feminina que participa do ensino público e o grau de instrução que recebe.

LXII.

Por mais rigorosas que tenham sido as instituições dos povos, concernentes à exclusão absoluta da mulher de toda a sorte de go-

verno público, quem há aí que ignore ter ela a maior influência nas ações dos homens e, por conseguinte, nos destinos dos povos?

Desde o último subalterno até o mais alto dos funcionários, são todos mais ou menos, não diremos somente inspirados, mas dirigidos por seu amor – senão por seus caprichos, que têm mais de uma vez desviado da senda de seus deveres os maiores gênios, os caracteres mais abalizados.

Passamos em silêncio o vergonhoso predomínio da mulher sem mérito na vida privada do homem, para apontar somente aquele que influi em sua vida pública.

Quantas vezes a pena do circumspecto magistrado tem-lhe tremido na mão, firmando uma sentença contra sua consciência, para satisfazer o pedido de uma esposa que lhe implora pelo réu de justiça! Quantas outras, o guerreiro impávido à frente do inimigo da pátria, no campo de batalha, curva o joelho e depõe a espada aos pés de uma mulher amada, se esta exige dele o sacrifício de sua glória e mais ainda o de sua honra! E os monarcas? Não têm alguns fechado os ouvidos às reclamações de seus súditos, para seguirem os ditames do coração que lhes fala por um desses seres destinados a abaterem o orgulho do homem, curvando-o à sua vontade?

Se, pois, apesar do quanto se tem dito e se continuará a dizer da fragilidade da mulher e da preeminência da razão do homem, este dobra quase sempre essa razão ao amor daquela, árbitro de suas ações, quem mais do que a mulher precisa de uma boa educação, correspondente às condições em que se acha colocada? Quem mais do que ela deve esclarecer o seu espírito, de sorte a não abusar do império que exerce sobre o homem e dirigir este à sua própria ventura e ao bem da humanidade?

A vós, pais de família, a vós cumpre remediar os erros das gerações extintas! Educai vossas filhas nos sólidos princípios da moral, baseada no perfeito conhecimento de nossa santa religião, no exemplo de vossas virtudes, quer domésticas, quer cívicas. Em vez da

leitura de inflamantes e perigosos romances que imprudentemente lhes deixais livre, fornecei-lhes bons e escolhidos livros de moral e de filosofia religiosa, que formem o seu espírito, esclareçam e fortifiquem sua razão. A história, principalmente a de nossa terra, de que bem poucas se ocupam, é um estudo útil e agradável, mais digno de ocupar as suas horas vagas que certos contos de mau gosto, inventados pela surperstição ou fanatismo ignorantes para recrear a mocidade sem espírito. Fazei-lhes compreender desde a infância que a mulher não foi criada para ser boneca dos salões, a mitológica-ridícula divindade a cujos pés queimam falso incenso os desvairados adeptos do cristianismo. Inspirai-lhes o sentimento de sua própria dignidade e a firme resolução de mantê-la intacta e vantajosamente, por ações dignas da mulher, dignas da cristã, dignas da humanidade.

Bani de seu espírito os errôneos preconceitos que por aí vogam a respeito da fraqueza do sexo, fazendo-as penetrar-se desta verdade evangélica: a fraqueza escudada nas virtudes cristãs será sempre invencível.

Pais, governo, povos do Brasil! Elevai os olhos para esse esplêndido firmamento que se estende variando constantemente de mil encantadoras cores por sobre as nossas cabeças. Volvei-os depois para essa perene pomposa vegetação, incansável de expandir a vossos pés seus ricos tesouros, esperando da vossa mão direção mais digna dela. Contemplai todos esses prodigiosos dons da Providência, desdobrados a olhos indiferentes, e recolhei-os depois em vossos pensamentos, e meditai...

Não vos diz a consciência que a mulher nascida nesta vigorosa terra superabundante de magnificências naturais, respirando sob um céu radiante, no meio da poesia de tão admirável natureza, não se pode limitar ao papel que tem até hoje representado?

Não sentis que a sua missão nesta parte da América civilizada, tão balda ainda de instituições caridosas, não deve ser a de recolher factícios triunfos tributados à matéria, quando o seu espírito pode e

deve pretender a elevar-se a mais dignas e nobres aspirações, promovendo na Terra o bem do seu semelhante?

À Providência, colocando-vos tão vantajosamente, pareceu chamar-vos a comandar um dia os destinos de toda a América do Sul, assim como aos filhos da União os de toda a América do Norte.

Eia! Se, com mais rico solo do que o dos Estados Unidos, faltou-vos a mola principal – a educação – para a par deles machardes, preparai-vos ao menos a satisfazer dignamente a parte essencial da grande missão que vos fora destinada.

Educai, para isso, a mulher e com ela marchai avante, na imensa via do progresso, à glória que leva o renome dos povos à mais remota posteridade!

(Opúsculo humanitário. São Paulo: Cortez Editora, 1989, 164 p.).

Cintilações de uma alma brasileira

A mulher

Agosto chegava ao seu fim. Uma temperatura de 30 graus parecia quase sufocar os habitantes de Paris. Havia soado então o meio-dia, quando duas mulheres entraram nos vagões da estrada de ferro de Estrasburgo para ir a uma aldeia a 20 léguas de Paris. Após duas horas deixaram elas a estrada de ferro, e tomaram um veículo que as conduziu, por entre risonhas colinas, aonde pudessem achar um pobre lugarejo, escondido entre as árvores de uma estrada não conhecida por elas.

O que iriam elas procurando? Por que os seus corações enterneciam-se ao descobrir o campanário da aldeia, e daí a poucos passos a fumaça que saía das chaminés de negras cabanas? — porque as duas poderosas vozes da amizade e do sangue fizeram-se ouvir naqueles dois corações: porque ali vive o pobre anjinho abandonado em mãos mercenárias.

Embalde as duas mulheres puseram-se logo à procura da casa aonde se dirigiam seus pensamentos: nem sabiam como se chamava o burgozinho no qual se situava. Finalmente, à força de tanto procurar, conseguiram descobri-lo; e o veículo parou diante de uma abjeta cabana. Apearam da carroça, e entraram naquele tugúrio, sem serem recebidas por ninguém. Ó que espetáculo, repugnante e ao mesmo tempo triste, oferece-se aos seus olhares!...

Um úmido aposento, sem ar, com um assoalho de pedras disformes cobertas de lodo; uma janela, ou melhor um buraco, jogava como que uma réstia de luz sobre os sujos e velhos móveis que entulhavam aquela caverna humana, onde a panela de domingo fervia no enegrecido fogão. Uma cama, cujo escuro baldaquino combinava com o restante dos objetos espalhados aqui e ali, anunciava a desordem e a falta de qualquer asseio. A eira lotada de pútrido estrume tresandava, não menos que o quarto contíguo,

um odor desagradável impossível de sustentar... As duas mulheres entreolharam-se sem que pudessem dizer palavra.

Assim nas desgraças como na prosperidade, há alguns solenes momentos, em que as vivas comoções fecham o coração e sufocam a voz!

Os donos da casa estavam nos campos; achava-se ali dentro somente uma das suas filhas, à qual foi perguntado sobre o menino de Paris, confiado a sua mãe; e lhe foi feito um mundo de interrogações. Surpresa por uma visita tão estranha e tão nova, a simples aldeãzinha ficou confusa, e maquinalmente subiu ao celeiro onde não havia cama, e nem pensou em trocar as fraldas do menino.

Ó mães sem coração, que abandonais os mais sagrados deveres da natureza, destacando de vosso seio os próprios filhos, esta parte de vossa alma, para mandá-los sugar um leite estranho em alguma longínqua aldeia, onde não dais depois o ar de vossa presença! A vós, somente, quero narrar o que vi: ante vossos olhos quero eu delinear o deplorável quadro que me partiu o coração, e que verbalizará o processo de vossa desnaturação face às gerações vindouras!

Uma daquelas duas mulheres (que era eu mesma) estava em pé apoiada a uma velha mesa, confortando com o olhar a pobre companheira que deixou escapar dos lábios estas eloquentes palavras em tom de delírio: “Apavoro-me só de entrar!...”.

A aldeãzinha desceu de um alto alçapão da cabana, trazendo em seus braços um menino abatido, cujos membros e as imundas vestes teriam nauseado qualquer um não afeito a respirar naquela atmosfera impregnada de miasmas, se não se sentisse afeiçoado à infeliz criaturinha que tínhamos diante dos olhos. A pobre rapariga, instigada pela nossa impaciência em ver imediatamente o menino, foi obrigada a no-lo apresentar naquele estado.

A avó dele (que tal era a minha companheira, a quem eu fazia de tudo para encorajar) tomou-o soluçando em seus braços, antes de passá-lo aos meus. “Pobre do meu menino”; exclamou com

uma voz de cortar o coração; “em que estado te encontro eu!... Oh! se fosse possível aos mortos sair de suas sepulturas, tua boa mãe voltaria para a dela ao ver-te assim reduzido!...”

E enchia de carinhos aquele anjinho, que extenuado e nunca alegrado por cuidados benévolos, ficava como que pasmo e insensível aos sorrisos de amor que pela primeira vez se lhe faziam. Com a cabeça reclinada, com os olhares de uma celeste doçura, mas mortiços e dolentes, ele se assemelhava a um tenro lírio, curvado antes do tempo sobre seu caule pelo furioso furacão.

Acostumando-se um pouco a tão novas carícias, um melancólico sorriso aflorou a seus lábios pálidos; e naquele angélico semblante li uma tácita e justa reprimenda àqueles que se não por dureza, mas por uma imperdoável negligência, condenaram-no a vegetar fora do teto paterno, e talvez a uma morte prematura que o aguardava.

Sua avó perguntou à aldeãzinha onde dormia à noite o menino, queria a todo custo ver o lugar. A simples rapariga, pressionada por tão justa pergunta, e sabedora da falta de seus pais, hesitou, balbuciou algumas palavras; e após ter confessado que não havia uma cama, e que o menino dormia no chão do celeiro, replicou, refazendo-se, que dormia com sua mãe e seu pai no mesmo leito ali presente. Cria, assim, tornar aos nossos olhos menos deplorável o berço do pobre menino. Chegada quase à idade de 3 anos, esta desgraçada criança penava muito para caminhar. Suas pernas debilitadas mal podiam sustentar o corpinho lânguido e enfermiço, fazendo bem ver que nunca lhe foram prestados os cuidados que exige uma tão tenra idade. Seu caminhar era mais um arrastar-se com o corpo: e seu sorriso era a expressão de um longo e resignado sofrimento, mais que o impulso daquele júbilo tão próprio da infância. Poder-se-ia dizer que ele reconhecia o abandono em que se encontrava, e tinha-se-lhe acostumado sem esforço. Não pretendendo, nem sendo afeito às carícias daqueles que o rodeavam, não ousa exprimir uma só vontade: sofre toda privação, a fome, a febre, sem se queixar, nem dizer palavra!

Provavelmente o pobre menininho não tinha quebrado o jejum aquele dia senão com uma fruta azeda, porque comeu com grande avidez.

A ama, que tinha nesse ínterim retornado dos campos, querendo fazer-nos esquecer a má impressão que recebemos à nossa chegada, pôs o menino sobre os joelhos e fê-lo comer e beber, certamente mais do que estava acostumado.

Terminada a refeição, a querida criaturinha cobriu-se toda de um suor tão profuso que nos meteu medo.

Tomei-o em meus braços: queimava como fogo!

Todos os filhos da camponesa tinham já ido dormir, e ela não se apressava em cuidar do pobrezinho que, apesar disso, não chorava, nem dizia uma só palavra para mostrar o quanto sofria! Estavam tão acostumados a deixá-lo estar num cantinho, que a despeito da solicitude que agora mostravam em nossa presença, não lhe faziam caso. Foi preciso dizer que o menino tinha grande necessidade de repouso, para que o pusessem na cama daquele revoltante casal que estava à nossa frente.

Não querendo eu ficar naquela casa, mas desejando passar alguns dias na aldeia para ver se tornava menos penoso o estado daquele miserável, fiz preparar uma cama em casa de uma pastora que me pareceu assaz agradável e muito asseada.

Aproveitar-me-ei de minha estadia aqui (dizia para mim mesma) para melhor estudar esses hábitos que, embora enojantes, me interessam.

A avó do pequenino retornou a Paris para convencer seu genro a tirar o filhinho daquela rude existência em que vegetava. Ela estava comovida até a alma; mas eu estava mais que comovida: estava horrorizada!

Pelo costume que ela tinha de ver tais cenas, seu coração não sofria senão porque esse menino era seu neto; mas cenas desse tipo, por serem novíssimas para mim, causavam-me não menos

surpresa do que horror, e quis obter daí argumento para um estudo não totalmente inútil.

Aproximando-me no entanto do funesto aniversário da morte de uma mãe que cessou de viver quase contemporaneamente à mãe daquele menino, cuja visão havia-me tanto enternecido, não teria podido de melhor maneira ali passar aqueles dias que em prestar meus cuidados ao orfãozinho, e atentamente examinar em todas aquelas aldeias e burgos essa inocente porção do gênero humano, abandonada pelo aparente progresso da civilização, em meio às misérias que minha boa mãe deploraria tanto quanto eu, se coubesse também a ela ser-lhes espectadora! Mas ela nunca saiu de seu país, onde tais enormidades são desconhecidas até agora. Na solidão dos bosques e planícies que rodeiam aquelas aldeias, eu podia melhor do que nas cidades retornar com o pensamento a ela que amou e protegeu sempre, até quando pôde, todos os que sofriam à sua volta.

O destino daquele garotinho, cuja terna mãe eu havia outrora conhecido e estimado, acordava mais do que nunca minha filantropia.

Pus-me a percorrer todas as vilas e aldeias próximas, para ver se ele era o único exemplo de tanta barbárie; e servindo-me daqueles oportunos meios que a ocasião proporcionava, e de uma linguagem simples e afetuosa, tive toda a facilidade em introduzir-me em todas as cabanas, e fazer tagarelar as amas e as mulheres das vizinhanças.

Era minha intenção ver com os meus próprios olhos aquilo que tinha-me sido muitas vezes narrado; e consegui facilmente; porque os camponeses ignoram ainda as muitíssimas sutilezas de que se servem os habitantes das grandes capitais para velar a verdade. Nos campos acha-se ela toda nua, e aí se desdobra a pompa de suas belezas aos olhos de quantos a veneram. Escutai, ó mães, escutai, a narração daquilo que ainda me foi dado ouvir.

Nas minhas contínuas excursões, ora retinha-me eu diante de grupos de moleques que brincavam perto de uma cabana; ora diante de alguma mulher que retornava da roça com seu feixe de feno, e que me cumprimentava cordialmente em seu tosco linguajar.

Em um bando de garotos que, gordos e contentes, brincavam alegremente, achava-se uma grácil criaturinha carregada por uma menina de 7 ou 8 anos, que a revirava em seus braços. Ao avistá-lo, perguntei àquela inocente que o tinha em custódia se era um seu irmãozinho. – “Não”, respondeu-me, “é um amamentado de Paris.”

A camponesa, jogando no chão seu feixe de mato, punha sobre os joelhos uma menininha à qual oferecia seu peito, enquanto outro mirrado garotinho ficava sentado sobre a palha meio afastado, olhando-a fixamente. – “É vosso também aquele menino ali, boa mulher?” disse-lhe eu – “Não senhora, é um meu amamentado.”

Vindo ao meu encontro outra camponesa, mostrava-me uma carreira de seis ou sete meninos, todos vivazes e robustos, indicando-os pelo nome para satisfazer minha curiosidade. – “E aquela lá?” demandei-lhe, indicando uma menininha que ainda não se sustinha bem em pé. – “É um dos meus dois amamentados de Paris”. – “Como fazei vós”, repliquei, “para amamentar três de uma vez?” – “Que hei de fazer?” – respondeu – “Aqui é tão duro tocar a vida! E é preciso arranjar-se de algum jeito.” E contou-me em seu dialeto, o quanto tinha que penar para tirar o sustento da sua família.

Em outro lugar, uma outra lavradora lavava roupa naquele seu cubículo de casa, onde estavam num só cômodo todas as sujeiras e os berços das crianças. Perguntei-lhe se tinha ovos frescos para me vender; e acariciava enquanto isso um belo garoto que a segurava pela anágua pedindo pão. Tendo percebido que eu tinha dado dinheiro para o pequenino para que o comprasse, agradeceu-me e fez-me sentar sobre um banquinho, pedindo muitas desculpas por não ter de melhor para me acomodar. – “Estou muito bem, boa mulher”, disse-lhe eu. – “Ah! senhora, não sois

para nada soberba, como a maioria das grã-finas, que não se dignam de entrar em casa de gente pobre.” Nesse ínterim um breve grito, vindo do fundo da cabana, sobressaltou-me, e interrompi o discurso para dizer-lhe que alguém tinha caído. – “É o menino que peguei para cuidar, que faz algum tempo se sente mal.”

A essas palavras para cuidar, meu coração comoveu-se, e olhei atentamente para aquele lado escuro, de onde saíra o gritinho.

Um menino, ou melhor dizendo, um mortinho, amarelo como o açafraão, estava ali deitado num pano imundo. Ele definhava de um modo comovedor, em meio àquele bom ar campestre, que eu ouvi tantas vezes ser louvado pelas mães parisienses, habitual pretexto para tirar da própria vista seus filhos, não sabendo elas que o ar respirado pela mãe, esse é o que condiz melhor para seus filhinhos! – “Boa mulher”, disse à camponesa reprimindo minha comoção. – “Aquele menino parece muito doente. Há quanto tempo o tendes?” – “Há dois anos. Nos primeiros tempos andava bonzinho, mas depois começou a dar para trás, e me dá uma grande despesa”. – “Os seus pais não sabem nada de tudo isso?” – “Oh! com certeza; mas não se dão por achados; mandam todo mês 20 francos, e não têm por onde que mandem uns panos pr’o menino, nem sapatinhos, nem nada. E eu, que hei de fazer, pobre mulher com seis filhos para alimentar?” – “Vós tendes toda razão; mas no entanto e se o menino morre?...” – “Santo céu! Quando pegamos algum amamentado, dá-se-lhe ainda a fé do batismo; e se o menino morre, avisamos o cura...” – “Mas afinal,” continuei a lhe dizer, interrompendo-a com doçura; “os parentes terão de ser avisados.” – “Sim senhora, para mandar as despesas que tivemos, se é que não se mudaram sem mandar-nos o endereço, como está sempre acontecendo.” – “Será possível!” exclamei horrorizada: “Os pais, após terem mandado os filhos a umas tão distantes, não se fazem mais de vivos?” – “Senhora, não sois vós então de Paris?”

Apercebi-me a tempo que a minha excessiva sensibilidade poderia trair as minhas intenções; portanto respondi-lhe que há muito tempo encontrava-me fora do país, e que tinha esquecido esse costume. – “Tomai e comprai alguma coisinha para vossos filhos e para aquele outro.” E tendo posto em suas mãos um pouco de dinheiro, fui-me embora.

Mais adiante encontrei uma camponesinha que trazia no colo um menino, e outro pela mão. – “São vossos estes dois meninos, minha cara?”, perguntei-lhe, apontando aquele que ela trazia no colo, e era mais limpinho. – “Só este, senhora; este outro deram-me p’ra cuidar.” Se bem que pouco carnudo e esqualidinho, pareceu-me mesmo em melhor estado de quantos houvera visto até então, e expus-lhe meu contentamento. – “Louvado seja! Não sou daquelas que pegam criança por interesse;” disse-me, com um ar de complacência pelos louvores que eu lhe tinha feito. – “Infelizmente vejo que aqui há muitos meninos com amas, os quais não são tão viçosos como o vosso”. – “Que quereis, ó senhora? Quase todas as amas passam todo o santo dia pela roça na boa estação, e deixam estes pobres pequeninos com alguma das suas meninas que olham a casa, ou sozinhos, a berrar até a noitinha.”

“Não faz muito tempo, aquela ali (e me indicou uma mulheraça que passava longe de nós), os dois meninos que tinha como ama, deixou-os à sua filhinha de 8 anos. O menor não tinha ainda 4 meses; e vendo-o chorar, a garotinha a quem a mãe tinha dito para lhe dar a papa, não faltou a seu dever. Fez então a papa, mas dura demais, e encheu o estômago do pobre petiz. Daí a pouco, eis que passa uma mulher dos arredores, à qual a garotinha mostra o menino que quase não podia mais respirar. Foram chamar a ama; ela chega, e a infeliz criaturinha sufocada expira... Foi enterrada, e mandou-se dizer a seus pais em Paris que o menino morrera repentinamente de uma febre.”

Outras me contaram que uma menina dada em custódia nos arredores quebrou um braço por ter sido deixada sozinha. Então

uma das roceiras pôs-se a falar da dureza de certos pais, que, não pagando nunca as mesadas às amas, obrigavam as pobrezinhas a levarem de volta o menino a Paris à repartição dos amamentados, onde se recebem estes míseros abandonados; e outra contava-me a dolorosa história de alguém que, após ter esperado cinco ou seis meses de salário, não tendo mais meios de alimentar o menino em sua numerosa e necessitada família, resolvia-se finalmente com grande pesar a levá-lo de volta à tal repartição. Em um burgo mais distante, um menino deixado por sua ama no quintal da cabana, fora comido por um leitão!

Depois de quatro dias dessas minhas dolorosas excursões, meu coração sentia-se tão fechado, que retornei a Paris desgostosa de tudo e de todos!

A natureza inutilmente tinha desdobrado a meus olhos as cenas mais encantadoras; tão dilacerantes foram os objetos por mim vistos em meio àquele sorriso, que minha alma não pôde gozá-lo como de outras vezes.

Aquela multidão de meninos repudiados pelo seio materno e condenados a definhar em meio a privações, oferecia-se-me em líridas cores, como uma maldição universal sobre os progressos de uma mal organizada sociedade, que se gaba de seus modernos triunfos e destrói de tal modo os alicerces das mais sagradas leis da natureza!

Ao voltar a Paris, estava tão completamente impressionada, que todo semblante de mulher que eu encontrava pela rua fazia-me tremer, à ideia de que pudesse ser a mãe de algum dos pobrezinhos lá abandonados. O brio daquela altiva e clamorosa metrópole, os seus palácios suntuosos, os belos monumentos, os esplêndidos cafés, domicílio eterno dos ociosos, as ricas lojas, as filas das carroças que se dirigem ao luxuriante bosque de Boulogne para recreação dos elegantes, e de todos aqueles que folgam; esses milhares de pessoas que vão e vêm por toda parte, alguns a negócios, outros a passeio; todo esse movimento enfim, que mostra a operosidade de um povo

inteligente e progressivo, apertou-me ferozmente o coração, e, como disse, quase repugnou-me. Porque à memória de tantos infelizes que morrem à míngua nos sótãos e dentro de escuras tocas, mesmo em meio a esta grande cidade que exhibe um luxo tão desmedido, juntava-se agora a memória daquelas pobres crianças dadas em custódia, ou melhor dizendo, confinadas naqueles campos, enquanto seus pais fazem parte de um tão grande movimento de gente!

Existem asilos para meninos que não podem ser criados por seus pais; existem creches recentemente instituídas para os filhos dos operários que são obrigados a trabalhar o dia todo – disse-me um bom pai de família que tinha-me ouvido deplorar a sorte daqueles petizes, enviados para tão longe de Paris.

Mas os asilos e as creches são feitos para os pobres: e os pais das criaturinhas mandadas a 20, 30 e 60 léguas de Paris, agastar-se-iam com quem mencionasse aquelas casas de caridade para os filhos deles.

E outros que não têm coração para enternecerem-se com as vozes da natureza, ficariam ruborizados em pensar em ter que receber um benefício dessa espécie. Falta-lhes coração, mas não o orgulho e a vaidade.

A certas mães que acham tempo para se dar às distrações da vida, ou a insossas ocupações, que importa se os próprios filhos definham longe delas!

À vista desse lamentável quadro, despertou em mim, como que de um longo sono, o desejo de escrever a respeito de um assunto que sempre me foi muito caro. Sem mencionar as aldeias que me proporcionaram material para este gênero de estudos, o qual ser-me-ia oferecido por todo o restante da França, não tive intenção de acusar as pobres amas da roça, mas unicamente de reavivar um sagrado dever no coração das mães que confiam suas crianças a mãos estranhas e assalariadas.

Pensando sobre esta horrível parte da nossa tão alardeada civilização, deixo-me levar espontaneamente pelas considerações que ela

sugere, e medito profundamente a respeito da mais negligenciada coisa que há do princípio do mundo até nossos dias! Aproz-me apurar as causas dos efeitos que me interessam, e procurar em sua origem as razões ou os erros que as produziram e desenvolveram.

Sempre se disse e se repetiu, que tudo é bem feito na harmonia da natureza; o que ninguém poderá pôr em dúvida; mas não se dá o mesmo na sociedade! As leis que a governam, em vez de harmonizar, estão amiúde em desacordo com a índole, com as necessidades, com o bem-estar e a felicidade dos homens!

Foram muito gabadas, e quase idolatradas, as modernas descobertas, e os esforços humanos para reordenar e aplicar ao nosso século os achados da Antiguidade.

Soberanos intellectos, sublimes engenhos e tenazes vontades, vieram aplainar obstáculos julgados antes intransponíveis no imenso campo do progresso, descerrado aos povos e às diferentes nações da Terra.

Por toda a parte novos milagres da arte e do engenho nos espantam, nos deliciam!

Desaparecem as ruínas, embelezam-se as cidades, cercam-se os quarteirões para ficarem mais bonitos; por terra e por mar voa o comércio nas asas do vapor que encurta as distâncias e irmana os povos; esplêndidas festas, congressos científicos e literários difundem-se em toda parte; em toda parte escuta-se o grito do progresso, ecoando de um polo a outro.

Mas em todo canto ainda, o olho observador vê neste belo horizonte tão luminoso uma nuvem longínqua que escurece e dilata-se... Em meio a essa altiva e clamorosa multidão de felizes progressistas, o ouvido atento escuta gemidos de dor.

As mentes menos ofuscadas pelo esplendor tão faustoso meditam acerca da sorte das vítimas desventuradas, de generosos corações desolados, e de inocentes e miseráveis criaturas que se arrastam atrás de toda esta pompa, criada pela arte para honrar a hodierna civilização!

Apesar de todas essas criações do engenho e da ciência, ainda geme a raça humana nas calamidades que não fizeram senão mudar de aspecto e nome, desde 6 mil anos até agora. E por que isso? Qual é a origem de tantas monstruosidades que vemos produzidas em todo lugar pela civilização, e alimentadas pelo hábito?

Não é preciso procurar muito para trazê-la à luz, porque ela está clara por toda parte.

A descrença!

E de onde vem este flagelo destruidor?

Da educação.

A educação moral, de que tenciono aqui falar, falta geralmente por toda parte; por toda parte é esboçada, não sendo em parte alguma levada a cabo. Daí a origem e a causa capital de todos os males morais que afligem, e afligirão ainda por tanto tempo, o gênero humano.

Ter-se-á um enorme trabalho em abrir escolas, academias e asilos de caridade; promulgar leis, dilatar o horizonte das ciências e da arte; favorecer e ampliar o comércio e a agricultura; alinhar exércitos formidáveis; não se chegará nunca a curar as chagas gangrenadas da sociedade, se se continuar a desleixar a educação moral dos povos.

Essa educação não se efetuará nem com armas, nem com o poder do ouro, vil metal que tudo compra, e sim com o amor e a virtude.

Nem efetuar-se-á com as variadas e profundas criações do gênero humano, por nós admiradas todo dia. O homem descobriu tudo, tudo aperfeiçoou em favor de uns, e em prejuízo de outros. A mente tudo inventou e aprofundou. Mas a força intelectual não sabe, nem saberá jamais, harmonizar todas as partes isoladas dos elementos, desprezadas ou negligenciadas desde os primeiros séculos.

Essa operação aqui e ali experimentada, mas sempre terminando em nada por falta de homogeneidade nos princípios dos homens, só ela poderá constituir a base fundamental do verdadei-

ro progresso da sociedade, que nada mais é, como todos sabem, que a prosperidade dos povos.

Há um único e potente motor que pode aglutinar todos esses elementos, e fazê-los cooperar na causa geral da humanidade; e enquanto os homens em sua deplorável cegueira, ou em seu transbordante orgulho pisarem-no ou dele descurarem, não poderão conseguir a perfeição de seus grandes esforços!

Esse motor é o sentimento da ternura; e o seu grande e precípuo lume está no coração da mulher. Privai-a de tudo, e com aquele vosso costumeiro egoísmo, que dos antigos povos herdaram os modernos com alguma modificação, negai a ela a inteligência, a firmeza de ânimo, a retidão de espírito, a coragem, a energia.

Mas, quanto à ternura, deveis confessar que ela a tem mais que o homem.

A ele, segundo vós, a inteligência, o engenho, a força de vontade, e todos os seus triunfos. A nós, o coração e todos os seus sentimentos mais generosos com a mais nobre entre as virtudes, a abnegação.

Mas não basta que a natureza lhe tenha sido cortês deste grande e inestimável tesouro: é preciso dirigi-lo bem como uma educação culta e fortificada na prática do dever e na razão, para sabê-lo utilizar em benefício dos outros. Menos orgulhosas e mais modestas do que os homens inebriados pelos triunfos do seu gênio, não acreditamos, como o creem eles de suas descobertas e de suas obras, que unicamente o sentimento seja bastante para produzir a grande reforma que os povos há muitos séculos esperam.

O coração precisa ser trabalhado com uma educação especial e convenientemente dirigida; o que acontecerá quando, submetendo a ele o espírito e a inteligência, achar-se-á capaz de operar plena e dignamente no destino dos homens, fazendo ressaltar e harmonizar o quanto há de grande, de belo, e de nobre na progênie humana.

Educai o coração da mulher, esclarecei seu intelecto com o estudo de coisas úteis e com a prática dos deveres, inspirando nela

o deleite que se experimenta ao cumpri-los; purgai a sua alma de tantas nocivas frivolidades pueris de que se acha rodeada mal abre os olhos à luz.

Cessai aqueles tolos discursos com os quais atordoais sua razão, fazendo-a crer que é rainha, quando nada mais é que a escrava dos vossos caprichos. Não façais dela a mulher da Bíblia; a mulher de hoje em dia pode sair-se melhor do que aquela; nem muito menos a mulher da Idade Média da qual estamos todas tão distantes, que não poder-nos-ia servir de modelo; mas a mulher que deve progredir com o século XIX, ao lado do homem, rumo à regeneração dos povos.

Guarde-se bem o homem de ter a mulher para seu brinquedo, ou sua escrava; trate-a como uma companheira da sua vida, devendo ela participar de suas alegres e tristes aventuras; considere-a desde o berço até seu leito de morte, como aquela que exerce uma influência real sobre o destino dele, e por conseguinte sobre o destino das nações; dedique-lhe, por último, uma educação como exige a grande tarefa que ela deve cumprir na sociedade como o benéfico ascendente do coração; e a mulher será como deve ser, filha e irmã dedicadíssima, terna e pudica esposa, boa e providente mãe.

Inspire-se na rapariga, em lugar do gosto pelo trajar, e outros semelhantes disparates, o gosto por numerosos pequenos deveres, que sejam compatíveis com aquela primeira idade, tão geralmente negligenciada nas famílias.

As crianças são de mais precoce entendimento do que acreditaríeis. Observai-as com atenção e vereis que são todas propensas por natureza a imitar aqueles que lhe estão à volta. No início o fazem sem se aperceberem; mas com o desenvolvimento progressivo de sua razão, seguem o modelo que melhor condiz com a sua índole e maneira de viver. Então começam a despontar nelas aquelas inclinações que chamais naturais, e que muitas vezes não são mais que o resultado dos gostos por vós instilados em

seus tenros corações, e dos exemplos que imitaram quando não prestáveis atenção. Os pais, eu sempre disse, obstinam-se a criar suas crianças mais para si que para as crianças mesmas; e geralmente têm o pernicioso costume de fazer com que elas vejam e compreendam aquilo que não deveriam conhecer senão na idade madura. Esse é um grande erro, e um pecado imperdoável, contra o qual não se protestaria nunca o bastante. Negligencia-se por toda parte o cultivo das qualidades do coração, para ocupar-se somente com aquelas do espírito e da pessoa, que devem agradar o mundo frívolo e imbecil.

Vede aquela mãe que dá toda a atenção, como que se tratasse de resolver um árduo problema de matemática, a fazer brilhar o guarda-roupa de sua filha, enchendo-lhe a mente dos preceitos de bom gosto, e de como deve se comportar para sobressair-se entre as outras.

Observai aquele pai, se bem que homem de talento e de grande mérito, chegar ao êxtase como um simplório, ao escutar os elogios que são feitos à ligeireza dos pés, à agilidade da mão de sua filha, enquanto ela dança ou percorre o teclado do piano. Gaba-se a sua graça, seu espírito, sua beleza, e sobretudo com que bom gosto se veste; os pais acreditam já não ter nenhuma obrigação para o mais essencial que lhe falta.

Repetidas vezes ouvi-los-eis dizerem: “Gastei tanto na educação de minhas crianças; dei-lhes os maiores mestres da arte e da ciência!” Em verdade a elas tudo ensinaram, menos aquilo que mais lhes urgia aprender: os bons exemplos da família, sob o teto paterno.

A menina, de volta do distante campo onde foi nutrida, vê seus irmãozinhos e irmãzinhas (se os pais querem-nos ter!) deixarem pouco a pouco a casa paterna para ir receber a primeira lição de dureza e indiferença que se lhes dá na vida; depois cresce numa atmosfera toda contrária ao desenvolvimento das boas ideias e dos sentimentos próprios de filha, de esposa, de mãe, de mulher enfim, digna de compreendê-los, e de cumprir sua missão na Terra.

Quando chega a sua vez de ser mãe, é naturalíssimo que ela siga o exemplo que recebeu de sua mãe, e assim por diante.

Os pais fazem muitas vezes tráfico como o dote e as graças de suas filhas, pretendendo uma fortuna igual àquele, ou suficiente para comprar estas. As jovens em geral (sobretudo na França, onde há tanto desprezo pelas raparigas de idade adiantada) submetem-se por obediência ou por decisão própria; e eis a santa união do matrimônio profanada, e assim acolhida na sociedade!

Não tendo aí o coração nenhum papel, cedo as famílias desunem-se, e entra nelas a infelicidade; e às vezes a desonra e a miséria. Mas se marido e mulher querem salvar as aparências e manter-se na opinião pública, tudo se ajusta amigavelmente; seguem eles a morar na mesma casa, e vivem cada um por si.

Entre o povo as coisas caminham mais livremente, ou menos hipocritamente; mas os efeitos são sempre funestos, especialmente para a educação dos filhos.

A mulher, obrigada ao trabalho diário, cuida corajosamente também de suas crianças, dos afazeres de casa, e daquelas dores de cabeça que muito frequentemente têm por causa de um marido folgazão. Nisso a mulher do povo é superior àquela de adamada condição, e por isso justamente tem mais coração. Se ela não recebeu nenhuma instrução (melhor do que recebê-la imperfeita), tampouco teve, como as mulheres de um grau mais elevado, ocasião de ouvir contínuos e absurdos agrados que corrompem o ânimo em vez de bem informá-lo; tornam-no duplo e superficial, até destruir os mais belos dotes do coração.

Os homens, em sua ambição de granjear todo deleite material, sempre cegaram-se a respeito do proveito real que podem obter dessa importante parte da humanidade, tratada pela maioria deles como se fosse feita para servir de vazão aos seus prazeres e aos seus caprichos. Tudo fizeram dela até agora, a não ser o centro comum, de onde devem emanar todas as boas inspirações, todos os amáveis

e prudentes conselhos para ajudá-los no caminho difícil da vida em direção à universal conquista do progresso verdadeiro. Por quanto se diga e se faça, todos sabem que a mulher sempre teve um grande ascendente sobre o homem; mas desgraçadamente são quase sempre menos dignas de exercitar esse privilégio, sem outro fim que o de satisfazer os seus gostos pessoais. Com todo o orgulho que tem este ser, que se crê o favorito da natureza, e único possuidor de uma firme e iluminada razão, deixa-se ele vencer mais pela arte que pelo real mérito da companheira que escolheu; e enfurecendo-se contra a fraqueza e incapacidade moral do nosso sexo, submete-se às vezes, sem nem se aperceber, a um jugo abominável nas mãos de uma mulher sem qualidade.

Quem já não viu, desde um monarca até o último vassalo, o homem arrastado por uma irresistível paixão, depor aos pés de uma mulher amada seu poder, seu porvir, amiúde até a honra da nação?

Todavia não é essa a salutar influência que deve exercitar a mulher sobre o homem, porque esta não é apenas individual, mas deve conduzi-lo ao bem geral de seus semelhantes.

Se a mulher fosse sempre educada para sair-se como deveria ser, ver-se-ia porventura o resultado da sua influência tornar-se aqui e ali muitas vezes mais nocivo que proveitoso à felicidade dos homens? Ouviremos nós ser dito por aqueles mesmos que mais afundaram de paixões em paixões, e mais entregaram-se aos braços da sensualidade, que as mulheres sejam inferiores ao homem em compreensão e em constância?

Tais tipos bradam e gritam contra os defeitos que eles mesmos enxertaram naquele sexo por demais ingênuo a fim de que se embelezasse das qualidades a eles agradáveis em seus próprios passatempos.

Após tê-lo atraído, lisonjeado, e totalmente dominado com um linguajar terno e anelante que parece ter a marca da verdade, despojam-no da sua inocência, da sua dignidade, e põem-lhe o

agravo de erros, e até de delitos, de que são eles originalmente culpados.

Em contradição a si mesmos, culpam e desprezam mais a mulher que se deixa seduzir, que o próprio sedutor, quando proclamam, como uma verdade incontestável, que a força e o raciocínio são suas características, e que a fraqueza e a volubilidade são o distintivo dela.

Se uma pobre garota cai na desgraça de prevaricar por um amor que ela acreditava sincero e puro, se for descoberta, os anátemas da sociedade precipitam-se sobre ela, já oprimida pela ingratidão e pelo abandono daquele que ama, enquanto ele é acolhido com graça e grande honra.

O homem profana os mais santos deveres da natureza e da lealdade; abusa da confiança das famílias nas quais é recebido, engana as raparigas, seduz as esposas, insulta os parentes e os maridos; rasteja, como um desenfreado animal, nos mais abjetos níveis da sociedade...

E ainda assim ele é recebido em todo lugar, festejado, e orgulhoso de suas conquistas; e se ele é rapaz rico, ou em vias de sê-lo, acha facilmente pais que não hesitam em conceder-lhe a mão de uma filha. A mulher tida por mais fraca que o homem, deve suportar sozinha a punição, se a sua força vacila. Educada entre os elementos mais contrários a corroborar-lhe a razão e iluminar-lhe o espírito para evitar as inumeráveis insídias armadas à sua sensibilidade e inexperiência, deve todavia carregar por si só o oprobrioso peso da vergonha quando ela é arrastada por aquele que a fez cair.

Oh! Como são justos e humanos estes fabricantes de moral! Quão forte e iluminado é o seu raciocínio! Com que segurança, com que digna “imparcialidade” condenam eles as cúmplices de seus pecados!

Mas deixemos de lado todas essas aberrações do intelecto viril, que dariam material para grandes volumes a quem quisesse delas se ocupar, sem poder chegar a fazer triunfar a justiça e a verdade.

Nossa intenção é somente dar a conhecer à mulher, que não obstante todas as ideias errôneas que formam o círculo no qual foi

criada até agora; que não obstante as severas leis sob as quais viveu, mais ou menos humilhada em sua própria dignidade, restam-lhe ainda muitas compensações para que se abra uma estrada, sem recorrer às recriminações que a rebaixam, em vez de enaltecê-la, ante os olhos do mundo; uma estrada que dignamente conduzi-la-ia à glória maior, aquela, isto é, de regenerar o homem.

Mostrai-vos todas generosas, ó mulheres; em vez de gritar contra os erros, e injustiças, dos quais sois vítimas, procurai com vossa natural doçura, com uma bondade inalterável, e com prudentes observações, extirpá-los de seu transviado espírito, e pô-lo no bom caminho, o caminho da felicidade.

Será essa a vossa mais digna vingança: será esse o único nobre expediente capaz de preparar-vos uma vida mais condizente com a vossa própria dignidade, e com a vossa verdadeira missão sobre a Terra.

É tempo de todas as mulheres de coração reunirem-se sob a santa bandeira do bem universal, trazendo consigo o tesouro de ternos e pios sentimentos, do qual a natureza as dotou; e a firme resolução de trabalhar para tornar-se útil à família e a toda a humanidade.

É tempo de elas pararem de invocar de outros lugares a felicidade que podem por si mesmas granjear, e de fazê-la jorrar sobre todos que a circundam; é tempo enfim de se enxugarem as lágrimas inúteis causadas pelas opressões ou por um arrependimento estéril, e de assumir uma heroica resolução de fazer o máximo para erguer-se da sua prostração, do modo que podem e que devem, guiadas e sustentadas pela simples força do coração, despidendo-se de todas aquelas fraquezas, de que às vezes injustamente são acusadas; pois, como já aludimos, essas fraquezas têm origem no desejo doentio de agradar seus amáveis dominadores, que se empenham para nelas incuti-lo.

Não há para a mulher condição tão aflitiva da qual não possa sair-se dignamente, quando sentir no peito uma firme crença e uma verdadeira bondade de coração.

A religião, este santo e indestrutível liame que une a alma a uma potência superior, nunca é tão profundamente sentida, e utilmente praticada, como por uma mente e um coração de mulher.

Seja essa portanto a base de toda a sua obra, não menos do que deve ser o seu objetivo a felicidade da família.

Não direi palavra aqui sobre a forma exterior do culto religioso que eu acredito ser o único digno de se render ao Ente supremo.

O inconveniente das diversas crenças é uma grave questão sobre a qual não abrirei jamais a boca, porque não tem muito a ver com meu tema.

Seja o coração da mulher por toda parte a sede da verdadeira caridade e de todas as outras humanas virtudes; isto é o que faz-se mister, para que ela torne-se digna da admiração universal, seja qual for o culto que lhe tenham inspirado os seus superiores, e que ela exercite de coração. Deixemos aos homens as teorias mais ou menos eloquentes para declarar tudo que pertence ao misticismo; deixemos a eles os argumentos científicos, as vivas e elegantes discussões de toda espécie em seu progresso para alcançar a meta de seus vastos projetos, ou ter êxito nas arriscadas empresas.

As mulheres, unanimemente reunidas pelo nobre desejo de efetuar um verdadeiro melhoramento na sociedade, poderão, com a simples prática de suas virtudes, obter em vinte anos um resultado mais seguramente mais útil para o gênero humano, do que não fariam e um século toda a competência intelectual, e todos os esforços do homem. Basta que elas queiram, e ver-se-ia a prova. Porquanto em meio aos preconceitos que enxameiam ao seu redor, nas trevas em que geralmente foi deixado seu espírito a se debater, ou empobrecer, têm elas o coração para confiar em um feliz resultado; o coração, esta arma que, propriamente dirigida, será invencível, e capaz de triunfar sobre qualquer obstáculo, para derramar sobre o mundo o único bálsamo que pode sanar suas chagas.

Na modorra moral em que as mulheres encontram-se sem se perceberem, sua tarefa parecerá talvez inexequível; mas se tiverem

o bom senso e a coragem de se despirem daqueles defeitos que lhes salpicaram em cima com uma educação toda oposta ao seu verdadeiro destino, facilmente conseguirão. Pensem que, quanto mais sua educação foi descurada e seu mérito mal reconhecido, tanto mais seus esforços para alcançar o devido lugar e a glória de tê-lo adquirido com o uso constante de suas virtudes naturais as destacarão no grande e maravilhoso quadro da ressurreição moral dos povos. Longe todo egoísmo, toda pretensão, que aí aninha-se o verme que corrói as obras do espírito humano.

Nascestes mulheres, e assim mostrai-vos; não apenas na acepção deste vocábulo nos lábios dos vossos amáveis e lisonjeiros antagonistas, mas dando provas daquela virtude que melhor condiz convosco: a abnegação.

Filha, esposa, mãe! Esta sublime tríade sois vós, ó mulheres, que a representais sobre a Terra. Santificai-a com o honrar cada um destes belos títulos, mediante o exercício daquela excelsa virtude que nos faz sempre volver em prol dos outros o bem que fazemos.

Filha! Amai e respeitai os vossos pais, não por uma fórmula de obediência vulgar, mas por um sagrado dever que é tão doce de se cumprir para os amorosos protetores da nossa infância, as vigilantes escoltas dos nossos primeiros passos no caminho da vida; para os quais não podemos jamais ter tantos cuidados e tantas afeições que paguem o muitíssimo que fizeram por nós.

Esposa! Guardai intacta a fé que jurastes ao homem por vós escolhido, e fazei vossa delícia em dar-lhe prova (primeiro com uma doçura cheia de dignidade, depois com uma verdadeira e terna solicitude em fornecer-lhe tudo que possa ser-lhe útil e agradável) de que vós sois para ele não apenas um autômato, mas uma amiga circunspecta e devota, uma companheira inseparável e necessária à sua vida em qualquer vicissitude; nem esqueçais um só momento este já notório mas sempre novo axioma: a honestidade da esposa é perpétuo ornamento da família; a honestidade da mãe

faz sempre o papel de dote para as filhas; a honestidade em toda mulher sempre foi mais prezada que qualquer outra beleza.

Estabelecei a ordem e a harmonia em vossa casa, e com uma constante providência fizeti com que aí reine a parcimônia, o asseio, um modesto júbilo, e todos os atractivos tão fortes da família, a fim de que o vosso esposo disso se regozija. Expulsai a sedutora frase “Lua-de-mel”, inventada por espíritos galantes para indicar a breve duração da felicidade conjugal; expulsai essa frase injuriosa para vós, trocando-a por aquela de água benéfica do Lete que, segundo a fábula, fazia esquecer os reveses da vida àqueles que a bebessem.

Se o matrimônio, não tem senão uma “Lua-de-mel”, amiúde é vossa culpa, ó mulheres, porque, embaçadas por um passageiro esplendor, olvidais as práticas essenciais que possam assegurar-vos sua longa e inalterável duração. Vós geralmente bem no começo vos tornais como que uma caprichosa menina, que acaba por aborrecer, não obstante seus agrados.

O homem, então, esse colosso de força que encerra em seu coração todas as fraquezas e em seu espírito todo tipo de orgulho, enfasiado daquelas frívolas graças com as quais teríeis a pueril presunção de atraí-lo sempre, sente o vazio que se abre à sua volta, e procura naturalmente outras paragens para sua fraqueza e seu orgulho, se não pode achá-las para sua felicidade.

A vós compete, ó mulheres, a vós que possuíis todo o tesouro de ternos e caros sentimentos, e que além disso tendes aquele discernimento delicioso, aquela fineza de espírito previdente, de que a natureza foi-vos mais generosa que ao homem; a vós compete saber identificar a hora e o lugar para manter a dignidade na submissão, e a autoridade na obediência.

Se a maior parte dos homens não procurasse na santa união do matrimônio um comércio que os avilta, ou um meio para ter uma legítima prole; se a mulher não procurasse aí muitas vezes senão uma condição no mundo, ou uma mal interpretada liber-

dade que a libere de certos preconceitos; se um e outra, antes de se ligarem para sempre, houvessem por bem entenderem-se entre eles, se estudar, se conhecer e se amar, a doce união do matrimônio, tão caluniada, tão profanada, e tantas vezes fracassada, seria enfim o *non plus* ultra da humana felicidade.

Que outra coisa é mais doce sobre esta terra de exílio, mais terna, mais digna e santa do que esta vida conjugal; esta suave e constante harmonia de dois corações amantes, que se dirigem em concórdia pela senda de todas as virtudes domésticas e sociais, para o último e beatífico fim do homem?

Mãe! Esta, ó mulheres, esta é a um só tempo a vossa mais doce, mais nobre, mais relevante obra a cumprir.

Ser mãe, no sentido moral, não consiste em se ter filhos, mas em saber bem educá-los, procurando desenvolver convenientemente seus corações, dirigir as suas boas disposições, pôr todo cuidado nessas plantinhas que o Ser supremo vos confia, e de desembaraçá-las atentamente das ervas daninhas que desabrocham ao seu redor. Assim que começar para vós esse nobre ministério, se quereis bem exercitá-lo, deixai todo frívolo prazer de um mundo que aparenta ser-vos grato da pompa que lhe fizestes de vossas graças, ou de vossas basbaquices, mas que não poderá jamais oferecer-vos um só daqueles momentos de inefável felicidade que está ao lado do berço de um bebê, daquele anjinho cor-de-rosa que deixais em casa, ou exilais no campo, expondo-o à triste sorte que acabei de delinear no princípio. A esse propósito justamente exclamava um ilustre italiano do século XVI:

Em tudo nega portanto ser mãe
Quem nega aos filhos leite, e em tudo nega
Ser mulher aquela que vitupera
Os próprios filhos mais que toda fera.

Pensai, ó mães, pensai na responsabilidade que vos impõe este excelso título que algumas dentre vós carregam com tanta levandade, e frequentemente com tanto menosprezo!

Considerai seriamente as consequências dolorosas, e às vezes funestas, de vosso descuido ou de vossa inépcia em educar os filhos; considerai ainda os felizes efeitos que podeis obter dedicando-vos todas aos cuidados maternos e ao exercício da virtude.

Um filho é o mais forte e mais duradouro liame que une o homem à mulher.

Quantas entre vós gozam ainda da estima dos próprios maridos, por nada mais senão porque um filho redobra a corrente que os une a vós, e que vossas atitudes não souberam dourar, apertando-a sempre mais, como poderíeis ter feito desde o princípio!

Quanto mais, ainda, não obteríeis se, mãe na plena acepção do termo, guardando junto a vós esses anjos tutelares dos muros domésticos, apresentásseis a cada dia ante os olhos do pai deles o eloquente quadro das ternas solitudes, e da sabedoria com que zelais pela sua educação física e moral?

Porquanto o mundo imbecil ria-se de vós, não lhe sacrifiqueis jamais um só de vossos maternos deveres. Os corações generosos, os intelectos iluminados estimar-vos-ão mais, e a posteridade abençoar-vos-á nas obras de vossas crianças, as quais permanecerão marcadas com aquelas boas máximas de que se embeberam em vossa escola.

Dedicaí, ó mães, dedicaí a dirigir bem vossas crianças, todo aquele precioso tempo que desperdiçais nos vãos prazeres de que não vos resta a miúdo mais que o tédio, e, alguma vez, o arrependimento de tê-los saboreado!

Fazei com que os altares domésticos sejam um verdadeiro paraíso de que eles serão os anjos, e vós a divindade. E então, em vez da solidão em que vos deixam frequentemente vossos esposos, desgostosos daqueles constantes litígios de vossa índole ciumenta, ou de vossa insipidez e menosprezo, vê-los-eis sempre prazerosos em vir, após seus negócios e fadigas, repousarem e deleitarem-se perto de vós. Mas é a abnegação de vós mesmas em

prol de sua felicidade e glória, aquilo de que vós deveis procurar dar prova; é sobretudo a grande obra do porvir que deveis ter em vista, sacrificando a ela o vosso próprio bem e todos os vossos passatempos. Espera-se de vosso coração generoso este sublime sacrifício que somente vós estais em condições de fazer, e que vós, somente, sabereis impor-vos.

A mulher é onipotente sobre o homem, quando sabe prendê-lo; portanto sabeis prendê-lo, e torná-lo-eis melhor. Quereis saber como se faz para consegui-lo com mais certeza? Ouvi. Sede boa mãe; começai por não confiar a ninguém vossas crianças, e ide formando nelas um coração terno sem fraqueza, uma mente sólida sem orgulho, uma crença sincera, fervorosa, iluminada.

Quando a sociedade for bem ordenada, a mãe será o único diretor e o único mestre dos próprios filhos, até a idade em que a razão deles mostre-se formada. Enquanto não se efetuar este lento e geral ordenamento, ponde-vos à obra com coragem, perseverança e modéstia no santuário da família, onde sereis o primeiro e digno sacerdote, tendo o coração por altar e a moral por sacrifício.

Dedica-vos com mais atento cuidado ao estudo de vossas crianças, vencei vossa fraqueza pelos seus graciosos errinhos; dai um basta àquelas longas teorias, as quais, antes de beneficiá-las, aborrecem-nas. Um só exemplo, mas em atos, de uma qualquer virtude permanecerá impresso em seu ânimo mais que um longuíssimo palavrório. Nenhuma ilusão; nenhuma daquelas narrativas, onde se mistura o interesse pessoal, para extrair daí a moral; nenhuma daquelas severas ameaças fora de propósito, que endurecem-nas e que assustando-as em princípio, acabam por fazê-las acostumarem-se, sem outra vantagem senão diminuir o respeito que vos devem. Nenhum tipo de lisonja para animá-las a bem agir; de que não há coisa mais nociva para o fim que vos propusestes.

Falai sempre ao coração delas, já que a mente formando-se sob a salutar influência das boas qualidades que aí tereis feito nas-

cer e fortificar, não produzirá mais aqueles abortos que surgem aqui e ali no mundo para fazer padecer os nobres corações, e contrastar com os verdadeiros progressos da sociedade.

Sede sempre amorosas, simples, francas, autênticas, justas e modestas diante de vossos filhos. Para serdes assim, perceberéis muito bem que não é preciso ter estudado os grandes mestres; se tendes coração, achareis aberto o maior, o mais eloquente e útil dos livros, onde toda página oferecer-vos-á uma lição muito mais proveitosa para aquelas criaturinhas, do que quantas possam se encontrar nos melhores livros, ou na palavra dos mais hábeis preceptores. Bem, eis tudo o que ser-vos-á preciso para plantar no coração e na mente de vossos filhos os estáveis alicerces de um monumento precioso que não desmoronará a não ser junto com a vida.

Assim que virdes as primeiras fagulhas do raciocínio deles brilharem, apressai-vos, à guisa de um atento e prudente guardião, a fazê-los discernir o verdadeiro do falso, o útil do supérfluo, o justo do injusto; e preferir, por meio do vosso exemplo, é claro, o verdadeiro, o útil, o justo: porque mais nos deve ser cara a honra do que as coisas; mais a honestidade do que o útil. Não louveis jamais diante deles coisas que trazem o selo da beleza, se primeiro não tiverdes percebido que esta beleza encerra uma real utilidade. De tal modo habituá-los-eis a não se deixarem ofuscar pelos inúmeros esplendores fugazes, atrás dos quais uma multidão de homens arrasta-se por toda a vida à procura daqueles objetos sobre os quais devaneava em suas jocosas ilusões.

Insinuai, desde cedo e por muito tempo, em seus peitos o amor pela humanidade, convencendo-os de que a verdadeira glória do homem é a de ter-lhe sido benemérito no breve curso desta vida mortal. Privai-vos sempre, sem sombra de ostentação, ou de pretensão, a qualquer louvor, mas como um dever naturalíssimo, de uma excursão de prazer, de uma agradável visita, para ir com eles sob o esqualido teto do pobre que implora

vossa caridade. Não hesiteis jamais, entre o pobre gentil homem e o rico presunçoso, a dar melhor acolhida ao primeiro do que ao segundo, fazendo conhecer às vossas criaturinhas que atentas vos observam, como o verdadeiro mérito não está sempre coberto por um elegante vestido, e como o homem nascido num grau inferior, segundo a sociedade, pode se tornar mais digno de ocupar um trono, do que aqueles que nascem em berços de ouro. Fazei florescer com o vosso exemplo, no interior da vossa casa, a ordem, o trabalho e a parcimônia, para inspirar em vossos filhos o gosto destes dotes tão preciosos, e tão úteis em qualquer condição de vida.

O trabalho deve ser mostrado às crianças como o manancial de todos os bens, como uma grande e nobre virtude que supera todas as dificuldades para revelar ao homem o único porvir digno dele. Bani inteiramente os velhos métodos, criando um completamente novo que faça vossos filhos tomarem um rumo diferente daquele adotado até aqui pelo costume, sem resultado nenhum. Inspirai-lhes um profundo respeito por tudo aquilo que concerne à ordem; e nunca mostreis a eles as honras e a estima do mundo como uma luminosa auréola sempre concedida ao verdadeiro mérito. Muitos homens chegaram a essas honras com reprováveis obras, e aí permanecem para ser o flagelo de seus semelhantes. Fazei vossos filhos entenderem que o homem nunca é grande, senão quando sabe fazer abnegar-se pelo bem dos outros; e que a verdadeira glória é trabalhar a fim de restabelecer a harmonia, a ordem e a felicidade entre os povos, e não fazer-se um nome reboante por fatos ilustres e por subterfúgios, à custa da paz das nações ou das lágrimas das famílias. Velaí sobretudo por isto; que o egoísmo não se instale naqueles tenros corações; ensinai a eles no tempo certo a ter a devida estima pela mulher, representando-a com vosso exemplo como a fonte e depositária da única felicidade durável nesta vida.

O ensinamento da igualdade que deve reinar entre homem e mulher começa neles em relação às próprias irmãs em seus jogos infantis, e em todos aqueles milhares de costumes domésticos, nos quais transparece aquele orgulho excessivo e aquela pretensão do rapazola que tanto vos diverte, e que nada mais é, ó mulheres, senão o germe deste presunçoso egoísmo que vos oprime por toda a vida com prejuízo da própria felicidade deles. Vossas filhas, igualmente criadas com atento cuidado, não acolham em seu ânimo aquelas ridículas aspirações de gabolice que desnaturam-nas e desviam-nas do digno escopo que a mulher deve ter em mira; nem deem lugar em seu coração a nenhum daqueles bravos sentimentos, que pouco a pouco acabam por danificar a felicidade daqueles pelos quais elas devem viver.

Uns e outras sintam vivamente as afeições e os tratamentos imparciais que entre si têm de receber reciprocamente, de modo que as pretensões frívolas e despóticas de ambos os sexos não transpareçam de nenhum modo, nem produzam depois os amargos frutos que tantas vezes envenenam a existência de ambos, criados para se unificarem com o amor, e fazerem-se mutuamente felizes.

Eis, ó mães, eis a gloriosa obra que deveis cumprir para dar à sociedade homens e mulheres que sejam dignos e capazes de melhorá-la. Algumas mães têm sabido em qualquer época cumprir bem tão alto ofício; mas não basta, porque mil que façam o mal, estragam sempre o bem que vinte ou trinta farão.

Preciso é, portanto, que todas as mães apliquem-se de comum acordo em criar seus filhos nos mesmos bons princípios, a fim de que haja conformidade nos sentimentos e na conduta de todos, quando chegado seja o tempo de construir nova família.

Somente assim poderá efetuar-se esta organização social tão geralmente e inutilmente recomendada e reclamada pelos escritores do progresso! Acostumando vossos filhos na prática dos verdadeiros princípios humanitários, implantareis melhor e mais facilmente

que todas as grandes e belas máximas sepultadas em seus in-fólios, as sólidas bases da família. Constituindo boas famílias, formareis gente laboriosa, morigerada, justa e feliz. E as famílias, os povos, as nações, de que o gênero humano se compõe, abençoar-vos-ão em seu verdadeiro progresso, em sua prosperidade.

Cabe, portanto, a vós, mulheres, dar esse progresso aos povos. “Que a este tempo chamarão de antigo.”

Aparelhais-vos desde agora para a guerra que contra vós deflagrarão os espíritos desocupados, e os corações sem coração: fechai os ouvidos ao linguajar traquejado, e levemente esparzido duma venenosa lisonja, ou de certas sediciosas conveniências do funesto reino da moda, que estará por toda parte para transviar-vos de vosso nobre propósito.

Resguardai-vos de dar ouvidos a este fraudulento linguajar; caminhai com firme e seguro passo, com amor e a fé no peito, com a energia do espírito, para a bela aurora que, mediante vossos nobres esforços, deverá surgir no horizonte da humanidade.

Esquecei de vós mesmas, dignas mães de todas as nações, e de todas as classes! Esquecei de vós mesmas no cumprimento de vossa sublime tarefa; e a sociedade, por vós regenerada, oferecerá ao mundo no vosso amor, e na vossa abnegação, o compêndio de todas as belas virtudes da mulher, e o arquétipo da verdadeira e santa caridade (1857).

(Cintilações de uma alma brasileira.
Florianópolis: Editora Mulheres, 1997)



CRONOLOGIA

- 1810 – No dia 12 de outubro, às 21 horas, nascia a primeira filha do casal Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, um advogado português, e Antônia Clara Freire, de nome Dionísia Gonçalves Pinto, no sítio Floresta, em Papari, Rio Grande do Norte. Anos mais tarde, tornar-se-ia conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta.
- 1823 – Aos 13 anos, a menina se casa com Manuel Alexandre Seabra de Melo, um rapaz pouco culto e dono de grandes extensões de terra. No mesmo ano, ou no seguinte, separam-se e ela volta a residir com os pais.
- 1824 – A família decide transferir-se para Pernambuco e residir primeiro em Goiana, depois em Olinda e Recife, onde ela teria continuado os estudos.
- 1828 – No dia 17 de agosto, quando Nísia Floresta completaria 18 anos, Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa é assassinado nas proximidades do Recife, após ganhar uma causa. Segundo a filha, os responsáveis seriam os poderosos que não toleravam um advogado agindo contra seus interesses. Provavelmente nesse mesmo ano, Nísia Floresta passa a residir com o acadêmico da Faculdade de Direito Manuel Augusto de Faria Rocha.
- 1830 – Em 12 de janeiro nasce a filha Lúvia Augusta de Faria Rocha, companheira das viagens pela Europa e sua futura tradutora.
- 1831 – É o ano da estreia de Nísia Floresta nas letras. No *Espelho das brasileiras*, um jornal dedicado às senhoras pernambucanas, do tipógrafo francês Adolphe Emille de Bois Garin, começa a surgir a escritora. Durante trinta edições (de fevereiro a abril), Nísia colabora com artigos que tratam da condição feminina em diversas culturas. Nasce o segundo filho, morto prematuramente.
- 1832 – Publica o primeiro livro: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, uma tradução livre do *Vindication of the rights of woman*, de Mary Wollstonecraft, sob o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta. O pseudônimo escolhido revela sua personalidade e opções existenciais: Nísia, diminutivo de Dionísia; Floresta, para lembrar o sítio Floresta; Brasileira, como afirmação do senti-

mento nativista; e, Augusta, uma homenagem ao companheiro Manuel Augusto. Em novembro, Manuel Augusto conclui o bacharelado em direito e transfere-se com Nísia, a filha Lívia, a mãe e as irmãs de Nísia, Clara e Izabel, para Porto Alegre (RS).

1833 – Em 12 de janeiro, no mesmo dia em que Lívia havia nascido três anos antes, nasce outro filho que recebe o nome de Augusto Américo de Faria Rocha. Em 29 de agosto, Manuel Augusto morre repentinamente aos 25 anos, deixando-a com os dois filhos pequenos. Nísia decide permanecer em Porto Alegre, dedicando-se, sobretudo, aos filhos e ao magistério.

Sai em Porto Alegre a segunda edição de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, pela Typographia de V. F. de Andrade.

1837 – Com a Revolução Farroupilha, o clima na capital gaúcha fica tenso e difícil para uma mulher, chefe de uma família composta por crianças e outras mulheres. Nísia Floresta transfere-se para o Rio de Janeiro.

1838 – Em 31 de janeiro, estampa no *Jornal do Comércio* um anúncio do estabelecimento de ensino que estava inaugurando, o “Colégio Augusto”, em homenagem ao companheiro falecido.

1839 – Sai a terceira edição de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, no Rio de Janeiro. O livro é colocado à venda na “Casa do Livro Azul”, na Rua do Ouvidor, nº 121, por 55 réis.

1846 – Em 18 de dezembro é publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, o testemunho de um dos examinadores elogiando as alunas e a diretora, Nísia Floresta. Mas em 23 e 24 de dezembro, o mesmo jornal traz diversas críticas anônimas ao Colégio Augusto, por considerar as propostas educacionais avançadas e inadequadas às meninas.

1847 – No dia 17 de janeiro, há uma matéria em *O Mercantil* ironizando o fato de o Colégio Augusto ter aulas de latim em seu currículo. Três novas publicações vêm à luz no Rio de Janeiro. A primeira, *Daciz ou A jovem completa*, é uma historietinha oferecida às educandas do colégio. No *Jornal do Comércio* de 5 de abril de 1847 há um anúncio desse trabalho, citado como “História moral, por uma brasileira”. A outra publicação tem proposta moralista semelhante: *Fany ou o modelo das donzelas*, publicado em 8 de abril de 1847, pelo Colégio Augusto. A terceira é o “Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta”, pronunciado no encerramento das aulas do Colégio Augusto.

1849 – Primeira edição de *A Lágrima de um caeté*. O poema de 712 versos trata do processo de degradação do índio brasileiro colonizado pelo homem branco, e do drama vivido pelos liberais durante a Revolução Praieira, reprimida em Pernambuco em fevereiro desse mesmo ano. Conforme anúncios do *Jornal do Comércio*, foram tiradas pelo menos duas edições do poema nesse

ano (maio e junho). O motivo do sucesso foi, com certeza, ao fato de tratar também da Revolução Praieira, um assunto palpitante entre os liberais.

No dia 7 de setembro, Livia sofre um acidente ao cair de um cavalo e o médico aconselha mudança de ares. Nisia Floresta resolve ir para a Europa com os filhos, o que faz em 2 de novembro. Para muitos, a saúde da filha foi apenas o pretexto para ela se ausentar do país. Com efeito, a campanha difamatória nos jornais e o sucesso do livro elogiando os liberais eram motivos suficientes para a escritora se sentir pouco à vontade na Corte. Em 24 de dezembro Nisia chega a uma Paris com o clima conturbado, ainda não de todo refeito das revoluções do ano anterior.

- 1850 – É publicado em Niterói um romance histórico – *Dedicação de uma amiga* – trazendo apenas as iniciais B. A. como assinatura. Esse livro deve ser considerado o primeiro romance escrito por um – ou uma – norte-rio-grandense, segundo os historiadores.
- 1851 – Nisia Floresta assiste às conferências do Curso de História Geral da Humanidade, no auditório do Palais Cardinal, ministradas por Auguste Comte. Em julho, vai ao Chateau de Madri, no Bosque de Bolonha, despedir-se de um amigo ilustre, Lamartine, pois resolveu sair da França e viajar pela Europa. Em agosto, viaja para Portugal, onde fica até janeiro do ano seguinte.
- 1852 – Em 27 de janeiro embarca em Lisboa rumo ao Brasil. Em 22 de fevereiro, o *Jornal das Senhoras*, do Rio de Janeiro, saúda a chegada da escritora e descreve sua experiência na Europa.
- 1853 – Publicação de *Opúsculo humanitário*, no Rio de Janeiro. São 62 capítulos sobre a educação da mulher, dos quais os vinte primeiros tinham sido publicados anonimamente no *Diário do Rio de Janeiro*, nesse mesmo ano. Meses depois, com o livro já circulando, o texto integral reaparece em *O Liberal*, periódico político e noticioso de Silva Lima. Na obra, a autora combate o preconceito e condena os erros seculares da formação educacional da mulher, não só no Brasil como em diversos países.
- 1855 – Em *O Brasil Ilustrado* de 30 de abril, temos um poema assinado por B. Augusta, cujo título é “Um improviso, na manhã do 1º do corrente, ao distinto literato e grande poeta Antônio Feliciano de Castilho”. E de 14 de março a 30 de junho, temos em oito capítulos a crônica “Páginas de uma vida obscura”, assinada B.A. O texto traz a história de um negro escravo e as ideias da autora acerca da escravidão. Em 15 de julho outra crônica de B. Augusta viria a público: “Passeio ao Aqueduto da Carioca”, em que ela se faz de cicerone e passeia com o turista pelo Rio de Janeiro. Movida pela solidariedade, Nisia Floresta trabalha como voluntária junto às vítimas da febre amarela, na Enfermaria do Hospital de Nossa Senhora da Conceição, situada na Rua da Quitanda, nº 40.

- 1856 – Em 10 de abril, Nísia Floresta segue para a segunda viagem à Europa acompanhada apenas por Lívia. Augusto Américo permanece no Rio, estudando. Só após dezesseis anos tornará a ver a paisagem carioca de que tanto gostava, bem como os parentes que ficaram no cais. O Colégio Augusto anuncia pela última vez seus cursos e, após dezoito anos de funcionamento, fecha definitivamente suas portas. A escritora recebe o filósofo Auguste Comte em sua residência parisiense, primeiro à Rue d'Enferm, 11, depois à Rue Royer Collard, 9, próxima do Jardim de Luxemburgo, da Sorbonne e do endereço de Auguste Comte, à Rue Monsieur Le Prince, 10. Também é desse ano a correspondência trocada entre eles, ainda hoje guardada pelos positivistas, num total de treze cartas.
- 1857 – Em 5 de setembro morre Auguste Comte. Nísia Floresta é uma das quatro mulheres que acompanham o cortejo fúnebre até o Père Lachaise, junto de Sophie Bliaux, a filha adotiva de Comte, a irmã mais velha de Sophie, mme. Laveyssière e mme. Maria Robinet. Publicação em Paris de *Itinéraire d'un Voyage en Allemagne*, pela Typographia de Firmin Didot Frères, assinado mme. Floresta A. Brasileira. O livro, sob a forma de cartas ao filho e aos irmãos, contém as impressões e comentários da autora sobre as cidades alemãs que conheceu. A primeira carta é de Bruxelas, de 26 de agosto de 1856 e, a última, de Estrasburgo, de 30 de setembro do mesmo ano.
- 1858 – Primeira edição de *Consigli a mia figlia*, com tradução para o italiano da própria autora. A publicação se dá em Florença pela Stamperia Sulle Logge del Gren, e os quarenta pensamentos em verso da edição brasileira aparecem agora em prosa. A crítica jornalística logo se manifestou: *L'Imparziale Fiorentino*, de Florença, de 26 de outubro e *L'Età Presente*, de Veneza, de 14 de agosto do mesmo ano, foram pródigios em elogios.
- 1859 – A Associação da Propaganda de Valença imprime a segunda edição italiana do *Consigli a mia figlia*, que é recomendado pelo bispo de Mandovi para uso nas escolas de Piemonte. Publicação da edição francesa de *Conseils à ma fille*, em Florença, pela Impr. de Monnier, traduzido por Braye Debuysé. Publicação, pela Typographia Barbera, Bianchi e Cia, de Florença, de *Scintille d' un' Anima Brasiliana*, assinado Floresta Augusta Brasileira, reunindo cinco ensaios: “Il Brasile”, “L'Abisso sotto i fiori della civiltà”, “La donna”, “Viaggio magnético”, “Una passeggiata al giardino di Lussemburgo”.
- 1860 – Ao completar 50 anos, Nísia Floresta instala-se em Florença. Nessa cidade, tem oportunidade de acompanhar cursos de botânica ministrados por Parlatore, antigo colaborador de Humboldt. Em Paris ela já havia assistido a aulas dessa matéria no Collège de France e no Musée d' Histoire Naturelle. Em Florença, sai a edição italiana de *Le lagrime de un caeté*, traduzido por Ettore Marcucci e com prefácio elogioso à autora. Ao final

do poema, 41 notas explicam o vocabulário e relacionam o poema de Nísia com Dante, Ariosto e a Bíblia. Em Lisboa, Luís Filipe Leite publica uma crítica favorável ao *Opúsculo humanitário*.

- 1861 – Em 1º de junho, Nísia Floresta regressa a Paris e mais uma vez prepara-se para residir na cidade, após três anos ausente. Alguns críticos afirmam que teria havido neste ano uma edição de *Trois Ans en Italie*, assinado “*par une Brésilienne*” e publicado por E. Dentu, resultado da excursão que Nísia empreendera pela Itália de 19 de março de 1858 a julho de 1861.
- 1862 – O *Dicionário Bibliográfico*, de Inocêncio, no volume IV, traz um verbete biobibliográfico sobre a autora. Como foi o primeiro a ser escrito, este verbete será largamente utilizado para a realização de outros posteriores.
- 1864 – Publicação do primeiro volume da edição hoje conhecida de *Trois ans en Italie, suivis d'un voyage en Grèce*, pela Editora E. Dentu, de Paris, assinado “*par une Brésilienne*”. Permanece a dúvida se teriam existido duas edições (1861 e 1864). Os títulos são diferentes, pois na última aparece “*suiuis d'un voyage en Grèce*”. Nesse livro, Nísia Floresta debate os problemas políticos e sociais italianos, e reflete sobre o modo de vida, a história e as manifestações culturais da Itália. Como sua excursão se deu na época da revolução pela independência, o texto se constitui em importante testemunho a respeito dos principais acontecimentos da história contemporânea.
- 1867 – É publicada em Londres a tradução inglesa de um dos ensaios de Scintille: *La donna*. Trata-se de *Woman*, por F. Brasileira Augusta, traduzido do italiano por Livia A. de Faria, filha da escritora. Publicação em Paris do romance *Parsis*. Apesar de incluído entre os títulos da autora, não é conhecido nenhum exemplar desse livro, nem é encontrada referência a ele nos catálogos da Biblioteca Nacional de Paris.
- 1871 – É publicado *Le Brésil*, de mme. Brasileira Augusta, pela Livraria André Sagnier, de Paris, também traduzido por Livia Augusta Gade (Lívia casou-se com um alemão de sobrenome Gade, tendo ficado viúva após quatro meses de casada). Pressionada pela família e desgostosa com os conflitos da Comuna em Paris, Nísia deixa definitivamente a cidade. Segue com a filha primeiro para Londres, depois para Lisboa, onde embarca, mais uma vez, para o Rio de Janeiro. Lívia permanece na Europa.
- 1872 – Assinado apenas *Une Brésilienne*, o segundo volume de *Trois ans en Italie, suivis d'un voyage en Grèce*, é publicado em Paris. Em 23 de maio, a revista *O Novo Mundo*, de J. C. Rodrigues, de New York, traz uma extensa notícia biográfica da autora acompanhada de um retrato, que contribui para torná-la ainda mais conhecida. Após dezesseis anos no exterior, em 31 de maio, Nísia desembarca no Rio de Janeiro.

- 1875 – A estada no Brasil durou pouco mais de dois anos. Em 24 de março, Nísia retorna à Europa. Primeiro para a Inglaterra, onde a filha a aguarda, e depois para Lisboa. Em 9 de novembro morre o irmão, Joaquim Pinto Brasil, no Rio de Janeiro. Ela só recebe a notícia semanas depois.
- 1878 – Publicação do último trabalho da escritora: *Fragments d'un ouvrage inédit – Notes biographiques*, em Paris, por A. Chérié Editeur, assinando mme. Brasileira Augusta. Esse livro, apesar de conter principalmente informações a respeito do irmão, Joaquim Pinto Brasil, traz também dados biográficos da autora, até então desconhecidos. Transfere a residência para Rouen, cidade medieval do interior da França, e, em seguida, para Bonsecours, na Grande Route, 120.
- 1885 – Em 24 de abril, numa quarta-feira de muita chuva, às 21 horas, Nísia Floresta Brasileira Augusta morre vitimada por uma pneumonia. Dias depois, é enterrada num jazigo perpétuo no Cemitério de Bonsecours.
- 1888 – O Centro do Apostolado do Brasil publica *Sete cartas inéditas de Auguste Comte a Nísia Floresta*, no Rio de Janeiro.
- 1889 – Em 12 de março, aos 60 anos, morre no Rio de Janeiro o filho, Augusto Américo, lembrado como educador afável e diretor dos colégios Santo Agostinho e Augusto, este com o mesmo nome do que sua mãe dirigiu.
- 1903 – O jornal *A República*, de Natal, publica as cartas de Auguste Comte – o texto original e a tradução. As de Nísia Floresta, cujos originais estão na Maison d'Auguste Comte, em Paris, apenas serão traduzidas e publicadas no Brasil em 2002, pela Editora Mulheres, de Florianópolis.
- 1909 – Por um equívoco dos conterrâneos foi comemorado no Rio Grande do Norte o centenário de nascimento de Nísia Floresta. O Congresso Literário e os estudantes do Atheneu Norte-Rio-grandense erguem em 12 de outubro um monumento a Nísia em Papari, onde teria existido sua primeira residência. Nas palavras de Câmara Cascudo, “aí se implumara a grande ave de arribação, cujas asas não cabiam nos limites do ninho...” (*A República*, Natal, 17/01/1940).
- 1912 – Em 26 de abril morre Lúvia Augusta Gade, que é enterrada junto à mãe no Cemitério de Bonsecours. Desde 1855, Lúvia morou em vários países além da França, mas não retornou ao Brasil.
- 1928 – Vem à luz *Auguste Comte et Mme Nísia Brasileira* (Correspondance), pela Librairie Blanchard, de Paris.
- 1933 – No Rio de Janeiro, Roberto Seidl publica *Nísia Floresta – 1810/1885 – A vida e a obra de uma grande educadora, precursora do abolicionismo, da República e da emancipação da mulher no Brasil*. Fernando Osório publica em *Mulheres Farroupilhas o manuscrito* (dado por Antonio Augusto Borges de Medeiros). Trata-se de *Fany ou o modelo das donzelas*, originalmente publicado em 1847.

- 1938 – Reedição de *A lágrima de um caeté* pela *Revista das Federações das Academias de Letras*, com estudo crítico de Modesto de Abreu.
- 1941 – Aduauto da Câmara publica *História de Nísia Floresta*, no Rio de Janeiro, através da Pongetti Editores, resultado de uma pesquisa em arquivos e bibliotecas sobre a autora. Este trabalho, apesar das lacunas relativas à vida e à obra, teve sua edição esgotada e tornou-se importante fonte de consulta sobre a escritora norte-rio-grandense.
- 1948 – O Decreto-Lei nº 146, de 23 de dezembro, muda o nome de Papari para “Nísia Floresta”, em homenagem à filha ilustre. E o Marechal Rondon, positivista, dá o nome de Nísia Floresta a um posto indígena de Pernambuco.
- 1950 – Em fevereiro, o jornalista Orlando Ribeiro Dantas, fundador do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, vai à França tentar encontrar o túmulo de Nísia. Após algumas semanas de investigação, localiza-o em Bonsecours, arredores de Rouen.
- 1953 – Através da Lei nº 1.892, de 23 de junho de 1953, o governo brasileiro fica autorizado a fazer a transladação de seus restos mortais para o Brasil. O encarregado da transferência é o Centro Norte-rio-grandense através do seu presidente, dr. Marciano Alves Freire, pela portaria nº 497, de 22 de julho, do ministro da Educação.
- 1954 – Dr. Marciano Freire vai a Rouen acompanhar o traslado dos despojos da escritora, que saem de Marselha pelo navio Loide-Brasil em 9 de agosto, e chegam finalmente no dia 5 de setembro ao Recife. Em 11 de setembro, os jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte registram a chegada dos despojos da escritora em Natal. Há homenagens da Base Naval, bandas de música e exposição do caixão perante a população e autoridades locais. O Departamento dos Correios e Telégrafos lança um selo comemorativo do retorno de Nísia Floresta ao Brasil.
- Em 12 de setembro, os restos mortais chegam a Papari que, aliás, já se chamava Nísia Floresta. Desde então, Nísia repousa no mausoléu construído em sua homenagem, próximo do local da antiga residência do Sítio Floresta.



BIBLIOGRAFIA

Ensaio

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas*. (1. ed.: 1891). 4 ed. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, Paulo Azevedo e C&a., 1926.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado – o mito do amor materno*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARANDAS, Ana Eurídice E. de. *O ramallete*. 2. ed. Estudo, atualização e notas de Hilda H. Flores. Porto Alegre: Nova Dimensão, EDIPUC, 1990.
- BERNARDES, Maria Theresa C. Crescenti. *Mulheres de ontem?* Rio de Janeiro: Século XIX. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.
- CARVALHO, Maria Amália Vaz de. *Mulheres e crianças – notas sobre educação*. Rio de Janeiro: Editor Adriano de Castro, 1880.
- DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Editora da UFRN, 1995.
- FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 93, v. 147.
- FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. Trad. Araújo Nabuco. São Paulo: Círculo do Livro, [s. d.].
- FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4. ed. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989a.
- _____. *Opúsculo humanitário*. 2. ed. Estudo de Peggy Sharpe Valadares. São Paulo: Cortez, 1989b.
- _____. *Cintilações de uma alma brasileira*. Edição bilíngue. Trad. Michelle Vartulli, Zahidé Muzart e Suzana Funck. Apresentação e Biobibliografia de Constância L. Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres/ EDUNISC, 1997.
- _____. *Conselhos à minha filha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. de F. de Paula Brito, 1845.
- FORT, Léon Le. *La mortalité des nouveau-nés et l'industrie des nourrices en France*. *Revue des Deux Mondes*, Paris, mars, v. 86, 1870, pp. 369-730.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Trad. Áurea Weissenberg. Petrópolis (RJ): Vozes, 1971.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Trad. Maria Thereza P. de Almeida / Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEITE, Luis Filipe. *Opúsculo humanitário*, por B.A. Ilustração Luso-Brasileira. In *Archivo Universal*. Lisboa: 1860, p. 20. Tomo IV. v. 2.

MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Monteiro Lobato Editor, 1925.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias. Subsídios para a história da educação no Brasil – 1834-1889*. I vol. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

OSÓRIO, Fernando. *Mulheres farrroupilhas*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

RETAMOZO, Aldira Correa et al. *O papel da mulher na Revolução Farrroupilha*. Porto Alegre: Editora Tchê Comunicações/Casa Masson, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Prefácio Antonio Candido. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAND, George. *Os gêmeos*. Trad. Augusto Sousa. São Paulo: Coleção Saraiva, 1935.

Obras de Nísia Floresta

FLORESTA, N. *A lágrima de um caeté*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia de L. A. F. Menezes, 1849.

_____. *A lágrima de um caeté*. Rio de Janeiro: Typographia de L. A. F. Menezes, 1849.

_____. *Conseils a ma fille*. Traduit de l'Italien par B.D.B. Florence: Le Monnier, 1859.

_____. *Conselhos à minha filha, com 40 pensamentos em versos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1845.

_____. *Conselhos à minha filha*. Rio de Janeiro: Typographia de J. S. Cabral, 1842.

_____. *Consigli a mia figlia*. 2. ed. Mandovi: [s. n.], 1859.

_____. *Consigli a mia figlia*. Firenze: Stamperia Sulle Logge del Grano, 1858.

_____. *Daciz ou a jovem completa*: historieta oferecida a suas educandas. Rio de Janeiro: Typographia de F. Paula Brito, 1847.

_____. *Dedicação de uma amiga*. (Romance histórico). Niterói: Typographia Fluminense de Lopes & Cia, 1850. 2. vol.

_____. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 2. ed. Porto Alegre: Typographia de V. F. Andrade, 1833.

- _____. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 3. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1839.
- _____. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Recife: Typographia Fidedigma, 1832.
- _____. *Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta* (18 de dezembro de 1847). Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de F. Paula Brito, 1847.
- _____. *Fany ou o modelo das donzelas*. Rio de Janeiro: Edição do Colégio Augusto, 1847.
- _____. *Fragments d'un ouvrage inédit: notes biographiques*. Paris: A. Chérié Editeur, 1878.
- _____. *Itinéraire d'un voyage en Allemagne*. Paris: Firmin Diderot Frères et Cie, 1857.
- _____. *Le Brésil*. Paris: Libraire André Sagnier, 1871.
- _____. *Le lagrime d'un caeté*. (trad. Ettore Marcucci) Firenze: Le Monnier, 1860.
- _____. O pranto filial. (crônica) jornal *O Brasil Ilustrado*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1856. p. 141-2.
- _____. *Opúsculo humanitário*. Rio de Janeiro: Typographia de M. A. Silva Lima, 1853.
- _____. *Páginas de uma vida obscura; Um passeio ao Aqueduto da Carioca; O pranto filial*. Rio de Janeiro: Typographia N. Lobo Vianna, 1854.
- _____. Páginas de uma vida obscura. (crônica) jornal *O Brasil Ilustrado*, Rio de Janeiro, jan.-jun. 1855.
- _____. *Parsis*. Paris: [s. n.], 1867.
- _____. Passeio ao Aqueduto da Carioca. (crônica) jornal *O Brasil Ilustrado*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1855. p. 68-70.
- _____. *Scintille d'un'anima brasiliana*. Firenze: Tipografia Barbera, Bianchi & C. 1859.
- _____. *Trois ans en Italie, suivis d'un voyage en Grèce*. Paris: Libraire E. Dentu, 1864. v. 1.
- _____. *Trois ans en Italie, suivis d'un voyage en Grèce*. Paris: E. Dentu Libraire-Éditeur et Jeffes, Libraire A. Londres, 1872. v. 2.
- _____. Um improviso, na manhã de 1. do corrente, ao distinto literato e grande poeta Antônio Feliciano de Castilho. (poema) jornal *O Brasil Ilustrado*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1855. p.157.
- _____. *Woman*. Londres: G. Parker, 1865.

Edições póstumas

_____. *A lágrima de um caeté*. (Estudo e notas de Constância Lima Duarte). Natal: Fundação José Augusto, 1997.

_____. *A lágrima de um Caeté*. (apres. Modesto de Abreu.) *Revista das Academias de Letras*, Rio de Janeiro, jan 1938.

_____. *Auguste Comte et mme. Nísia Brasileira*: correspondance. Paris: Libraire Albert Blanchard, 1929.

_____. Cartas de Auguste Comte a Nísia Floresta (texto original e tradução) jornal *A República*, Natal, jan.-fev. 1903.

_____. *Cartas de Nísia Floresta e Auguste Comte*. (trad. Miguel Lemos e Paula Berinson. Organização e notas de Constância Lima Duarte.) Florianópolis: Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

_____. *Cintilações de uma alma brasileira*. (trad. Michelle Vartulli. Apres. e notas biográficas de Constância Lima Duarte) Florianópolis: Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.

_____. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. 4. ed. (apresentação, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Fanny ou o modelo das donzelas*. In: OSÓRIO, Fernando. *Mulheres farroupilhas*. Porto Alegre: Globo, 1935.

_____. *Fragments de uma obra inédita*. (trad. Nathalie Bernardo da Câmara. Apres. Constância Lima Duarte) Brasília: Ed. UnB, 2001.

_____. *Itinerário de uma viagem à Alemanha*. 2. ed. (trad. Francisco das Chagas Pereira. Estudo e notas biográficas de Constância Lima Duarte) Florianópolis: Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

_____. *Itinerário de uma viagem à Alemanha*. (trad. Francisco das Chagas Pereira) Natal: Ed. UFRN, 1982.

_____. *Opúsculo humanitário*. 2. ed. (introd. e notas de Peggy Sharpe-Valadares. Posfácio de Constância Lima Duarte) São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Sete cartas inéditas de Auguste Comte a Nísia Floresta*. Rio de Janeiro: Centro do Apostolado do Brasil, 1888.

_____. *Três anos na Itália*. (trad. Francisco das Chagas Pereira. Apres. Constância Lima Duarte. Natal: Ed. UFRN, 1999.

Obras sobre Nísia Floresta

ALVES, Constâncio. *Nísia Floresta Brasileira Augusta*. *Almanaque Brasileiro Garnier*. Direção de João Ribeiro. Rio de Janeiro, Anno IX, 1911.

CÂMARA, Adauto. *História de Nísia Floresta*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

CASCUDO, Luís da Câmara. *O sítio Floresta*. Acta diurna. Natal, *A República*, 17 de janeiro de 1940. Reeditado em *O livro das velhas figuras*. Natal: Edição do Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1978.

CASTRICIANO, Henrique. *Nísia Floresta*. *Almanaque Brasileiro Garnier*. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1930.

_____. *Uma figura literária do Nordeste*: livro de Nordeste. (Edição fac-similada. Introd Mauro Mota. Pref. Gilberto Freyre) Recife: Arquivo Público Estadual/Secretaria da Justiça, 1979.

DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Ed. UFRN, 1995.

_____. Nísia Floresta Brasileira Augusta: estudo de vida e obra. In: GOTLIB, Nádia B. (org.) *A Mulher na Literatura*. vol. II. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990. p. 113-7.

_____. Nos primórdios do feminismo brasileiro: direitos das mulheres e injustiça dos homens. In: GOTLIB, Nádia B. (org.) *A mulher na literatura*. vol. III. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990. p. 38-41.

_____. Nísia Floresta: entre o mito e o estigma. In: SOUZA, Eneida Maria; PINTO, Júlio César Machado (orgs.). *Anais do I e II Simpósios de Literatura Comparada*. Vol. II. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990.

_____. Nísia Floresta: entre os direitos e os deveres das mulheres. In: VIANNA, Lúcia Helena (org.). *Anais do IV Seminário Nacional Mulher e Literatura*. Niterói: UFF/RJ, 1992.

_____. Le mythe de la maternité en France au XIXe siècle: lecture de La Femme, de Nísia Floresta. In: MATTOSO, K. Q.; SANTOS, I. M. F.; ROLLAND, D. (coords.). *Les femmes dans la ville*. un dialogue franco-brésilien. Paris: Centre d'Études sur le Brésil, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1997.

_____. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Zahidé L. (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Antologia. vol. I. Florianópolis: Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.

_____. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: diálogo e apropriação. In: RAMALHO, Christina (org.). *Literatura e feminismo*: propostas teóricas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

_____. *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Mulheres, 2005.

LIMA, Oliveira. Nísia Floresta. Rio de Janeiro, *Revista do Brasil*, dez. 1919.

LINS, Ivan. *Nísia Floresta: história do positivismo no Brasil*. Cap. II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. II (1794-1855). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977-1978. p. 263, 306, 307, 375, 399, 407, 431, 431, 461, 500, 506.

_____. *História da inteligência brasileira*. Vol. III (1855-1877). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977. p. 94, 126, 204, 344, 416, 417.

MELO, Veríssimo. *Nísia Floresta: patronos e acadêmicos*. Vol.1. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972.

OSORIO, Fernando. *Mulheres farroupilhas*. Porto Alegre: Globo, 1935.

SABINO, Ignez. *Mulheres illustres do Brazil*. (pref. Arthur Orlando) Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, 1899. p. 171-77.

SEIDL, Roberto. *Nísia Floresta. 1810-1885*. (A vida e a obra de uma grande educadora, precursora do abolicionismo, da República e da emancipação da mulher no Brasil). Rio de Janeiro: [s. n.], 1938.





Este volume faz parte da Coleção Educadores,
do Ministério da Educação do Brasil,
e foi composto nas fontes Garamond e BellGothic, pela Entrelinhas,
para a Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco
e impresso no Brasil em 2010.

